

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**UM ESTUDO DE CASO:
O FUNDO TOMÉ JOSÉ DE BARROS QUEIRÓS
E O RELEVO DOS ARQUIVOS PESSOAIS E PARTICULARES
NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL,
DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA**

Odete Maria Gonçalves Viola

Mestrado em Estudos do Património

2020

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**UM ESTUDO DE CASO:
O FUNDO TOMÉ JOSÉ DE BARROS QUEIRÓS
E O RELEVO DOS ARQUIVOS PESSOAIS E PARTICULARES
NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL,
DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA**

Odete Maria Gonçalves Viola – aluna 700497

Mestrado em Estudos do Património

Dissertação orientada

pela Senhora Professora Doutora Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar

2020

Resumo

A presente dissertação para o curso de Mestrado em Estudos do Património insere-se na linha de investigação do Património Documental. Pretende evidenciar o valor da Memória para a escrita da História, através do *estudo de caso* do fundo pessoal, histórico e particular de Tomé José de Barros Queirós (Ílhavo, 2 de fevereiro de 1872 - Lisboa, 5 de maio de 1926). O seu produtor, republicano e maçom, que iniciou a sua atividade profissional como comerciante do ramo da luminária em Lisboa, desempenhou diversos cargos governamentais durante a Primeira República em Portugal, nomeadamente o de Presidente do Conselho (designação de então para o cargo actual de Primeiro-Ministro), entre 23 de maio e 30 de agosto de 1921. Este tipo de arquivos, histórico, pessoal e particular, compõe-se, na sua generalidade, como é o caso do fundo em estudo, de fontes presumivelmente genuínas, que refletem a história do seu produtor e da correspondente época (não raro, com contributos políticos além de contributos sociológicos). O ensaio que se apresenta enquadra-se na corrente arquivística que defende a valorização deste tipo de arquivos, com dois destacados motivos: 1) A complementaridade informativa que contêm, relativamente aos arquivos públicos, representando uma maior oferta de documentos probatórios genuínos de usos, costumes e singularidades, que ao adicionarem novas perspetivas à historiografia, permitem compreender melhor a Memória e a construção da identidade coletiva; 2) O acréscimo que representa para o utilizador, em especial o investigador, ao despender menos tempo na localização de fontes e na recuperação da informação, rentabilizando o seu trabalho na produção de conhecimento científico. Esta dissertação reforça o apelo aos detentores deste tipo de arquivos, contrariando a desconfiança generalizada que sentem pelo abandono a que normalmente estes legados são votados após a doação, pela inegável falta de meios para os tratar, para a sua salvaguarda, nomeadamente por entrega a instituições que assegurem o seu tratamento e disseminação. Ao Poder e às instituições habilitadas compete-lhes ponderar investir em recursos capazes de responder à valorização, acesso e divulgação deste bem comum que é a memória social, representativa da construção da identidade coletiva, em cumprimento do objetivo do Património Documental. Acrescenta-se que o tratamento arquivístico de alguns documentos do fundo na presente dissertação, apresentado em Catálogo, visa ilustrar os benefícios acima referidos.

Palavras-chave: Património Documental - Memória - História - Arquivo Pessoal e Privado - Tomé José de Barros Queirós.

Abstract

The present Master's thesis on Heritage Studies is part of a research project on Documentary Heritage. It seeks to address the important meaning of Memory for the writing of History, through the case study of the private archive of Tomé José de Barros Queirós (Thomé José de Barros Queiroz - Ílhavo, February 2nd 1872 — Lisbon, May 5th 1926). It is a historical archive. A republican and a mason, Tomé José de Barros Queirós started his professional activity as a businessman in the lighting industry in Lisbon, followed by a succession of governmental positions during the First Republic in Portugal, as Council President (the title at the time for the present position of Prime Minister), between May 23 and August 30, 1921. These types of archive - historical, personal, and particular - are generally compiled from presumably genuine sources, reflecting the history of its producer and the corresponding period, with political and sociological contributions, as is the case of the present study. The study is part of an archival science which defends the value of these type of archival resource, and is justified for two main reasons: 1) The informational complement offered by private archives in relation to public archives, represents a larger offer of document proof, a genuine evidence of use, customs and singularities, thus adding new perspectives to historiography and paving the way for a better understanding of Memory and the construction of collective identity; 2) Private archives save time in the location of sources and in recovering information, benefitting the user – and especially the researcher - who can invest more time in the production of scientific knowledge. This thesis also seeks to demonstrate to private archive owners how important it is to place these types of archives in the hands of institutions which warrant and safeguard their preservation, treatment, and dissemination. It is necessary to thwart the generalized distrust surrounding archival donations, given the lack of interest afforded to these types of archives. The Government and the respective institutions ought to invest in resources capable of promoting and improving private archives. This route warrants the Documentary Heritage principle of document accessibility as a common good, and as social Memory records representing the construction of collective Identity. The archival treatment of some of the documents in this archive, included in this thesis and presented in the respective Catalogue, aims to exemplify the benefits referred to above.

Keywords: Documentary Heritage - Memory - History - Personal and Private Archive - Tomé José de Barros Queirós.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
Património Documental, Memória, Arquivo e História	10
1.1. A memória, a identidade e a História	12
1.2. As fontes e os arquivos pessoais: Memória, História e Património Documental	17
1.3. Arquivo e Memória: o documento como registo material e indício imaterial	20
CAPÍTULO 2	
Os arquivos pessoais e particulares	24
2.1. O valor dos arquivos pessoais	26
2.2. A natureza privada dos arquivos pessoais	33
CAPÍTULO 3	
O tratamento arquivístico	40
3.1. A classificação arquivística	42
3.2. A descrição documental	47
3.3. A indexação	54
CAPÍTULO 4	
<i>Estudo de Caso: O fundo pessoal, particular e histórico de Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)</i>	57
4.1. Caracterização do <i>fundo Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)</i>	60
4.2. Descrição do <i>fundo Tomé José de Barros Queirós</i>	79
4.3. A biografia de Tomé José de Barros Queirós	86
4.4. Breve enquadramento histórico do período de produção do <i>fundo Tomé José de Barros Queirós</i> : a Primeira República portuguesa (1910-1926)	94
4.5. Factos e indícios no <i>fundo Tomé José de Barros Queirós</i>	97
4.6. A classificação do <i>fundo Tomé José de Barros Queirós</i>	127
4.7. Transcrição de documentos e breve biografia das personalidades	136
4.8. Em jeito de súmula	150
CONCLUSÃO	155
BIBLIOGRAFIA	165

Fontes impressas	165
Publicações Oficiais	167
Publicações Periódicas	169
Webgrafia	169
ANEXO - Catálogo do <i>Fundo Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)</i>	179
Fundo TJBQ	180
Secção Vida Pessoal e Familiar-Subsecção Fotografias	181
Documento 1 - Fotografia de TJBQ	182
Documento 2 - Fotografia de TJBQ para Raphael de Peixinho	183
Documento 3 - Fotografia de TJBQ para José Themudo	184
Subsecção Correspondência Emitida e Recebida-Série Correspondência Emitida	185
Documento 4 - Carta de TJBQ a João Fernandes	186
Documento 5 - Postal de TJBQ a Christina Fernandes Barros Queiroz	188
Documento 6 - Postal de TJBQ a Amílcar de Barros Queiroz	189
Série Correspondência Recebida	191
Documento 7 - Carta de Egas Moniz a TJBQ	192
Documento 8 - Carta de Ernesto de Vilhena a TJBQ	194
Documento 9 - Carta de Estevão de Carvalho a TJBQ - Jornal Europa	196
Subsecção Documentos Pessoais-Série Documentos da Maçonaria	197
Documento 10 - Livre Trânsito de Companheiro maçõn de TJBQ	198
Documento 11 - Diploma de Mestre maçõn de TJBQ do GOLU	200
Documento 12 - Carta de Manuel Monteiro a TJBQ	201
Série Outros Documentos	202
Documento 13 - Passe espanhol de transporte ferroviário de TJBQ	203
Documento 14 - Passaporte de TJBQ	204
Documento 15 - Contrato de Arrendamento	208
Secção Vida Profissional-Subsecção Fotografias	209
Documento 16 - Fotografia de vereadores republicanos da CML na monarquia	210
Documento 17 - Fotografia da visita presidencial de TJBQ com António José de Almeida	211

Documento 18 - Fotografia de António José de Almeida	212
Subsecção Bibliografia do Autor	213
Documento 19 - Capa do Parecer sobre o Projecto de Orçamento da receita para 1912-1913	214
Documento 20 - Capa do livro Impostos: Apontamentos para o estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo	215
Subsecção Correspondência Emitida e Recebida–Série Correspondência Emitida	216
Documento 21 - Carta de TJBQ a Daniel de Barros Queiroz	217
Documento 22 - Carta de TJBQ ao Serviço da República	219
Documento 23 – Carta de TJBQ a Afonso Costa	220
Série Correspondência Recebida	222
Documento 24 - Carta manuscrita de Brito Camacho	223
Documento 25 – Carta de Eduardo Sarsfield	224
Documento 26 - Carta de Edmundo Porto	226
Documento 27 - Carta de Ernesto Driesel Schroter	227
Documento 28 – Telegrama de Manuel Teixeira Gomes	229
Subsecção Imprensa Internacional e Nacional da Época-Série Artigos da Imprensa Nacional da Época-Subsérie Artigos sobre o Produtor	231
Documento 29 - Artigo da revista Ilustração Portuguesa/O Século /Suplemento humorístico O Século Cómico	232
Documento 30 - Artigo da revista Ilustração Portuguesa	233
Documento 31 - Artigo da revista ABC	234
Série Periódicos da Imprensa Internacional e Nacional da Época-Subsérie Periódicos da Imprensa Internacional da Época	235
Documento 32 - Jornal francês La Liberté en Sud-Ouest	236
Documento 33 - Jornal espanhol El Mundo	237
Subsérie Periódicos da Imprensa Nacional da Época	238
Documento 34 - Jornal português A Lucta	239

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos:

APBAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

CIA – ICA-The International Council on Archives

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DGLAB - Direção Geral do Livros, dos Arquivos e Bibliotecas

DC – Documento Composto

DS – Documento Simples

GOL - Grande Oriente Lusitano

IDD(s) – Instrumento(s) de Descrição Documental

ISAD (G) – Norma Geral de Descrição Arquivística

ISAAR (CPF) – Norma Internacional Para os Registos de Autoridade Arquivística
Relativos a Instituições, Pessoas Singulares e Famílias

LD(s) – Linguagens Documentais

NP – Norma Portuguesa

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

P – Página [p.]

PP – Páginas [pp.]

TJBQ – Tomé José de Barros Queirós (Thomé José de Barros Queiroz)

P/B – Preto e branco [p/b]

Introdução

A presente investigação em Estudos do Património tem como objectivo analisar a importância do Património Documental para a Memória e para a História, na perspectiva da valorização dos fundos pessoais e particulares, especialmente os históricos, e o importante papel da arquivística no seu tratamento, através do *estudo de caso* do fundo de Tomé José de Barros Queirós (Thomé José de Barros Queiroz - Ílhavo, 2 de Fevereiro de 1872 - Lisboa, 5 de Maio de 1926). Republicano e maçom, Tomé José de Barros Queirós, produtor do fundo em estudo, inicia a sua atividade profissional como comerciante do ramo da luminária em Lisboa, tendo desempenhado diversos cargos governamentais durante a Primeira República em Portugal, nomeadamente o de Presidente do Conselho (designação de então para o actual cargo de Primeiro-Ministro), entre 23 de maio e 30 de agosto de 1921.

Para obtenção do objectivo referido, foi necessário o indispensável levantamento do *estado da arte* que contou com o exame de um conjunto de textos, representativo da vasta literatura concitada pelos diversos temas aqui presentes.

No que se refere à Arquivística, trabalhou-se um reduzido número de documentos ilustrativos do fundo, apresentando-se o seu resultado em Catálogo.

No âmbito do Património Documental, mostrou-se o importante papel do Arquivo enquanto espaço de guarda das fontes e da construção de conhecimento. Local de preservação da Memória social e da consequente construção da Identidade coletiva para a escrita do conhecimento científico, em particular o histórico, cabe ao Arquivo a tarefa essencial de salvaguarda e valorização dos fundos pessoais e particulares, que se compõem de fontes originais e inéditas e completam a informação contida nos arquivos oficiais.

A completar este *quadro*, expõem-se algumas problemáticas que caracterizam o tratamento deste tipo de arquivos, devido às suas particularidades, fazendo com que se revista de grande peso o trabalho do arquivista (para lá de possibilitar a partilha, disponibilização e o acesso público às fontes).

Deste modo, é explicado em que consiste este trabalho, de uma forma simples e sucinta, elencando-se os principais procedimentos, normas e conceitos. O objetivo é o de facultar à comunidade que se posiciona fora do âmbito das Ciências da Informação e da Documentação (ou como agora é mais conveniente denominar, pela abrangência, as

Tecnologias da Informação e da Comunicação) um entendimento mais aproximado das problemáticas da área da arquivística.

Para o efeito, seguiram-se as normas nacionais e internacionais para a classificação, orientadoras dos instrumentos de descrição documental (IDDs).

Exposto o *objetivo geral* da presente dissertação, que pretende relacionar a História, a Memória e a Identidade, no âmbito do Património Documental, com o papel preponderante dos arquivos e com os procedimentos da arquivística e com o trabalho do arquivista, passamos a evidenciar os *objetivos específicos*.

O fim pretendido é o de apresentar o valor que os fundos pessoais e particulares têm, especialmente os históricos, por serem constituídos de, maioritariamente, fontes primárias, através do *estudo de caso* do fundo de Tomé José de Barros Queirós, que é a base a partir da qual se estabelece a relação entre os temas a desenvolver no presente trabalho.

A produção do conhecimento científico histórico necessita de *fontes*. Elas são as provas documentais - os registos testemunhais físicos do pensamento -, e o suporte da investigação. Fontes estas carecidas de valorização, preservação, tratamento e acessibilidade.

É aos Arquivos que cumpre este papel. Fica aqui, esclarecida, a definição de Arquivo e plasmada a sua importância.

Os documentos integrantes dos fundos tanto podem ser resultantes de instituições, como resultantes de fundos pessoais e particulares.

Quando falamos de fundos pessoais e particulares, é inevitável que se aborde a questão do seu tratamento arquivístico devido às especificidades que decorrem da subjetividade que os caracteriza, e que requer, por isso, uma forma diferenciada e personalizada de tratamento, relativamente aos fundos públicos.

O tratamento arquivístico é orientado por princípios e normas, nacionais e internacionais.

Os fundos institucionais obedecem, de forma rígida, a estas normas, pelo seu carácter objetivo, enquanto os fundos pessoais requerem um tratamento de acordo com as suas facetas próprias, nomeadamente porque observam o respeito da ordem de proveniência e o da organização do produtor. Foi este quem os produziu, lhes deu o sentido e a função que

tiveram. Estes documentos, enquanto provas de vida de um indivíduo, têm um caráter multifacetado por representarem a diversidade e as múltiplas atividades do seu produtor.

A historiografia contemporânea tem acompanhado e ajudado a desenvolver a valorização dos fundos pessoais, por lhes reconhecer a valiosa contribuição na escrita de uma micro-História a caminho de uma História mais abrangente. E presumivelmente mais genuína. Pode dizer-se, deste modo, que a História se constrói a partir da informação que fica registada nos documentos - as fontes - dos fundos de Arquivo.

A consciencialização da importância destas fontes, que compõem os fundos, traduz-se na preservação do Património Documental.

Pensar o Património, atualmente, em especial o Documental, tem em conta não só a valorização do registo como testemunho físico, como suporte do facto para estudo, mas também dos sentidos, das informações, das intenções neles inscritos, que neles subjazem. Todos estes aspectos traduzem a sua memória.

A sua preservação e a disponibilização possibilitam à coletividade o acesso à memória, que é o seu património, de forma a que seja construída a identidade da comunidade. Não fosse o seu registo documental e provavelmente perder-se-lhes-ia a memória factual da sua existência que o tempo se encarrega de fazer esquecer devido “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (Nora, 1993: 15).

O fundo pessoal e particular, histórico, objeto da análise neste trabalho, pode considerar-se, assim, um possível contributo informacional, pelas fontes primárias e originais de que se compõe, para a escrita do conhecimento científico do estudo do Portugal de então.

Apresentados os *objetivos particulares* do trabalho, expõe-se a sua estrutura de desenvolvimento, que assenta em duas partes:

- a) A parte teórica que
 - i. cruza e expõe a relevância do Património Documental com a Memória e com a História, na sua relação com o Arquivo, realçando o valor que representam os fundos pessoais e particulares, particularmente os históricos, por serem constituídos por

fontes primárias que permitem, pela variedade e valor informacional que os seus conteúdos encerram, servir o conhecimento científico - em especial a História -, sendo, simultaneamente, transmissores da memória individual dos seus produtores e, também, construtores da identidade coletiva neles refletida;

- ii. mostra, conseqüentemente, o foco dado ao Arquivo, pelo interesse em conservar, preservar, trabalhar, tornar acessíveis e difundir os fundos pessoais e particulares, como fontes complementares de informação à dos fundos públicos, entendendo-se que ambos compõem o Património Documental, ao mesmo tempo que demonstra o papel dos Arquivos como guardiães da Memória social coletiva, a partir da qual se constrói a Identidade comunitária.
 - b) E, assente na metodologia científica de análise e organização da arquivística, a parte prática que
- iii. salienta como o trabalho do arquivista, que não sendo especialista nas matérias que descreve, não pode afunilar a possibilidade de pesquisa da informação, mas ser, sim, um seu facilitador, oferecendo ao utilizador, particularmente ao investigador, uma eficaz recuperação da informação, poupando-lhe esforços de pesquisa e convertendo-os em tempo útil para a produção de conhecimento científico; e fornecendo-lhe, sem subjetividade, a diversidade documental que estes fundos encerram, através de um amplo universo de descritores demonstrativos da multiplicidade de matérias que os caracteriza;
- iv. exemplificar o atrás referido, através do *estudo de caso* do fundo de Tomé José de Barros Queirós (1872-1926), carecido de tratamento arquivístico, trabalhando alguns documentos deste fundo, de forma a demonstrar algumas problemáticas que se apresentam ao arquivista no tratamento deste tipo de fundos, ilustrando o trabalho da informação sob a forma de Catálogo, na última parte do trabalho.

A presente dissertação pretende, simultaneamente:

- a) Dar a conhecer este fundo e a variedade de fontes primárias que o constitui, desconhecidas, importantes para a investigação, como exemplo da riqueza de fontes que estes fundos apresentam.
- b) Reforçar, mostrando através do tratamento arquivístico de alguns documentos do fundo e pela riqueza das suas fontes, a corrente teórica da arquivística que reivindica a importância da valorização deste tipo de fundos – embora o presente trabalho não se desenvolva na temática dos arquivos familiares nem na dos arquivos pessoais não históricos.

Após a realização do presente trabalho, o fundo será doado ao Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, tendo ficado acordado o seu tratamento e disponibilização céleres, para utilidade de investigadores e de quantos pretendam usufruir do seu contributo. Expressa a NP 4041 1, no ponto “Comunicação da informação e documentos” que a “Função primordial do serviço de arquivo [que] visa facultar aos utilizadores dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização”, e no ponto “Difusão Função do serviço de arquivo”, que o arquivo “visa promover o conhecimento do seu acervo documental”.

Em suma, comunicar e divulgar a informação é a função primordial do serviço de arquivo, difundindo “o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização” (IPQ, 2005: 19).

Apresentadas as motivações da escolha do tema, o estado da arte¹, os objetivos e a metodologia adotada, a dissertação tem a seguinte estruturação por capítulos, que se desenvolvem de acordo com a organização que se descreve:

¹ Nomeadamente nas áreas da História e da Memória, autores como Carl GINZBURG (**O queijo e os vermes o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**), David LOWENTHAL (**Como conhecemos o passado**), Ecléa BOSI (**Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**), François HARTOG (**Tempo e História: “Como escrever a História da França hoje?”**), Jacques LE GOFF (**História e memória**),

1 - Os Capítulos 1 e 2 discorrem sobre a teoria dos temas a abordar.

O 1º Capítulo trata os conceitos e a importância do arquivo, no âmbito do Património, particularmente do Património Documental, na sua relação com a Memória e com a História.

O 2º Capítulo evidencia a natureza e as especificidades dos arquivos pessoais, bem como a relevância da sua valorização e da sua preservação para o conhecimento, especialmente o histórico.

As particularidades que caracterizam estes fundos tornam-nos importantes contributos - pela abrangência, diversidade e complementaridade, relativamente aos arquivos institucionais. São apresentados como fontes constituintes e construtoras da Memória, manifestando quer a identidade individual quer a coletiva, expondo-se a problemática teórica que este tipo de fundos comporta dentro da esfera da arquivística, pela subjetividade que lhes está associada e que se traduz na sua inerente complexidade de tratamento.

2 – O Capítulo 3 elucida os conceitos, os critérios e os procedimentos inerentes à Arquivística.

Este Capítulo expõe alguns conceitos e teorias da arquivística, sobre os quais assenta o trabalho prático, acompanhados da explicação da terminologia específica.

3 – O Capítulo 4 apresenta o *estudo de caso*.

Joël CANDAU (**Antropologia da memória**), Lucien FEBVRE (*Prefácio a Charles Morazé, Trois essais sur Histoire et Culture*), Maurice HALBWACHS (**A memória coletiva**), Michael POLLAK (**Memória e identidade social e Memória, esquecimento, silêncio**), Michel de CERTEAU (**A Escrita da História**), Michel FOUCAULT, (**A arqueologia do saber e Microfísica do poder**) Paul RICOEUR (*Memória, história, esquecimento*), Paul CONNERTON (**Como as sociedades recordam**), Pierre NORA (**Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**); e nas áreas do Arquivo, do Património e do Património Documental, autores como Armando Malheiro da SILVA (**Arquivos Familiares e Pessoais: Bases Científicas para a aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo**), Fernanda RIBEIRO (**O acesso à informação nos arquivos**), Françoise CHOAY (**A Alegoria do Património Cultural**), H. L. BELLOTTO (**Arquivo: estudos e reflexões**), Jacques DERRIDA (**Mal de Arquivo, uma impressão freudiana**), Luciana DURANTI, (**Registos documentais contemporâneos como provas de acção**), Maria Otilia Pereira LAGE (**Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios**), Paul OTLET (**Documentos e Documentação**), Terry COOK (**O espaço do Arquivo, Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno**), entre outros.

Mostra o processo de tratamento documental do fundo de Tomé José de Barros Queirós, expondo a ordenação intelectual que acompanha o trabalho arquivístico, ilustrado no Catálogo apresentado no final do trabalho (por se crer ser este o meio que melhor reproduz a informação trabalhada, espelhando a vida funcional do produtor e a amplitude informacional dos documentos, revelada através do contexto de produção e de utilização dos documentos).

Este capítulo compõe-se, ainda, além da biografia do produtor, de um breve enquadramento histórico do período de produção do fundo, discorrendo-se, também, sobre as problemáticas com que o arquivista se depara no tratamento deste tipo de fundos e sobre a importância do seu trabalho ser relevante para todas as áreas do saber.

Através do *estudo de caso*, o tratamento do fundo exhibe a aplicabilidade da metodologia científica das áreas do saber que o presente trabalho cruza – Arquivo, História e Estudos do Património, em especial o Património Documental.

Sustentada pelos princípios fundamentais da arquivística e pelos instrumentos de descrição normalizados, são explicados os procedimentos arquivísticos, desde a análise e organização documental até à classificação, pois a análise é a "base de sustentação conceptual, teórica e metodológica" para a descrição documental (Simões&Freitas, 2013: 94). Para o efeito, o Capítulo foi subdividido nas seguintes partes:

1º - Apresentação e caracterização do fundo;

2º- Identificação da documentação, mediante a metodologia de análise documental utilizada na arquivística, apresentando-se a terminologia própria, as operações de ordenação, classificação e descrição da documentação;

3º - Apresentação do produtor do arquivo através da sua breve biografia;

4º - Apresentação de um breve enquadramento do período histórico da produção do fundo;

5º - Exposição da diversidade de leituras que os documentos do fundo permitem; apresentação de casos práticos da problemática do trabalho arquivístico, resultante da complexidade, subjetividade e pluralidade característica deste tipo de fundos; e exposição do importante papel de que se reveste o trabalho do arquivista na descrição da informação;

6º - Classificação do *fundo Tomé José de Barros Queirós*;

7º - Transcrição, para comodidade do leitor, de alguns documentos manuscritos do fundo com apresentação de breves *legendas biográficas* das individualidades.

A conclusão apresentará as reflexões finais, decorrentes do trabalho realizado.

O trabalho termina com a apresentação do Catálogo anexo, exemplificando o tratamento documental, com a reprodução da digitalização dos documentos selecionados como ilustração do fundo. Esta é demonstrativa da importância dos fundos pessoais e particulares, compostos, *grosso modo*, por fontes primárias, na sua relação intrínseca com o Arquivo, com o Património Documental, com a Memória e com a História. Catálogo este realizado de forma simples, de modo a proporcionar um melhor entendimento da área, que através do tratamento documental permite apresentar-nos a história de vida funcional do produtor, proporcionando aferir leituras transversais e multidisciplinares.

O tratamento arquivístico é apresentado como demonstrativo dos procedimentos e de algumas problemáticas inerentes ao trabalho deste tipo de arquivos.

O tratamento documental foi efectuado segundo as especificidades do fundo e de acordo com as normas utilizadas na descrição arquivística. Seguiu-se a terminologia

normalizada adotada pela norma internacional - a ISAD (G)², a ISAAR (CPF)³, as ODA⁴, pelo CIA⁵ e pela DGLAB⁶.

Optou-se pelo emprego do termo “fundo” e “arquivo” com o mesmo sentido, em detrimento de outros termos sinónimos como acervo ou espólio, entre outros.

Seguiu-se a orientação de Heredia Herrera (2011: 44) no uso distinto da palavra “Arquivo” para a instituição que custodia os arquivos, e “arquivo” para o conteúdo documental.

A grafia do nome do produtor será, de ora em diante, escrita sob a forma atual: Tomé José de Barros Queirós ou sob acrónimo (TJBQ).

² **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição**, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. **Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo**.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.- 97 p.; 30 cm. [Em linha] Disponível em: <URL:<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/isadg.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

³ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, **ISAAR(CPF): norma internacional de registo de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**, trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; no 50) Adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003. [Em linha] Disponível em: <URL: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁴ DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – **Orientações para a descrição arquivística**. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. 325 p. [Em linha] Disponível em: <URL: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁵ ICA The International Council on Archives [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.ica.org/es/records-context-modelo-conceptual>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁶ DGLAB-Direção Geral do Livros, dos Arquivos e Bibliotecas. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/?s=ISAD%28G%29>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CAPÍTULO 1

Património Documental, Memória, Arquivo e História

A interdisciplinaridade entre o Património Documental, a Memória, o Arquivo e a História, que vai suportar a importância da preservação dos fundos pessoais, no caso particular, o de Tomé José de Barros Queirós é o objecto de análise deste capítulo.

Não se pode falar de Património Documental sem falar do documento. O documento é o registo, a validação de memória - individual ou coletiva.

A memória dos actos é materializada pela sua inscrição no documento, inferindo ideias e intenções dos factos, mas, também, das que por terem sido preteridas, não são conhecidas por não terem ficado plasmadas. Deste modo, o documento é a materialização da memória. *Documento* que consubstancia o património; *memória* que agrega o conceito de transmissão – material e imaterial. Ambos têm em si a ideia de lembrança, de um passado, incontornavelmente interpretado à luz do presente, para rememoração no futuro.

Os documentos são o suporte rememorativo das vivências, os testemunhos das memórias, que permitem a construção da História, como registos que possibilitam uma aproximação à realidade dos factos. Porém, há que considerar que os documentos transmitem memórias, mais, ou menos, intencionais, assim como o historiador escreve numa perspectiva dos factos condicionada pelo tempo em que vive, pelo tempo que lhe molda o pensamento. Transmite, na história que escreve, a sua leitura dos factos, balizada pela sua própria experiência pessoal, para além de situar os factos contextualizados no tempo em que aconteceram.

Este registo documental é, aliás, tão importante, que *separa as águas* da Pré-História e da História. Desta forma fica patente a importância que tem a guarda e a preservação dos documentos e, conseqüentemente, a dos Arquivos. Eles são os guardiães das memórias, oferecendo-se, também, como lugar de construção de conhecimento, disponibilizando os documentos à sua guarda.

Este património é importante na medida em que o homem, sendo um animal social, necessita do grupo, da sociedade, para estruturar a sua identidade. É o coletivo que dá sentido à existência do indivíduo. É, a memória do coletivo, estruturante na construção da identidade do indivíduo.

Apresentamos abaixo, sob este referencial, a explanação dos conceitos nucleares das áreas referenciadas – *per si* e na relação entre si.

1.1. A memória, a identidade e a História

Entre o documento-registo e o documento-memória está a interpretação para a História. A memória do acontecimento transforma-se, desta forma, numa memória histórica, na memória que é matéria necessária para a escrita da História, delegando-se no arquivo a sua guarda. Sendo a *memória de arquivo* como refere Nora (1993: 15). Estes *lugares de memória* são, deste modo, repositórios da memória - materiais, simbólicos e funcionais -, fazendo “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento” (ibidem).

O registo físico e a construção historiográfica remetem-nos para outras questões paralelas indissociáveis, que são o pensamento que a sociedade dita, que a sociedade condiciona. O indivíduo existe num determinado contexto social e é a partir dele que vive e cria os seus registos. Desde logo estes estão, inevitavelmente, sujeitos a uma leitura conjuntural. Acresce-lhes, também, o condicionamento da leitura historiográfica quando o historiador, moldado pela realidade social em que, por sua vez, habita, a direciona, o que logo se revela aquando da simples escolha do campo da sua investigação.

A História é a análise presente do passado e, por isso, não se pode ignorar que o conhecimento histórico seja condicionado pelo presente, quando o passado “(...) *é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na rede das realidades humanas de hoje.*” (Febvre, 1948: viii)⁷.

Isto demonstra que a História não consegue abarcar atemporalmente a realidade, seja na leitura da fonte - porque o historiador não alcança a pluralidade de realidades que esta reflete da vida do produtor -, seja porque a perspetiva do historiador é norteada pela sociedade que o enquadra, moldando-lhe as leituras, ao mesmo tempo que ele, como indivíduo, é um agente atuante da sociedade e da construção da História. O tempo do

⁷ Tradução livre da autora. No original: “(...) c’est une reconstitution des Sociétés et des êtres humains d’autrefois par des hommes et pour des hommes engagés dans le réseau des réalités humaines d’aujourd’hui.” (Febvre, 1948: viii).

enquadramento social e das estruturas sócio culturais contemporâneas ditam a linguagem norteadora do pensamento crítico histórico: “Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objecto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objecto, e o passado, nas suas práticas” (Certeau, 1982: 41).

O registo foi produzido numa sociedade determinada a que o historiador nunca terá acesso a não ser através do registo, e a História que aquele vai escrever é determinada pela sociedade na qual vive, condicionada pelos seus valores e leituras, sem prejuízo de, no confronto entre documentos, se cruzarem ideias silenciadas – antes ou no presente –, influenciando quer no resultado interpretativo sobre as fontes, quer no retrato que, do seu próprio presente, o historiador faz – ilustrando as espirais hermenêuticas de que os hermenutas nos falam.

Deste modo, as fontes são, ao mesmo tempo, registos e, igualmente, rastros, que podem conduzir a historiografia a novos olhares, dando voz a silenciamentos e esquecimentos que, por vezes, a História não contemplou ou não valorizou anteriormente; desta forma, as fontes são os documentos que permitem que a memória rememore o facto, oferecendo ao cientista, nomeadamente ao historiador, a ocasião para a escrita do conhecimento no presente, mas, em simultâneo, a oportunidade de este lhe construir novas interpretações, de lhe vislumbrar contornos ainda não desvendados, servindo, ainda, como acréscimos prementes, ou como elucidários e “dicionários” de dúvidas, no resgate que a escrita da história no passado pode ter deixado. Em suma, cada presente traz o *seu* passado (que, por sua vez, mexe no presente que a escreve); e cada passado enriquece, historicamente, os outros.

Sendo a relação temporal, entre passado, presente e futuro permeável às condicionantes apresentadas, o confronto e a comparação de todas estas realidades podem proporcionar uma escrita da História mais inteira, ampliando e interligando explicações e áreas, que os arquivos públicos, só por si, não são capazes de oferecer, pelo que são de grande valia os fundos pessoais e particulares, especificamente os que têm componentes histórica, (como é o caso do fundo que aqui serve de exemplo). Estes fundos, constituídos por fontes primárias, são os que permitem olhares originais de cada vez que são analisados, permanecendo disponíveis e ao alcance das análises constantes do pensamento historicista e

dos interesses da investigação nos sucessivos estágios temporais em que ocorram, seja em continuidade ou rutura de concepções, mas sempre em acréscimo de conhecimento. Cada leitura, em cada tempo da história, debruçada sobre o seu próprio contexto, perspetiva a permanente e incessante dinâmica dos raciocínios sociais sobre as vivências passadas. A rememoração permite que o passado volte à vida em simultâneo com o renascer de novas interpretações. O passado não está encerrado, em qualquer que seja o tempo em que é lido: “Mas talvez fosse próprio dizer: os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos (...). lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras”, como nos lembra Santo Agostinho (1984, XI, 20: 309).

Falamos, deste modo, da memória, da vivência imediata e do que se espera que virá. Em suma, as fontes são os rastros do passado, estagnadas no presente, mas vivas nas interpretações dos significados possíveis, tantas quantas as realidades que as criaram, fruto da multiplicidade das intenções e das ações que lhes deram vida e, por isso, inesgotáveis de reflexões e permanentemente possíveis de novos exames.

A Memória e a História têm em comum olhar o passado. Mas enquanto a memória foi vivida, transmitindo à experiência de hoje a experiência de ontem, é rememoração, “a história escrita progrediu às custas da memória e dos artefactos” (Lowenthal, 2012: 175), sendo um conhecimento produzido intencionalmente. Inferimos, deste modo, que Arquivo e Memória sendo locais de guarda de vivências, ganhando o mesmo sentido, não são sinónimos. O Arquivo é o local onde são guardadas as memórias - a Memória -, sendo esta a “guardiã” simbólica que encerra as experiências vividas. Contudo, para que a memória não se perca e não seja remetida ao esquecimento, há a necessidade da sua salvaguarda, e os Arquivos são o espaço e o tempo onde esta se deposita até que a História, ou outra área de construção de conhecimento, a procure para edificar saber. Arquivo e Memória acabaram por se tomar parte integrante da História, sendo, também, seu sinónimo. Arquivo e Memória garantem a escrita da História: o Arquivo, enquanto local onde é guardada a Memória, mas que é, também, o espaço onde a História se constrói; a Memória, inscrita nas fontes, é a matéria da qual se serve a História para produzir conhecimento.

Os documentos, que compõem o conceito do Patrimônio Documental, são o elo comum através dos quais a História se liga à memória e ao Arquivo, construindo a identidade. O Arquivo, através da guarda e disponibilização dos documentos para acesso e construção do conhecimento, permite a reconstrução do passado. A memória está nos documentos transportando a intencionalidade objetivada. A História serve-se das fontes para construir o conhecimento, tornando-o compreensível. Pode, deste modo, dizer-se que ambos os campos se baseiam em iguais metodologias. A memória, consolidada nas provas em que se alicerça o passado, guardada nos arquivos, passa, através da História, a ser reconhecida como a verdade da identidade coletiva.

Como se instituiu o arquivo de poder é do que nos fala Derrida (2001). A partir do cruzamento entre a memória e o conhecimento, o arquivo ganhou poder na medida em que controla a informação, orienta o que se recorda e o que não serve para ser lembrado. A construção política acaba por ditar a construção da identidade coletiva através da manipulação da memória. Eis por isso se defende que os arquivos pessoais podem ser considerados mais autênticos que os institucionais, por se situarem fora do âmbito de criação institucional, das regras ditadas pelo poder. É a comunidade que dá o sentido da existência do ser humano, a sua Identidade coletiva.

Deste modo, o Patrimônio Documental é um conceito que cruza a materialidade e a imaterialidade da Memória. Por um lado, o testemunho documental é o registo que deixa inscrita a manifestação intencional, a memória material, mas transporta consigo, simultaneamente, a imaterialidade que não cabe na leitura física. Desta forma, o registo é testemunho de vivência, mas, também, de silêncios. A importância da preservação das fontes dá-nos, deste modo, a oportunidade para que o esquecimento não apague a Memória.

As fontes, de que o Patrimônio Documental se constitui, tem nos Arquivos a segurança da Memória – o testemunho impresso no documento e, também, os seus silêncios. A História vai ganhando, ao longo dos tempos, fruto desta preservação, oportunidades de acumulação de dados para a construção do conhecimento. O produtor do documento, moldado pelo coletivo no qual se insere, carregado de normas e de intenções, transporta para o documento a sua identificação com a sociedade, a sua identidade, mas também aquilo com que dela se distancia, o que dela ignora e o que dela cala – esquece ou lhe escapa. Desta forma, um

registro é a memória física documental, mas também a leitura do silenciamento remetida ao esquecimento a não ser que seja trazida à luz pela investigação.

Como atrás referido, a memória é coletiva ao mesmo tempo que é individual. O indivíduo que lembra, fá-lo a partir da sociedade na qual está inserido, a partir dos grupos de referência nos quais se movimenta, porque a memória é construída através das interações com os grupos, pois “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2013: 51). A memória é lembrança, ao mesmo tempo que é também esquecimento: [as] “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013: 26).

Sobre a memória, são os “diferentes pontos de referência que [a estruturam]” (Pollak, 1989). Mas esta é também silêncio e esquecimento pois “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”” e essas fronteiras, com o esquecimento definitivo e o inconsciente reprimido, não estão estanques, mas em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989). Considera-se, deste modo, que “a única coisa que os membros de um grupo realmente partilham é aquilo que esqueceram do passado comum” (Candau, 2013: 92), sendo a memória, deste modo, o passado no presente e no futuro, como tão bem retrata um dito popular que se reproduz:

“Uns dias após a queda do muro de Berlim, dois alemães conversavam sobre o assunto. Pergunta um deles ao outro:

– Que futuro crês tu que teremos daqui a cinco anos?

O outro responde:

– Sei lá! Não sei sequer que passado teremos daqui a cinco anos!”

(Autor desconhecido)

Corroborando, diz-nos Connerton que:

“a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. (...) E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. Daí a dificuldade de extrair o nosso passado do nosso presente: não só porque os factores presentes tendem a influenciar — alguns diriam mesmo distorcer — as nossas recordações do

passado, mas também porque os factores passados tendem a influenciar, ou a distorcer, a nossa vivência do presente.”

(Connerton, 1993: 2)

A memória são lugares, relações e ações e é história; “a memória também tem uma história” na qual “cabe ao futuro esclarecer o passado” (Hartog, 1996: 140, 129). Comprova o Pierre Nora, na sua obra **Lugares de Memória**, quando refere que o que hoje entendemos como memória não é senão história. Mas a própria História é a história que o homem escreve sobre o que aconteceu, porque “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994: 55). A obra de Halbwachs, **La mémoire Collective**, (1968), encara a memória como algo que não pode ser dissociável do fenómeno coletivo ou social, sendo que reconhece na memória a capacidade de reforçar a coesão social (Oliveira, 2009). A memória coletiva remete para os ideais comuns a um grupo de indivíduos. Este grupo de indivíduos, composto por cada indivíduo, é que dá um sentido de pertença à comunidade.

1.2. As fontes e os arquivos pessoais: Memória, História e Património Documental

Visto que a memória é permeável, e sendo ela a matéria-prima para a escrita do conhecimento multidisciplinar e transversal, os legados documentais são fundamentais e cruciais. Percebe-se, face ao exposto, e perante a evidência de a memória e a História serem permeáveis, são as fontes que nos proporcionam o carácter factual. E estas provas, as fontes, encontram-se nos arquivos familiares e pessoais assim como nos institucionais, pois quer a memória quer o esquecimento foram reapropriados pela história: “As questões em jogo dizem respeito à memória, já não como simples matriz da história, mas como reapropriação do passado histórico por uma memória que a história instruiu e muitas vezes feriu.” (Ricoeur,

1913). Continua o autor: “A interpretação não é uma fase à margem do conjunto da operação histórica; pelo contrário, ela trabalha a todos os níveis, desde o estabelecimento do testemunho e dos arquivos até à explicação em termos de finalidade ou de causalidade” sendo por isso mais razoável podermos “apenas esperar das suas construções que elas sejam conduzidas como reconstruções segundo uma lógica de probabilidade, para utilizar os termos de C. Ginzburg a propósito do seu modelo da verdade histórica.” (Ricouer, 1913).

São as fontes diretas, originais, que permitem a cada tempo a reescrita do conhecimento histórico, sendo que sem a memória individual não há a coletiva nem a institucional. Aqui reside a importância do Património Documental. Para tal, é preciso que este seja preservado e tratado, acessível à partilha, cumprindo, desta forma, a função de fundamentação da escrita do conhecimento – no caso em análise, a escrita da História.

Conclui-se, face ao exposto, que é de extrema importância que o registo da memória humana não se perca e, deste modo, fundamental a preservação dos documentos – pois são eles que possibilitam o carácter científico da escrita da História. São, pois, as fontes de informação as valiosas bases que permitem, para além de darem a conhecer os acontecimentos do passado, através da sua leitura, a compreensão, o mais aproximada possível, da realidade sobre a qual assente o presente. As fontes, os documentos, são o Património Documental. O seu valor reside no garante da memória coletiva e individual dos povos - das suas culturas – como alicerce da identidade e da cultura das populações. Se o documento traduz os factos, numa narrativa de leitura intemporal, cabe ao investigador a sua interpretação. Mas, e sendo o documento a prova factual do passado, a sua herança, a matéria-prima para a escrita da História, é a sua interpretação que muda de acordo com o contexto social temporal em que o investigador vive, permitindo reescrever a História.

Le Goff, a este propósito, refere-nos que:

"A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que

fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente.”.

(Le Goff, 1924: 548)

No entanto, quando falamos de documentos, não podemos alhear-nos a que estes contemplam os institucionais e os produzidos pelos fundos pessoais. Este é um património muito diversificado, que: “Existe (...), disperso, à escala regional e local, por uma constelação variada de instituições”, formado por documentos que, independentemente do seu valor e conteúdo “apresenta, no seu conjunto, um inegável interesse para o estudo da história das nossas populações.” (Lage, 2002: 12-16).

Na Lei nº 13/85 de 6 de julho a Assembleia da República decreta nos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, no Artigo 1.º dos Princípios fundamentais, que “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” Continua, no nº 1 do Artigo 2.º, que “É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.”⁸ Consequentemente, Património Documental está ligado “intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural (...).” (Lage, 2002: 12-16).

Por isso, a ideia de Património Documental é comum e “serve a construção das noções de Património Histórico e Património Cultural, entendidos um e outro na sua complexidade e abrangência.” (Lage, 2002: 12-16).

Assim, sendo o arquivo um conjunto documental gerado por uma instituição pública ou privada (instituição ou indivíduo), no decorrer das suas funções, é o garante depositário do património documental que reflete a identidade.

⁸ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - **Património Cultural Português – Texto - Lei Número: 13/85 de 6 de Julho**” **Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06. Lei** – pp. 1865 – 1874. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/182874/details/maximized?search=Pesquisar&sortOrder=ASC&tipo=%22Lei%22&types=SERIEI&numero=13%2F85>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Se os documentos são provas factuais, nem todos são, ainda, no âmbito do Património Documental, considerados com interesse histórico para a sociedade. Daí que, a nível local e regional, cada vez mais, as instituições estejam a investir na preservação e valorização destes registos, incentivando as populações à sua partilha e salvaguarda para memória futura.

Contudo, há arquivos que, pelas suas propriedades, são imediatamente considerados de interesse histórico por evidenciarem características ligadas à vida coletiva, seja na sua vertente política, religiosa, cultural ou outra. Este é o caso do fundo em estudo no presente trabalho – o arquivo de Tomé José de Barros Queirós, político da Primeira República portuguesa. É um fundo repleto de documentos que dão um retrato da sua vida pessoal e da sua vida política, enquanto político, cruzando, por diversas vezes, as relações da esfera privada com as da esfera pública.

1.3. Arquivo e Memória: o documento como registo material e indício imaterial

Na senda do que vem sendo apresentando, conclui-se que existe, desde logo, uma relação indissociável entre o Arquivo e a Memória. A função do arquivo é a de guarda, preservação, conservação e divulgação dos seus conteúdos como garante da memória para rememoração, mas também como espaço, através das fontes que guarda, que serve a História ao fornecer-lhe a sustentação factual para a construção de conhecimento. Esta função de interação da Memória com o arquivo, sendo este o espaço de guarda das fontes para que estas não sejam votadas ao esquecimento, reforça-se ao permitir, como dito, o estudo e a investigação para a construção do conhecimento. O Arquivo possibilita, pois, à Memória, o regaste materializado do seu sentido de identidade individual, coletiva e cultural:

“Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem

lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social.”

(Cook,1998: 148)

Se o registo é a materialização da identidade, a Memória está para além desta edificação, encontrando-se, ao mesmo tempo, quer como fenómeno individual quer como coletivo, “submetido a flutuações, transformações, [e] mudanças constantes” (Pollak, 1992: 211).

Este carácter dinâmico da Memória está latente nas relações que esta tece na construção das suas marcas, como tão bem explica Pierre Nora na sua obra **Lugares de Memória**. Diz-nos o autor, a propósito, e sobre estes lugares, que:

“são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...] estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea.”.

(Nora, 1993: 13)

Assim sendo, a memória é a relação entre as significâncias materializadas e os significados implícitos deixados nos registos que os arquivos guardam, proporcionando a construção do saber pela preservação da memória e pelo conhecimento da identidade cultural. A Memória, é, pois, a valorização científica do testemunho do que passou e no qual está subjacente um reconhecimento identitário, mas é, também, a construção, no presente, de um conhecimento cultural acrescentado e contextualizante.

O indivíduo, ao identificar-se com símbolos, linguagens, valores e diretrizes, está a construir a sua identidade. E esta ação está latente mesmo quando ele se demarca daquilo com que não se identifica.

Sendo a Memória o que é recordado pela comunidade, bem como o esquecimento subjacente que a mesma escolhe não lembrar, remete-nos esta verdade para a noção de Património histórico que: “(...) designa [que] um fundo [é] destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de

uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado” (Choay, 2001: 11).

A transformação das sociedades reflete a mudança das mentalidades e, conseqüentemente, a alteração das identidades. Esta premissa atribui à Memória o seu caráter rememorativo, quando ligado ao passado, mas também de testemunho do presente quando tem por intenção deliberada construir história quando a sociedade lhe atribui o valor histórico. Ambos os vetores constituem a Memória, o património cultural, a identidade do coletivo, na qual o indivíduo se legitima.

Desta forma, o conceito de Património Documental tem inerente os conceitos de património cultural e histórico na medida em que o significado do documento remete para o legado cultural. Mas se enquanto fonte física, material, de testemunho, é evidência de Património Material, este legado cultural é o valor informacional do documento, pelo que estamos, também, perante o conceito de Património Imaterial – do intangível cultural, conforme a corrente de pensamento de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998: 118) e que Paul Otlet (1937) apresenta em **Documentos e Documentação**.

Jacques Le Goff acrescenta que “o documento é monumento” porque são “memórias vivas” (Le Goff, 1924: 476). O mesmo afirma Françoise Choay quando referencia a etimologia da palavra monumento com significado de memória de descrição arquivística (Choay, 2000).

Seguiu-se a orientação de Heredia Herrera no uso distinto da palavra “Arquivo” para a instituição que custodia os arquivos, e “arquivo” para o conteúdo documental (Herrera, 2011: 44).

Optou-se pelo emprego do termo “fundo” e “arquivo” com o mesmo sentido, em detrimento de outros termos sinónimos como acervo ou espólio, entre outros.

A grafia do nome do produtor será, de ora em diante, escrita sob a forma atual: Tomé José de Barros Queirós ou sob acrónimo (TJBQ).

Seguiu-se a terminologia normalizada adotada pela norma internacional - a ISAD (G)⁹, a ISAAR (CPF)¹⁰, as ODA¹¹, pelo CIA¹² e pela DGLAB¹³.

⁹ **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição**, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. **Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo** - 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.- 97 p.; 30 cm. [Em linha] Disponível em: <URL:<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/isadg.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹⁰ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, **ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**, trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; no 50) Adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003. [Em linha] Disponível em: <URL: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹¹ DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – **Orientações para a descrição arquivística**. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. 325 p. [Em linha] Disponível em: <URL: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹² ICA The International Council on Archives [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.ica.org/es/records-context-modelo-conceptual>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹³ DGLAB-Direção Geral do Livros, dos Arquivos e Bibliotecas. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/?s=ISAD%28G%29>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CAPÍTULO 2

Os arquivos pessoais e particulares

Pelo que atrás fica exposto, uma das fontes essenciais para a escrita da História são os fundos pessoais e particulares.

Enquanto registos de memórias que contribuem para a apuramento da identidade colectiva, queremos, também, apresentar como, no universo da Arquivística, e pela complexidade inerente às características próprias – individuais, de organização, e pela sua subjetividade -, estes arquivos não têm sido devidamente valorizados, carecidos que estão de tratamento.

Só há uns tempos a esta parte, como mais à frente afluiremos – e neste aspecto muito tem ajudado a historiografia que neles encontra informação válida para construir conhecimento –, é que estes arquivos começaram a ser valorizados e a serem organizados em função da sua génese, pois é esta mesma que depõe a favor da sua isenção, relativamente à intenção institucional, pese embora estes fundos possam, também, ser vistos como autobiográficos se forem constituídos para memória futura.

Ainda assim, se esta função for lida como similar à institucional, ela pode ser vista como espelho do que a sociedade em que o arquivo foi produzido “impunha” como imagem do indivíduo e da sociedade a criar pelo indivíduo, ou, como disse Jacques Derrida, o arquivo só fala através da interpretação dos utilizadores (Derrida, 2001: 13).

Por outro lado, é da conjugação das diversas perspetivas individuais perante o coletivo que a leitura da História se torna mais abrangente, assim como mais abrangente fica, a partir da complementaridade das *fontes primárias, genuínas*, com a informação institucional.

A Revolução Francesa nacionalizou o Arquivo e este deixou de ser exclusivo do Poder para estar acessível ao cidadão.

Com o Positivismo, os historiadores procuraram as fontes documentais textuais do passado para a escrita da História, passando a Arquivística a ser uma ciência auxiliar da História.

Com a publicação do **Manual de Arquivistas Holandeses** em 1898, a Arquivística torna-se uma área independente da História.

Nascia a Arquivística, aplicando-se o princípio da proveniência e o respeito pela ordem original dos documentos.

Nos anos 80 do século XX alteraram-se os paradigmas arquivísticos, quando se debateu a natureza dos arquivos e dos documentos e a sua relação com a memória, e o papel de neutralidade dos arquivistas - que até aí sustentava a Arquivística -, foi colocado em questão (Cook, 1998).

Abordar o importante papel destas fontes primárias, alguma da sua complexidade e características, a sua natureza, e relacioná-las com as temáticas desenvolvidas no Capítulo anterior, é o tema que se pretende explorar de forma breve no presente Capítulo.

2.1. O valor dos arquivos pessoais

A arquivística é uma área do conhecimento que procura, na análise dos fluxos informacionais, processos de organização adequados para o tratamento da documentação resultante da atividade humana.

O respeito das regras internacionais instituídas tem como objetivo a normalização do tratamento arquivístico, desde o processo de avaliação e classificação ao da descrição, para a preservação e valorização documental, como garante de uma maior fidelidade e integridade de análise.

A disseminação, partilha e acesso público da informação é o fim último da sua utilidade.

Os arquivos pessoais têm a particularidade de serem complexos pela sua subjetividade, marcados que são pela construção e conseqüente dimensão pessoal do seu produtor.

O seu valor informacional reside no facto de ser uma prova testemunhal complementar às resultantes dos arquivos administrativos institucionais.

Do cruzamento da informação existente nestes dois tipos de Arquivos – Pessoais e Particulares e Públicos - é possível entender a sociedade no seu todo, pela sua complementaridade, quer através do papel do sujeito enquanto integrante da vida pública

que transporta consigo a sua história individual, quer através do papel dinâmico na instituição (enquanto estrutura e estruturante da ordem social).

Ambos, em conjunto, dão forma à história da sociedade.

A história social é constituída, por um lado, pela história dos indivíduos, assim como, por outro, pela dos movimentos sociais agregadores a partir dos quais ela se forma. É, pois, a sociedade que forma e dá identidade ao indivíduo, legitimando-lhe a memória e a história coletiva.

O valor da instituição estrutura-se a partir dos valores sociais constituídos pelos indivíduos, assim como o valor da memória individual constitui o fator aglutinador da História da sociedade.

Mas, os documentos pessoais não podem ser dissociados do papel social e institucional dos indivíduos. Ambos traduzem valores, comportamentos, diretrizes e ações que constroem a História das sociedades.

Se é o coletivo que valida a história individual, consubstanciando-lhe o valor social, vale dizer que a sociedade é feita a partir da existência do individual, enquanto elemento que compõe a sociedade.

Deste modo, a memória coletiva é composta e existe através da presença das provas das memórias individuais. Desta forma, os arquivos individuais assumem relevo porquanto são os testemunhos de que se compõe o coletivo.

A inexistência de uma definição sólida e consensual de arquivo pessoal reside no facto de este ser um tópico de investigação emergente.

A definição de arquivo pessoal é proposta como a de um «conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas actividades e função social» (Oliveira, 2012: 33).

Existe também, em complemento, a proposta de definição em comparação com os arquivos de família, quando é referida a questão dos arquivos pessoais:

“O Arquivo de Família tem que ser entendido como espaço multifuncional, em que por um lado funciona a lógica da gestão dos assuntos correntes da família e por outro os interesses pessoais de cada um dos indivíduos que a constitui (...). Podemos considerar que o Arquivo de Família vai dar lugar a

vários arquivos pessoais, e não já a um conjunto documental que tem um carácter generalizante a toda a família.”.

(Gonçalves, Guimarães e Peixoto, 1996: 24-25)

Sendo assim, é o produtor que cria e gere a informação, a sua, individual, dentro e a partir do seu contexto social, sendo este indissociável do papel social e institucional do indivíduo, com a sua própria lógica de organização e interesse.

Esta organização tem de ser pensada em função da lógica organizacional dos documentos pelo produtor; através da forma de ordenação concebida por si, e não vista como um sistema de organização exterior, por qualquer técnico ou instituição externa à sua lógica mental pessoal.

Reside, neste facto, a validade de arrumação da documentação dos fundos pessoais para que não se perca o sentido da sua história e mensagem originais. A leitura e decifração destes arquivos deve, assim, obedecer ao critério da sua história originária, respeitando a ordem original e o sentido de proveniência.

O arquivo familiar e pessoal, apesar das suas particularidades convergentes e diferentes entre si, e o arquivo institucional dão-nos a importância do circunstancial e do complemento da informação da sociedade, do coletivo, num reforço que se confirma pela sua abrangência.

Guardiões que são de provas factuais e heranças do passado que aguardam a descoberta do que guardam em si, os fundos pessoais valem pelo que representam de identidade e memória individual de que se constitui a memória coletiva, pela representação social.

Os arquivos pessoais detêm histórias silenciadas até que tenham voz, como se observa na história de “*Menocchio*” (Ginzburg, 2006)¹⁴. São fontes individuais à espera de falarem de si e, conseqüentemente, da sociedade em que se inserem.

A complementaridade da informação contida nos fundos pessoais com a existente nas fontes oficiais dá o acréscimo de conhecimento que torna possível a reescrita da História, como pode ser comprovado através da história de “*Menocchio*”, descoberta por Ginzburg, na sua obra **O Queijo e os vermes**.

¹⁴ “*Menocchio*” é o moleiro sobre quem o autor, Carl Ginzburg, se refere na sua obra **O Queijo e os Vermes**.

Conta Ginzburg que quando descobriu este dossier suscitou-lhe curiosidade pela particularidade de ser maior do que os outros. Ao voltar a ele, estudou-o, e descobriu nele factos que o levaram a vislumbrar uma “nova” perspetiva histórica sobre a Idade Média. Quando a Inquisição instaurou o processo a “*Menocchio*”, levando-o à morte na fogueira, o seu processo foi arquivado - como registo guardado no Arquivo da igreja, tal como todos os outros.

Foi este arquivo institucional, que guardou o processo individual de “*Menocchio*” que permitiu a Ginzburg a prova, séculos depois, para demonstrar que entre o povo, na Idade Média, existia gente que não era iletrada, como o era o caso deste moleiro. Partindo deste indício, é possível, através de outras investigações de outros processos e em outros Arquivos, perceber-se se esta hipótese poderá ser considerada representativa para mudar a escrita do conhecimento sobre a iliteracia do povo na Idade Média, ou se este era um caso de exceção.

Este é um exemplo que pode ser significativo do quanto os indícios, antes ignorados, podem dar novas luzes, novos entendimentos, à História, abrindo novas leituras.

Sem pretender generalizar-se, e porque nem todo o povo que foi condenado pela Inquisição teve processos semelhantes, ou porque os mesmos podem ter-se perdido, não é possível, sem investigação, escrever uma história sobre o grau de erudição do povo de então.

No entanto, a partir deste rasto, abrem-se suposições que podem levar a questionar a escrita da História sobre a Idade Média, dada como certa.

É evidente que não existe viabilidade de, no presente, todos os fundos individuais serem guardados, assim como também se considera a possibilidade de nem todos os indivíduos guardarem os seus arquivos ou de os terem acumulado. No entanto, estes fundos merecem todo o interesse e têm revelado serem portadores informacionais relevantes. Pelo facto, começa-se, atualmente, a discorrer da premência da sua salvaguarda e valorização.

Sendo esta uma temática recente, existe, já, porém, uma corrente cultural, por parte dos arquivos e instituições que trabalham a memória - locais e regionais -, ações de coleta, registo e tratamento de memórias dos indivíduos integrantes das comunidades em que se inserem.

É um trabalho de Memória de todos e para todos.

As comunidades locais têm, desta forma, oportunidade de reforçarem os seus laços identitários, deixando, através dos seus legados orais e materiais, os seus testemunhos às gerações vindouras, para memória futura.

As histórias locais são parte integrante da história nacional.

A história de “*Menocchio*” de Ginzburg é um alerta para as inúmeras pistas que as histórias anónimas podem oferecer ao historiador, proporcionando várias oportunidades temáticas de acrescentar conhecimento, possibilitando escrever uma História mais alargada, mais real e mais total.

Através dos factos, e partindo-se dos propósitos que determinam a ação, que originaram as fontes, é possível encontrarem-se intenções que podem fornecer aos registos novos entendimentos.

Constata-se, ao longo dos tempos, que o pensamento é mutável, permeável às dinâmicas sociais. Consequentemente, os paradigmas vão-se alterando na sequência dos devires sociais. E os paradigmas historiográficos, inseridos que estão nas dinâmicas sociais, mudam de acordo com estas.

Se antes a História era feita através do olhar da vida das grandes personalidades, hoje a história é feita, também e em paralelo, a partir do ponto de vista da vida das gentes anónimas, tornando-se, pelo facto, uma História mais completa e mais real.

O contributo da micro-História - neste caso, de Ginzburg - mostra-nos que a escrita da História não pode ser encarada como uma interpretação cristalizada e concluída.

Tal como se ao considerarmos que a escrita da História é construída apenas através das fontes institucionais, inviabilizam-se hipóteses de ler o tempo histórico numa perspetiva de maior alcance a partir de uma visão mais genuína. Ao ignorar leituras individuais da História, os documentos continuarão silenciados, perdendo a História informação importante e valiosa – com muito para contar -, tal como nos diz o autor: “Apenas a descoberta de um veio de crenças até aquele momento ignoradas (...) abriu uma brecha naquela parede.” (Ginzburg, 2006: 19).

Demonstra, deste modo, que o pensamento imposto pelas instituições sociais tende a distorcer a compreensão da dimensão da realidade: “Antes de analisar em que medida as confissões de “*Menocchio*” nos ajudam a precisar o problema, devemos nos perguntar que

relevância podem ter, num plano geral, as ideias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social” (Ginzburg (2006: 19).

Ao relacionar o singular com o coletivo, numa inversão metodológica do olhar genérico e categórico historiográfico, o particular permitiu não só uma visão enriquecedora, como mais agregadora e próxima da realidade da época histórica, como continua a dizer-nos o autor:

«Embora não mais ignoradas, as classes inferiores estariam da mesma forma condenadas a permanecer "silenciosas". Porém, se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de "indivíduo" (...) Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo - e justamente por isso representativo -, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico - a nobreza austríaca ou o baixo clero inglês do século XVI.»

(Ginzburg, 2006: 19)

A história individual cruza-se com a história institucional. Aquela não pode ser silenciada ou ignorada do seu contexto institucional, tal como esta não pode ser concebida sem a esfera de vivência do indivíduo. Este enriquecimento de entendimento, que cruza informações, reforça a leitura documental, dando uma perspectiva de maior amplitude da sociedade.

O presente trabalho versa a análise de um fundo histórico no âmbito do que, presentemente, é considerado Património Documental - registos que revelam interesse para a memória e para a identidade coletiva histórica, mas trata-se, também, de um fundo pessoal e particular.

Há que atender, a respeito dos fundos pessoais e particulares, e embora a disciplina arquivística respeite os princípios da proveniência e da ordem original do produtor, respeitando a sua organização, responsáveis por normalizar a informação na sua integridade, evitando desta forma a sua fragmentação e descontextualização, que estes princípios nem sempre são cumpridos nos arquivos pessoais porquanto são desvalorizados e desrespeitados,

desde logo, pela imposição da lógica norteadora do trabalho do técnico de arquivo, assente em normas clássicas.

Este facto deve-se à particularidade de os arquivos pessoais serem considerados, até agora, por muitos arquivistas, como subjetivos e, por isso, sem reconhecimento de estatuto arquivístico. A importância destes fundos tem-se verificado fora do campo de estudo e de trabalho da disciplina arquivística, o que tem ajudado à sua valorização dentro da área da ciência da informação.

Há, neste sentido, um alerta para que os arquivos pessoais sejam valorizados “interpretativamente tanto [n]a ‘desorganização’ como [n]a ‘organização’ originais” (Guimarães, 1997: 107).

Sendo um arquivo pessoal um sistema de informação produzido por uma pessoa física, em qualquer suporte, este reproduz os papéis sociais desempenhados pelo seu produtor ao longo da sua vida, cabendo-lhe, por isso, geri-lo e tratá-lo de forma pessoal, em consequência da sua história e contexto, por forma a espelhar o seu papel de indivíduo integrado na sociedade, ao mesmo tempo que nos devolve o que a sociedade lhe proporcionou e como com ela o produtor se relacionou.

Estas interpelações revelam o valor real informacional através da inter-relação constituída pelo carácter individual e pelo institucional. Este cruzamento informacional entre a reunião da memória individual e da coletiva é o “fator identitário das pessoas, (...) dos povos e das nações” (Ribeiro, 2012: 58).

Se os arquivos institucionais nos dão a perspetiva institucional da sociedade, os pessoais refletem os micro-movimentos que a compõe.

Importa lembrar que os arquivos institucionais são compostos por arquivos pessoais, sejam eles adquiridos por doação, compra ou qualquer outra forma de disponibilização, e por documentos produzidos pelas instituições.

É esta característica que permite diferentes e particulares leituras dinâmicas da sociedade, pela diversidade de universos que estes arquivos oferecem, dadas pelo produtor, pela “singularidade orgânica que lhe confere sentido” (Heymann, 1997: 43).

2.2. A natureza privada dos arquivos pessoais

Outra questão que se coloca aos arquivos familiares e pessoais é a sua natureza concetual porque «o carácter exclusivamente privado de um arquivo foi e é uma questão problemática» (Garcia, 1998: 177).

Na sua abordagem sistémica da realidade dos arquivos familiares e pessoais estamos perante dois tipos de arquivos. O ‘arquivo pessoal’ que é uma subsecção, enquanto unidade hierárquica inferior à unidade de arquivo familiar, mas que se torna autónomo quando é tomado como sistema isolado do conjunto informacional do arquivo familiar quando a informação respeita a um único membro da família. (Silva, 2004).

É a análise cuidada da informação deste tipo de arquivos que determina o género de tipo de informação.

Os Arquivos de Família ou Pessoais surgem da esfera privada, criados por uma pessoa coletiva privada, entrecruzando-se, em alguns casos, com o domínio da esfera pública, como é o *estudo de caso* desta Dissertação, que trata um arquivo pessoal, criando um cenário da esfera privada do produtor, mas relativo a um titular de cargos políticos e, por isso mesmo, histórico e público.

Poder-se-ia construir uma exposição museológica com estes documentos, dando a ideia do político e a do indivíduo, ficando a questão de onde se situa a fronteira entre ambos os campos, onde se cruzam ou onde se separam.

Partimos, desta forma, por determinar uma e a outra através das funções: uma enquanto político e a outra estabelecida a partir das suas relações na esfera mais privada e familiar. O seu papel social e familiar não pode ser dissociado do seu papel de pessoa política, mas é este último que prevalece porquanto é a sua ação política que gera a

constituição e a preservação do arquivo, e a sua importância para o estudo da esfera político-social da História de Portugal.

O processo de valorização dos arquivos pessoais começou a relevar-se em meados do século XIX, mas somente no século XX a questão começa a ganhar contornos de afirmação.

Este facto deve-se à procura e interesse, por parte da comunidade científica, de estudar e investigar os conteúdos dos arquivos pessoais, numa perspetiva para a sua importância e valorização *per si*, contrariando o paradigma clássico da teoria arquivística (Guedes, 2017: 519).

A comunicação que Olga Gallego Dominguez, apresentou no 2.º Congresso Nacional da BAD, em 1987, evidenciou o caminho que a arquivística começava a traçar relativamente a este tipo de arquivos (Rodrigues, 2018: 32).

Em 2010, a Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP) assume-se como uma referência marcante na valorização e salvaguarda dos arquivos pessoais, como unidade individual dos arquivos familiares, com o objetivo de «facilitar e encorajar a conservação dos arquivos privados, sensibilizar os proprietários da importância dos seus arquivos e aconselhá-los nas suas abordagens»¹⁵.

É latente a importância individual dada a este tipo de arquivo dentro do estudo dos arquivos de família. (Guedes: 2017: 519-546).

Os arquivos pessoais diferenciam-se por serem produzidos por um indivíduo e não por uma pessoa coletiva ou pública, como os arquivos administrativos.

Tem por isso especificidades próprias, diferentes das que tem os arquivos administrativos, mas são conjuntos informacionais com características de fundo arquivístico.

¹⁵ Pode ler-se no site da Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP), que é uma associação (...) fundada em 2010, por alguns proprietários de arquivos históricos, como uma iniciativa da sociedade civil “*pela preservação de fontes primárias existentes em arquivos privados (familiares, pessoais, profissionais, empresariais, institucionais ou outros)*” [Em linha] Disponível em: <URL: <http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/quem-somos/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

A informação produzida nos arquivos pessoais é gerida pelo seu produtor, que é o indivíduo responsável pela organização informacional mental e física, do seu arquivo, da sua continuidade e tratamento.

Todos os arquivos devem ser conservados na sua forma original e, por isso, não devem ser desmembrados, divididos ou adulterados, de forma a preservar-se o mais possível a integridade do testemunho, dando origem ao princípio de proveniência, segundo o qual cada um dos fundos de um arquivo é diferente dos seus semelhantes originando uma recuperação da informação mais fiel e íntegra (Rousseau e Couture, 1998: 80).

O arquivo pessoal caracteriza-se pela seleção, intencionalidade e gestão da informação que o seu produtor lhe atribuiu, composta pelas inter-relações da informação que ele lhe conferiu, sendo este o fio condutor que lhe vai ditar a história pessoal, social e institucional.

Contudo, entre outros, e do ponto de vista legal e funcional, existem algumas limitações nestes arquivos.

Pelo seu carácter privado, as intromissões na esfera pessoal dos produtores enquanto indivíduos podem trazer alguns impedimentos de acesso a terceiros, definidos pela legislação, ou ainda no respeito pelas determinações testamentárias.

No entanto, se estes itens forem observados e cumpridos, o proprietário, através desta salvaguarda específica, assegura a sua privacidade.

Há que observar que um arquivo pessoal pode diferir, em termos legais, de um arquivo privado, observando-se a questão da autoria intelectual que é diferente da preservação da sua vida privada¹⁶.

A Constituição da República Portuguesa define no seu Art. 26, ponto 1 Outros direitos pessoais, o direito à imagem e à intimidade da vida privada e familiar¹⁷. Se um

¹⁶ PGDL PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE LISBOA. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Art. 3º Definições - [revogado - Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto]** Para efeitos da presente lei, entende-se por: a) 'Dados pessoais': qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável ('titular dos dados'); (...)"'. **Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro Lei da Protecção de Dados Pessoais (versão actualizada) Capítulo I Disposições gerais.** [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=156&tabela=leis>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. **Art. 26, ponto 1 Outros direitos pessoais, o direito à imagem e à intimidade da vida privada e familiar. Título III Direitos, Liberdades e Garantias Capítulo I Direitos, liberdades e garantias pessoais.** [Em linha] Disponível em: <URL:

particular doa um fundo pessoal, autorizando a sua divulgação pública, este está salvaguardado nas condições que expressa e no poder de decisão dos seus descendentes sobre o fundo, conforme está determinado no Art. 71, n.º 2 do Código Civil.¹⁸

Se a divulgação pública tem restrições, o próprio técnico de arquivo está também obrigado ao dever de sigilo de acordo com o Código de Ética dos profissionais de Informação, adotado em 25 de junho de 1999 por três associações: a Associação dos Profissionais de Documentação e Informação na Saúde (APDIS), a Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas e Documentalistas (BAD) e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica (INCITE)¹⁹.

Quanto à subjetividade de organização, a natureza de um arquivo pessoal é diferente da natureza de um arquivo administrativo.

Desta forma, a organização de cada um difere.

A subjetividade inerente ao arquivo pessoal está no método que o produtor imprime ao seu fundo, como o organiza.

Não obedecendo ao rigor de normas organizativas dos arquivos administrativos, não é, por isso, menos importante do que aquele.

Os arquivos pessoais, além da diversidade de documentos, oferecem, também, a possibilidade de neles serem interpretadas a multiplicidade de relações o que resulta na oportunidade de leituras transversais entre a História, a Sociologia, a Economia, a Saúde, os estudos biográficos, psicológicos, e todas as áreas que têm por base a evolução histórica do

<https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIrevisao.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019]. Pág. 28.

¹⁸ CÓDIGO CIVIL. **Artigo 71.º (Ofensa a pessoas já falecidas)** Artigo 71, 1. Os direitos de personalidade gozam igualmente de protecção depois da morte do respectivo titular. 2. Tem legitimidade, neste caso, para requerer as providências previstas no n.º 2 do artigo anterior o cônjuge sobrevivente ou qualquer descendente, ascendente, irmão, sobrinho ou herdeiro do falecido.” **DECRETO-LEI N.º 47344 Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25, Secção II Direitos de personalidade.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/106487514/201703171158/73407124/diploma/indice>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

¹⁹ APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde, BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, INCITE – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica. **CÓDIGO DE ÉTICA.** Adoptado a 25 de Junho de 1999 pelas três Associações. [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

conhecimento humano, porque um arquivo é sempre o reflexo do seu produtor, seja pessoal ou institucional, como nos diz Cook:

“Nessa idéia da construção da memória coletiva e na necessidade atual de um entendimento mais profundo dos processos funcionais da sociedade e de suas instituições para se empreenderem as novas metodologias de avaliação e descrição, há, parece-me, alguns férteis conceitos, enfoques estratégicos e inspirações comuns para arquivistas tanto de arquivos institucionais quanto de pessoais. "Recordar", para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público. Assim também deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos que são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal. Esta é uma visão que poderá ser alcançada no século XXI, se os arquivistas deixarem de ser mantidos prisioneiros pelo pesado jugo de suas próprias tradições ultrapassadas.”

(Cook, 1998)

Cook defende que é necessário transpor as ideias ultrapassadas e artificiais na arquivística para que «rompamos as barreiras artificiais - ao menos no nível da teoria e dos conceitos profissionais básicos - que por tempo demasiadamente longo vêm dividindo as tradições de arquivos pessoais e arquivos públicos.

Consideremos, ao invés, uma perspectiva de "arquivos totais"» (Cook, 1998).

A legislação portuguesa, através do Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993, define a política arquivística esclarecendo os princípios que devem presidir à sua organização, inventariação, classificação e conservação.

No Art. 6º, Título I, Âmbito de aplicação e princípios²⁰, refere que todos os arquivos classificados ou em vias de classificação, qualquer que seja a sua natureza, proveniência e titularidade, constituem o património arquivístico protegido.

²⁰ DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A. **Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título I, Âmbito de aplicação e princípios Artigo 6º Património arquivísticos protegido** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>> é alterado pela Lei 14/84 de 11 de Maio. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/255733>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

No Título II, que define a Gestão nacional dos arquivos, o Art. 8º²¹, Órgão de gestão, estabelece que os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo são quem executa a política da arquivística nacional.

O Art. 12º estabelece a Relação dos arquivos privados com o órgão de gestão competente – a Direcção Geral de Arquivos (DGARQ)/ Arquivo Nacional da Torre do Tombo.²²

O art.16º, referente às incorporações, remete a questão para o respectivo decreto regulamentar²³.

Apesar desta legislação, relativamente aos arquivos de família, há ainda uma necessidade urgente de promover a reflexão aprofundada pois estes arquivos não têm um enquadramento legislativo próprio (Peixoto (2002: 87).

Esta questão leva a que as famílias proprietárias dos mesmos não mostrem grande interesse na sua doação às instituições públicas, instituições estas que reúnem, a todos os níveis, condições de oferecerem um serviço técnico de arquivo especializado, com a observância da sua conservação e restauro, com todas as condições técnicas de trabalho adequadas, desde a sua preservação até ao seu acondicionamento, tratamento e divulgação, de forma a dar-se a conhecer ao público, em especial aos investigadores, a informação neles contidas.

É o Património Documental, a Memória e a investigação que perdem com esta postura, pelo valor que estes fundos encerram, contendo informação transversal e multidisciplinar que pode acrescentar valioso contributo à construção do conhecimento histórico.

²¹ DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A. Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 8º Órgão de gestão. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²² DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A. Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 12º Relação dos arquivos privados com o órgão de gestão. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²³ DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A. Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 16º Incorporações. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Deste modo, aproveita-se o discorrer da temática da dissertação para, em paralelo, tratar arquivisticamente alguns documentos do fundo em análise e apresentar o seu resultado sob a forma de Catálogo.

CAPÍTULO 3

O tratamento arquivístico

O tratamento arquivístico é aqui descrito e observado na medida em que se pretende dar a ideia da importância de que se reveste o trabalho de um arquivista, pois é através de um maior ou menor rigor arquivístico que a recuperação da informação é determinante para o utilizador.

Os documentos produzidos pelo produtor do arquivo têm a sua própria organização. Foram acumulados de acordo com critérios mentais, funcionais próprios.

Quando os mesmos passam para uma instituição que, além da sua guarda, tem como função a sua preservação, tratamento e divulgação, tem de observar-se o maior rigor na classificação e na descrição, possibilitando ao utilizador a maior quantidade possível da informação neles contida.

Conhecer as etapas do tratamento arquivístico, dando delas uma noção do que cada uma comporta em termos de conceito e finalidade, entende-se ser importante para evidenciar o papel importante do arquivista, especialmente no que respeita aos fundos pessoais e particulares.

O resultado é, para a investigação, a simplificação de tarefas de que resultará o ganho de tempo para a construção de conhecimento, e, para a sociedade em geral, o conhecimento da História, através da divulgação dos fundos.

Se o trabalho de um historiador tem de ser rigoroso quanto à isenção, de forma a não condicionar a estruturação da memória nem proporcionar uma leitura limitada e adulterada da História – cujo objetivo é apresentar factos, tão despidos de subjectividade quanto tal seja humanamente possível –, o trabalho do arquivista, na mesma linha de pensamento, deve obedecer a determinados critérios de rigor, de forma a que consiga proporcionar a maior informação possível de um documento, de um conjunto de documentos ou de um fundo, sem omiti-la ou desvirtuá-la.

Os métodos de análise dos documentos devem contemplar o tipo de arquivo de que se trata – tratar a informação de fundos pessoais comporta trabalhar a informação com maior flexibilidade, pelas particularidades (nomeadamente, pela diversidade de tipos de temas) que estes fundos apresentam, relativamente aos documentos institucionais.

Estes documentos, que já perderam o seu fim primeiro – o fim para os quais foram criados pelo seu produtor – passaram a fontes primárias (no sentido de não consistirem em

relatos conclusivos construídos por exegese histórica sobre precisamente documentos como estes), a provas factuais para a investigação.

Desconstruir-lhes a orgânica dada pelo produtor pode resultar na destruição do seu sentido original de interpretação, falseando os resultados para a investigação.

Compreender os conceitos e as operações de tratamento de um fundo de arquivo torna-se elucidativo para se perceber como o processo intelectual, que demanda o técnico, tenta respeitar o contexto, a história e a função do fundo e do seu produtor, dando, deste modo, uma leitura o mais aproximada possível da realidade do mesmo, com a qual a investigação ganha pelo maior rigor apresentado pelas fontes.

Optou-se, assim, por enunciar os conceitos e as operações a que obedecem o tratamento de um fundo, começando, desde logo, pela fase inicial: A classificação de um arquivo.

3.1. A classificação arquivística

O tratamento arquivístico pressupõe diversas operações técnicas e estas assentam em metodologias específicas orientadoras.

Segundo a NP 4041, o tratamento arquivístico consiste na aplicação de um conjunto de técnicas com o objetivo de identificar, organizar e descrever um arquivo por forma a que o seu conteúdo informacional seja divulgado (NP 4041, 2005: 19).

O primeiro passo para tratar um arquivo é a sua análise e consequente organização. Isto pressupõe a sua classificação, ordenação e descrição.

Diz-nos Mendo Carmona que a identificação é “la mejor herramienta para aplicar el principio básico de la archivística” (Carmona, 2004: 42).

Deste modo, conhecer o fundo permite perceber como este terá de ser organizado pois cada arquivo tem as suas especificidades próprias.

Ainda de acordo com a NP 4041, a organização arquivística é o «conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original” (NP 4041, 2005: 16).

As ODA reforçam esta explicação quando referem que a organização é “o conjunto de operações intelectuais e físicas que consistem na análise, estruturação, classificação e ordenação dos documentos de arquivo, e seu resultado” (ODA, 2007: 304).

A classificação remete para a ordenação documental e assenta na identificação e análise do arquivo, no estudo do produtor do mesmo e, num âmbito geral, na sua história e na da documentação, sob todos os aspetos.

Estudar as características dos documentos tem como objetivo a sua ordenação e organização, o que vai permitir a identificação do contexto de produção dos documentos, as atividades do produtor, a história do produtor através do seu legado documental, estabelecendo-se, assim, a posição do documento na sua posição hierárquica relativamente aos outros documentos e ao fundo no seu todo, finalizando-se o processo com a descrição da informação.

A descrição é a fase em que são criadas as representações dos documentos através de descritores, que refletirá o conteúdo informacional do documento, do conjunto e do fundo, numa linguagem normalizada que permitirá a sua identificação, localização e recuperação.

Estes são os pressupostos teóricos sobre os quais assenta o tratamento arquivístico e que tornam possível o trabalho do arquivo, cujo fim é a recuperação da informação para o seu acesso, divulgação e partilha.

Está, deste modo, plasmada a caracterização do trabalho de um arquivista e o desígnio a que tem de obedecer e para que serve um arquivo.

Classificar, ordenar e descrever a informação documental são tarefas que foram, antes, submetidas a planeamentos e metodologias de forma a dar corpo a normas que foram estabelecidas com o intuito da normalização do trabalho arquivístico.

A elaboração de instrumentos de pesquisa – pontos de acesso criados através de uma linguagem de indexação -, é um processo fundamental que permite ao utilizador o acesso à informação.

Esta tarefa, quando falamos de arquivos institucionais, torna-se fácil pelo cumprimento, na íntegra, das normas vigentes.

Porém, quando falamos de arquivos familiares e pessoais, a arquivística posiciona-se ainda num patamar de alguma resistência, face à subjetividade que caracteriza estes fundos relativamente aos arquivos públicos.

Diz-nos Silva, face a estas particularidades, que:

“A atitude habitual face aos “papéis” de Famílias e de Personalidades mais ou menos ilustres, assim como à documentação de todas e quaisquer entidades, tem ficado dependente de um padrão comportamental muito generalizado que tende a negligenciar, a eliminar, a vender e a fragmentar os mais diversos tipos de documentos. E, desta infundável e permanente razia, fica – quando fica... – um acervo residual que muitos arquivistas, marcados por uma forte vinculação restritiva da noção de arquivo à actividade administrativa, judicial e contabilística, têm dificuldade de considerar como fundo e muito menos como um sistema de informação, refugiando-se em termos difusos e equívocos – “coleção” e “espólio” são muito usados por força do hábito e de pouco sentido crítico.” Há que olhar para estes arquivos de outra perspectiva, como forma de preservar o manancial informativo e a memória que encerram pois ao “(...) recuperamos a definição de arquivo como sistema (semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores, com ligeiras, mas necessárias, alterações: 1ª – sistema organizado ou operatório de informação em todos os casos em que há um produtor/receptor individual ou institucional dotado de organicidade; e 2ª – sistema não organizado ou combinatório de informação em situações de busca e de recuperação de conteúdos seja num Serviço de Biblioteca Pública, num Centro de Documentação Especializada, num Arquivo Público, ouvindo rádio, vendo TV (normal e interactiva) ou navegando pela web, situações info-comunicacionais em que se geram, confrontam e interagem tipos diferentes (micro e macro) de comportamento. No caso vertente dos Arquivos Familiares e Pessoais estamos perante um Sistemas de Informação organizado ou operatório, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis.”

(Silva, 2004)

A solução está em mudar o paradigma, enquanto se muda “(...) também para um quadro teórico-metodológico que é a base fundadora do modelo que propomos para estudar e disponibilizar o acesso a sistemas de informação (SI) surgidos e mantidos por entidades de tipo familiar e pessoal”. (Silva, 2004).

Trabalhar arquivisticamente este tipo de fundos é um desafio, uma “tarefa nada fácil de realizar” (Dominguez, 1993: 47).

Estes arquivos devem ser tratados pelas suas singularidades, mas os seus conteúdos e contextos, tal como acontece com os arquivos públicos institucionais, tem por base o mesmo objeto de estudo – o documento.

Deve o arquivista, deste modo, encarar estes fundos, caracterizados pelos seus múltiplos particularismos, como “evidências das transações da vida humana” (Cook, 1998: 131).

Eles são registos da atividade da vida humana. Representam a organização mental do seu produtor, reproduzem a sua estruturação de vida, a sua vida funcional, cujo documento é o seu reflexo.

A descrição deve ser, e não tendo de ser o arquivista um especialista em todas as matérias sobre as quais os documentos versam, o mais inclusiva possível, procurando-se expressar, através dos descritores, o maior número exequível de referências às temáticas do documento e do fundo.

Desta forma, o utilizador não será confrontado com descritores limitadores à pesquisa.

A organização e a classificação arquivística apresentam-se, como exposto, com alguma complexidade resultantes que são das representações que têm de ser criadas para que a recuperação da informação resulte útil.

Os procedimentos devem ser feitos de forma rigorosa, baseados nos instrumentos de descrição documental (IDDs).

Discorrendo sobre a matéria, a representação da informação é feita segundo duas operações basilares: a classificação, representando a estrutura orgânica e a função ou uso que o documento teve; e a descrição que é a identificação dos elementos informacionais

característicos da arquivística (Ribeiro, 1998: 7). Elucida a autora que “Os mais antigos instrumentos de acesso à informação são os registos e os inventários.” (Ribeiro, 1998: 12).

Os registos foram criados como resultado da atividade da entidade que produziu o arquivo, e os inventários resultavam, normalmente, do facto da acumulação da documentação que, entretanto, perdera a sua utilidade corrente.

Ribeiro acrescenta, ainda, que os “inventários, índices, sumários de documentos e catálogos começaram a ser comuns nos finais do século XIX” (Ribeiro, 1998: 12).

Cada uma destas formas é um modelo de representação da informação.

Pensa-se, para o fundo em análise neste trabalho, que o modelo de apresentação da descrição da informação mais viável é em Catálogo, começando “por um procedimento descritivo multinível e maleável que visa, por um lado, aproximar-nos da autenticidade do contexto de produção original da informação num espaço e tempo determinados e, por outro, tornar possível um acesso o mais interactivo e dinâmico possível.” (Silva, 2004).

Foi esta a razão por que se optou pela apresentação da informação neste tipo de modelo.

Acrescenta-se que se pensa que o Catálogo possibilita o tratamento da informação contida nos documentos de uma forma mais exhaustiva e pormenorizada que se refletirá num útil resultado na pesquisa.

O tratamento da informação tem como utilidade e fim o seu acesso, servir a pesquisa, ir ao encontro dos interesses do utilizador, seja ou não investigador, fornecendo-lhe o que ele procura, de forma o mais célebre e completa possível.

Quanto mais descritores temáticos existirem e mais pertinentes forem, maior probabilidade há de cruzar a informação com a pesquisa.

Os conteúdos do documento e do fundo revelarão um pormenor maior da informação e maior será a relação cruzada com a pesquisa.

Uma inventariação e descrição abrangentes da informação do documento e do fundo permitem maiores possibilidades de responderem a um universo maior de interesses de pesquisa do utilizador, atendendo à multiplicidade de interesses possíveis a serem atendidos.

Quando elegemos a apresentação da informação em Catálogo fizemo-lo tendo em conta as diferenças entre os modelos de representação da informação, visando as vantagens

de apresentação de uma maior quantidade de informação que se pudesse fornecer ao utilizador.

Os modelos alternativos ao Catálogo caracterizam-se, sucintamente, por apresentarem a informação de forma sumariada e sintética.

Dependente do fim para o qual for utilizado, assim pode ser escolhido o modelo.

São eles os Guias e os Inventários.

Se observarmos o Guia como modelo de apresentação da informação, reparamos que este apresenta os conteúdos de forma abreviada e muito concisa.

O Guia dá uma leitura aligeirada por ser composta por indicativos.

O Inventário apresenta já um certo nível de organização, através da descrição dos conjuntos de documentos e dos conteúdos de cada série dos conjuntos, sendo mais vocacionado para funcionar como uma lista de descritores, obrigando à utilização rigorosa de termos-chaves, que o mesmo é dizer à utilização de uma linguagem controlada.

Mas torna-se limitativo por não ter uma grande amplitude de pesquisa.

O Catálogo é, deste modo, o mais completo em termos de representação documental pela maior e mais aberta oferta de termos de pesquisa, na medida em que permite a localização pormenorizada dos documentos pela descrição mais detalhada da informação, com a vantagem de situar a relação hierárquica dos documentos com o conjunto documental e com o fundo no seu todo.

3.2. A descrição documental

A descrição documental, como atrás mencionado, é a operação que se caracteriza pela representação da informação contida no documento. Para ser realizada de forma rigorosa, tem de obedecer às normas arquivísticas - as ISAD (G), normas de Descrição Arquivística, e as ODA, Orientações para a Descrição Arquivística, que foram criadas com o objetivo da

normalização da linguagem arquivística, padronizando-a e traduzindo-se na uniformização e sistematização metodológica do tratamento documental.

Conjugadas, em Portugal, com as normas nacionais, permitiram a regularização do trabalho arquivístico, tornando-o mais eficiente na comunicação da informação e no tratamento de um arquivo (Ribeiro, 1998).

A norma ISAD (G) estabeleceu-se, a nível internacional, como uma referência teórica para a descrição arquivística.

O objetivo foi o de estabelecer e o de padronizar princípios gerais reguladores de descrição arquivística, veiculados na padronização da representatividade das descrições em sistemas homogéneos e comuns de informação, através da partilha do controlo de autoridades entre diferentes arquivos.

Esta norma propôs a estruturação de sete Zonas de Descrição para o tratamento arquivístico, contendo, cada uma delas, diferentes campos elementares para a descrição.

A normalização da informação, através destes campos, elencados de acordo com o objetivo funcional informacional, num total de vinte e seis, permitiu um nível de descrição detalhado de acordo com a informação contida no documento.

Mais adiante neste trabalho será demonstrado o tratamento arquivístico seguindo-se as normas e segundo a estruturação das Zonas de Descrição da ISAD (G) - V. Capítulo 4, ponto 4.2., e a descrição da informação do fundo, ao nível do documento simples (V. Anexo – Catálogo, pp. 179-239), no final do trabalho.

O fundo foi dividido em 2 secções. Dentro de cada uma, foi subdividido em Subsecções, depois em Séries e, de seguida, em Subséries.

O Nível de descrição dá-nos a leitura da hierarquia da realidade documental apresentada, bem como o nível do pormenor da informação correspondente ao nível, e no caso do documento o nível do pormenor da informação relativa a este.

Cada uma das Zonas de Descrição da ISAD (G) é caracterizada pelo tipo específico de informação que deve abranger.

A Zona 1 corresponde à Zona de Identificação do fundo.

Contempla a informação essencial para a identificação da unidade de descrição, contendo o Código de referência da unidade a ser descrita, constituída pelo código do país,

de acordo com a ISO 3166 (The International Standard for country codes and codes for their subdivisions/Codes for the representation of names of countries)²⁴, que nos remete para a ordenação das unidades documentais.

O Código de Referência é análogo a um sistema de cotas que identifica a unidade e a sua localização hierárquica organizacional dentro do fundo, dando a leitura imediata das unidades de descrição documental com as quais se relaciona no fundo e com este no geral, e com os restantes indicadores referenciais informativos - Título do fundo, do conjunto e do documento, de acordo com cada realidade documental a ser tratada, assim como as datas correspondentes referenciais que medeiam o início e o fim a que corresponde cada campo tratado e, por fim, a Dimensão e o suporte. Esta zona indica, também, a seguir à identificação do país, a referência à entidade que custodia o fundo, que no caso presente não se aplica.

Esta informação é dada, primeiro, relativamente ao fundo, depois a cada divisão que o compõe, finalizando-se em cada documento, evidenciando, desta forma, o nível hierárquico do campo em tratamento, seja o fundo ou o conjunto e este dentro do fundo, bem como a divisão dentro do conjunto e a do documento relativamente a todas as divisões hierárquicas a que obedece.

Temos, desta forma, a identificação do fundo composta pelo Código de Referência constituído pelo indicativo do país, pelas iniciais do nome completo do produtor, pelo título segundo o qual o fundo é identificado, assim como pelas datas de produção, que medeiam os documentos que se encontram no fundo, e que se referem à data do primeiro documento produzido (o mais antigo) e à data do último documento produzido (o mais recente).

A dimensão é o volume da massa documental que constitui o fundo a ser tratado, a forma como a mesma se apresenta acondicionada, e o tipo de suporte em que esta se encontra.

A Zona 2 é a Zona de Contexto.

É a zona onde é inserida a identificação e a caracterização do produtor, a história da relação do fundo com a entidade que o tutela e a forma como a entidade gere o fundo.

²⁴ POPULAR STANDARDS ISO 3166 COUNTRY CODES, **The International Standard for country codes and codes for their subdivisions**. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/iso-3166-country-codes.html>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Contém o nome do produtor, a História administrativa e biográfica deste, a História custodial e arquivística, e a Fonte imediata de aquisição ou de transferência.

Esta zona contém informação que contextualiza o produtor e o seu fundo, assim como informação referente à entidade que detém o fundo.

Neste campo cabe a história resumida do fundo, explicando como o mesmo chegou à entidade, como foi agrupado, incluindo todas as informações que possam ajudar a compreender a vida funcional do fundo e, conseqüentemente, a do produtor do mesmo.

A Zona 3, a Zona de Conteúdo e Estrutura, é direcionada para a relação da história do produtor com o fundo produzido, com a relação da entidade que detém o fundo à sua guarda face à avaliação do documento, assim como informa a possibilidade de inclusão posterior de documentação ao fundo ou se este se encontra fechado a receber mais documentação; informa, ainda, qual o modelo de organização que serviu à entidade para tratamento do fundo – se cronológico, ideográfico ou outro.

Contém os campos: Âmbito e conteúdo, Avaliação, seleção e eliminação, os Ingressos adicionais e o Sistema de organização.

Refere-se ao conteúdo informacional e à estrutura do fundo, explicando em que consiste o fundo, apresentando dele um breve resumo em termos de volume, de balizas temporais, o tipo de documentos que vamos encontrar, aproximando-se já, de forma breve, da ideia do conteúdo do mesmo, que será depois encontrada, mais detalhadamente, na descrição documental.

Refira-se que nos arquivos históricos há campos que não são preenchidos, como é o caso da seleção e da eliminação documental, como ocorre nos arquivos administrativos.

No caso de existirem documentos repetidos, estes devem ser mencionados, e a razão da sua existência, cabendo, depois, à entidade que o detém e, consoante as particularidades destes, a forma, a organização e o armazenamento de que serão objeto, ou, inclusive, o fim que terão (referindo-se, a título de exemplo, a troca ou doação a outras instituições similares), de acordo com a norma seguida pela instituição, mas nunca a sua eliminação.

A Zona 4, a Zona das Condições de Acesso e Utilização, explica a autonomia com que a entidade gere o fundo.

Apresenta o idioma em que este se apresenta, assim como o dos documentos ou o dos conjuntos, consoante a situação que esteja a ser trabalhada, e as características físicas deste.

Esta Zona está diretamente ligada à acessibilidade e à disponibilização do fundo.

A informação aqui exposta permite ao utilizador perceber as condições em que pode aceder ao fundo e a cada documento - no caso de existirem especificidades relativamente a alguns documentos ou conjuntos documentais -, como pode utilizá-los - restrições de acesso ao fundo e aos documentos e, no caso de existirem restrições, as razões destas; é a Zona que informa, ainda, em que tipo de suporte o fundo, o documento ou o conjunto se encontra, bem como as condições de utilização destes em função, por exemplo, do estado de conservação do documento; por fim, nela são mencionadas as normas segundo as quais o fundo foi classificado.

Contém os campos: Condições de acesso, Condições de reprodução, o Idioma, as Características físicas e requisitos técnicos e os Instrumentos de descrição.

Esta zona, 4, diz respeito à instituição que detém o fundo de arquivo, fornecendo ao utilizador pormenores que o elucidam sobre as características da informação que este vai encontrar (idioma), as condições de acesso à instituição (horários ou custos de serviços a serem requisitados), assim como a informação sobre quem tratou o fundo, acompanhado da data do tratamento deste.

A Zona 5, a Zona da Documentação Associada, informa a relação dos documentos do fundo com outros existentes em outras entidades e fornece outras informações relevantes sobre o fundo.

Contém os campos: Existência e localização de originais, a Existência de cópias, as Unidades de descrição relacionadas e a Nota de publicação.

A Zona 6, a Zona das Notas, é a zona que inclui as observações relativas ao fundo/conjunto/documento, dependente do caso, cuja informação é útil para a compreensão deste(s) e que não constam nos outros campos.

Contém o campo: Notas/Observações.

A Zona 7, a Zona do Controlo da Descrição, é a zona respeitante ao arquivista que trata o fundo/conjunto/documento, onde o mesmo referencia a bibliografia de que se serviu

para o trabalho de classificação, e onde se expõem os procedimentos da descrição arquivística, a sua identificação, a data da realização do trabalho (descrição e/ou revisão).

Contém os campos: Nota do arquivista, Regras ou convenções e Data de descrição.

Os Níveis de Descrição são os indicadores que permitem a Classificação dos documentos, enquanto dão a leitura organizada, clara, contextualizada e relacional dos documentos, no momento da recuperação da informação.

O vocabulário terminológico arquivístico é composto por termos normalizados, alguns dos quais são referenciados por siglas, como Fundo, designado pela inicial “F”.

O termo Fundo refere-se ao conjunto documental produzido ou acumulado pelo produtor no exercício da sua vida, e que vai ser objeto de tratamento.

O Fundo (F) é trabalhado por partes, de acordo com as suas características, como sejam o volume, a tipologia e as espécies documentais.

Essas partes constituem-se por divisões, como a Secção, indicada pelas iniciais SC, que é uma subdivisão organizada em função da relação que o conjunto de documentos exhibe entre si, na sequência da função orgânica e funcional do produtor.

Dentro das Secções, encontram-se as Subsecções (SSC), que correspondem à subdivisão dos documentos numa relação de organização hierárquica.

Temos outra divisão - a Série (SR) -, que é uma unidade arquivística constituída por um conjunto homogéneo de documentos simples ou compostos, de um mesmo tipo, e que resulta do desempenho de uma mesma função ou atividade, dentro de uma mesma área de atuação.

A Série pode ser dividida em Subsérie (SSR), quando existem tipos mais específicos dentro da espécie em geral.

A Unidade de Instalação (UI), é a unidade básica de cotação, instalação e inventariação, correspondente ao armazenamento dos documentos, por exemplo Caixas, maços, disquetes, CD's, etc.

Os documentos são também indicados por iniciais, como por exemplo Documento Composto – DC - sendo este uma unidade documental agrupada e organizada pelo seu produtor e utilizada na descrição documental para se perceber se o documento tem

continuidade - se é uma parte de outro -, por se referir a um mesmo assunto, como por exemplo o caso de processos, dossiers, etc..

O Documento Simples (DS), é a mais pequena unidade intelectualmente indivisível, como por exemplo a carta, o memorando, o relatório, a fotografia, o registo sonoro, etc.

Para a carta também é utilizada a abreviatura CR na linguagem normalizada arquivística.

Assim como o Nível de Descrição é identificado pelas iniciais ND, outras abreviaturas são, também, utilizadas no tratamento documental, como, por exemplo “s/l”, que significa “sem lugar”, utilizada quando um documento não tem identificação do local, ou “s/d” - sem data -, quando um documento não tem data.

Os princípios metodológicos, teóricos e práticos, são as ferramentas aplicadas para um tratamento rigoroso da informação.

A descrição arquivística tem a finalidade de explicar o conteúdo informacional da documentação, a história da sua produção, o contexto da sua criação, a história do fundo, a do produtor, e de fornecer todas as informações que complementam a leitura do fundo.

É utilizada para trabalhar o documento em qualquer fase da sua vida, desde o momento da sua criação até ao momento da sua classificação, podendo, a qualquer altura, ser atualizada.

Os procedimentos arquivísticos revestem-se, assim, de um carácter dinâmico e contínuo, porque possibilitam “uma descrição multinível que permite que se descrevam assincronicamente as partes e o todo.” (Vidal, 2011: 38).

A realização do tratamento arquivístico tem por base, para o Registo de Autoridade, as orientações das Normas internacionais ISAAR (CPF) e as ODA, parte I-Registo de Autoridade, Descrição Arquivística, parte II-Registo de Autoridade, e parte III-Indexação. A ISAAR (CPF), o instrumento de trabalho criado para as descrições sobre os produtores de arquivos - pessoas coletivas, singulares ou famílias -, permite produzir registos de autoridade – para a Entidade Produtora -, constituindo-se como pontos de acesso das descrições para explicar as relações entre as Entidades Produtoras.

As ODA foram idealizadas por um grupo de trabalho da DGARQ e seguem o esquema concetual das ISAAR (CPF), com uma estrutura composta por cinco Zonas, cada

uma subdividida em campos de informação, num total de trinta e um, cujo principal objetivo é a identificação e descrição, de forma inequívoca, das autoridades Arquivísticas (pessoas coletivas, singulares e as famílias), enquanto produtores ou com qualquer outra função sobre a documentação.

3.3. A indexação

Os arquivos institucionais estão sujeitos a um rigoroso trabalho de indexação que obriga a uma linguagem normalizada, com base em thesaurus.

O thesaurus é uma lista de descritores, ou palavras-chaves, criada para que facilmente se recupere a informação na pesquisa.

Estes descritores decorrem dos temas que caracterizam os fundos.

A importância deste procedimento no tratamento documental de um arquivo permite conhecer os assuntos que estão contidos no fundo documental, através da identificação do conteúdo ideológico - os assuntos ou os conceitos existentes nos documentos (Ribeiro, 1996: 58).

O assunto é descrito através de uma linguagem normalizada, que mais não é do que encontrar termos descritores referenciais uniformes que identificam os conteúdos do que o fundo e os documentos tratam para que a pesquisa devolva a informação contida nos documentos de forma imediata, no geral e no particular.

Estes descritores ou termos adequados são as linguagens documentais (LDs) que referenciam, no ato do tratamento, da arrumação e da guarda do documento, o assunto do documento e do fundo, de forma concisa e fiel.

É de grande utilidade, não só porque traduz o conteúdo da informação do documento através de conceitos, de forma sintética, mas também porque é através dele que a informação vai ser pesquisada e recuperada.

Para isso, é necessário, primeiramente, uma abordagem rigorosa na análise da documentação e só depois se pode construir a representação dos conceitos da informação contida nos documentos através das palavras-chaves, ou descritores.

Estes indicadores que permitem, nas pesquisas, a recuperação da informação, têm de ser observados não só ao nível do documento simples, mas também ao nível de todo o conjunto que integra e contextualiza o documento e o fundo integrante.

Por isso não é só o documento por si que é descrito, mas todo o contexto no qual ele se insere e do qual faz parte, observando-se, no ato da classificação, todas as subdivisões que foram necessárias para a caracterização do documento, para que o mesmo reproduza o conjunto a que pertence, as funções e as condições em que o mesmo foi produzido, que retrate o seu produtor, as datas de produção e os assuntos referentes, em que circunstâncias o mesmo foi produzido, as razões que levaram à sua produção, e todas as informações que possam permitir uma leitura total.

Estes termos são vocábulos que representam os conceitos e, no seu conjunto, constituem a linguagem documental, traduzindo para a linguagem convencional o vocabulário arquivístico.

É importante que estas palavras referenciais – descritores - não funcionem como filtros limitadores da recuperação da informação, mas sim como filtros de encontro célere do que o utilizador procura na pesquisa.

Deve ter-se em conta que, também, não deve dar do fundo ou do conjunto ou documento uma ideia errada do seu conteúdo.

Embora obedeça a procedimentos normalizados, cada instituição pode optar por um procedimento mais específico, por isso se torna imprescindível, na apresentação da referência do tratamento do documento e do fundo, a referência da instituição que o custodia e o trata.

A Indexação, segundo a NP 3715, assenta em três fases:

- A análise do documento e a determinação do seu conteúdo;
- A identificação e a seleção dos conceitos representativos do conteúdo;
- A representação dos mesmos através de “termos de indexação”.

Para a indexação, visando a criação e a manutenção de vocabulários controlados, é seguida, normalmente, a NP 3715²⁵, equivalente à ISO 5963²⁶, e para a identificação de conceitos e seleção dos termos para a sua representação é seguida, geralmente, a NP 4036²⁷, equivalente à ISO 2788²⁸.

A **International Organization for Standardization** (ISO) ²⁹ tem como responsabilidade a elaboração e a aplicação de padrões internacionais de qualidade. Daí que seja muito importante a criação dos Thesaurus, na medida em que estruturam e congregam a diversidade de termos sinónimos convertendo-os em listas de palavras-chaves que fornecem ao utilizador a capacidade de alcance da informação pretendida.

A elaboração destas listas de sinónimos, reunida a partir da experiência dos serviços prestados pelos arquivistas no seu quotidiano, acrescentam mais-valias agregadoras com o objetivo de rentabilizar a recuperação da informação para o utilizador, sem perda de tempo, permitindo-lhe ter uma ideia o mais aproximada possível dos conteúdos do fundo documental, a um nível mais geral e ou mais particular.

²⁵ CT7 IPQ, NORMA PORTUGUESA, (1989). **NP 3715, Documentação, Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação.** [Em linha] Disponível em: <URL: <http://ancacid.yolasite.com/resources/NP3715.pdf> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²⁶ ISO 5963: 1985, **Documentação - Métodos para examinar documentos, determinar seus assuntos e selecionar termos de indexação.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/standard/12158.html>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²⁷ CT7 (/B.N.), NORMA PORTUGUESA (1992), **NP 403, Documentação, Tesouros monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento.** [Em linha] Disponível em: <URL: <http://ancacid.yolasite.com/resources/NP4036%20-%20p.1-16.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²⁸ ISO 2788: 1986, **Documentação - Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/standard/7776.html>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

²⁹ INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL AUTHORITY RECORD FOR CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.iso.org/iso/home.html>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CAPÍTULO 4

Estudo de Caso:

o fundo pessoal, particular e histórico de Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)



Fotografia de Tomé José de Barros Queirós, com dedicatória a Raphael de Peixinho, famoso bandarilheiro e toureiro de então – 1905 - (Documento 2 do Catálogo Anexo – Fotografia pertencente ao fundo, de autor desconhecido)

Desenvolvemos, de seguida, o que temos vindo a explicar, através de um *estudo de caso*: o fundo pessoal, particular e histórico de Tomé José de Barros Queirós (Thomé José de Barros Queiroz), de ora em diante referido pelo acrónimo de TJBA.

Apresentada a caracterização do fundo, é explicada a razão da sua escolha.

Este fundo pessoal e particular, em posse da família, repleto de fontes primárias importantes para a investigação e construção do conhecimento do período histórico da Primeira República portuguesa, é um exemplo que reflete a importância da preservação deste tipo de arquivos.

Neste exercício, importa apresentar as condições em que o mesmo se encontrava e os procedimentos realizados para a sua salvaguarda.

Concomitantemente, é importante ter em atenção os procedimentos do trabalho de classificação e descrição de alguns documentos do fundo, como exemplos ilustrativos do tratamento arquivístico, que passa, também, pela realização de uma biografia do produtor do arquivo, contextualizando a sua produção ao mesmo tempo que se apresenta a sua história.

Sendo, o produtor do arquivo, uma figura ligada ao movimento republicano que implantou a Primeira República em Portugal, tendo chegado Presidente do Conselho (equivalente, atualmente, ao cargo de Primeiro-Ministro), e, por isso mesmo, figura histórica, achou-se por bem acrescentar uma curta contextualização do período histórico em causa com o objetivo de permitir uma maior compreensão do fundo e da relevância destas fontes, justificando a apresentação de alguns dos documentos que compõem o fundo.

Serão, ainda, demonstradas algumas características do fundo que, sendo pessoal, pode conter uma linha ténue de delimitação entre a esfera privada e o domínio público, bem como dar a conhecer o potencial de um fundo pessoal para a investigação.

Optou-se por apresentar a transcrição de alguns dos documentos manuscritos do fundo, de forma a facilitar a sua leitura, e, além do mais, dando, da época, alguns traços, como, a título de exemplo, o tipo de linguagem e o trato entre os correspondentes.

Por último, será realizado o tratamento arquivístico dos documentos selecionados a serem trabalhados na presente dissertação, cujo conteúdo informacional será apresentado em forma de Catálogo, justificando-se a razão da escolha deste modelo de apresentação da informação através do qual se mostra o fundo.

4.1. Caracterização do *fundo Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)*

Quando se colocou a decisão de realizar uma dissertação de mestrado, no âmbito do Património Documental, imediatamente surgiu a ideia de tornar proveitoso este fundo inédito, composto por um grande número de fontes documentais primárias, relacionando-o com o Arquivo, especificamente com os arquivos pessoais e particulares, pelo valor que representam as suas fontes.

A sua vertente histórica é intrínseca na medida em que se trata de uma figura que fez parte de diversos governos da Primeira República portuguesa, representando uma Memória histórico-social, construtora da Identidade coletiva.

O propósito de cruzar a importância da Memória coletiva, através dos documentos constituintes do fundo e representativos das funções governativas do produtor, com outros tantos documentos do fundo que revelam um carácter mais pessoal, prendeu-se com o facto de dar a conhecer algumas das problemáticas da subjetividade que pode caracterizar este tipo de fundos.

Se, por um lado, existe a figura política e pública, representada nos documentos oficiais do fundo, por outro lado, temos, paralelamente, representada nos documentos, a vida privada do indivíduo que não se distancia da vida política.

Há vários casos, inclusive, em que é tão ténue a fronteira entre a esfera do que é a vida pessoal e particular e a esfera do que é a vida política e pública que se torna quase impossível a sua demarcação.

Alguns destes documentos plasmam o tipo de relações do produtor, tecidas pelas relações sociais que cruzaram ambos os campos referenciados, pelo estabelecimento de amizades que se travaram ou pelas cumplicidades que se registaram.

Estas nuances, subjetivas, podem ajudar a caracterizar o lado oficial do político, mas, também, explicar como o mesmo se formou e se reforçou, através de sentimentos, desabafos,

ações e intenções, plasmadas comprovadamente nos documentos, ou através de indícios, podendo, deste modo, perceber-se a interconexão entre uma e outra e que ambas compõem o homem político e público.

Por este motivo se defende que este tipo de fundos seja importante e capaz de acrescentar informação aos arquivos institucionais.

Repleto de memórias pessoais do produtor e de outras de indivíduos que com ele se relacionaram, este fundo dá-nos a caracterização de facetas da personalidade do seu produtor espelhadas nos outros e por eles retratadas.

Este facto evidencia que os documentos representam não só as memórias pessoais do produtor, mas, também, a de terceiros.

Estas, são fontes primárias, originais, a matéria-prima de que é composto o Património Documental.

Mas, para além do registo documental, material, físico, há leituras possíveis de imaterialidade – as intenções, os condicionamentos impostos pela sociedade em que se vive, pelas próprias condutas sociais que ditam comportamentos, pelas relações sociais que se estabelecem.

Esta constatação levou à decisão de se tratarem alguns documentos do fundo e de reproduzi-los, relacionando-os com o papel da Memória social, da Identidade coletiva, do Património Documental, da História, na sua relação com o Arquivo e com o trabalho do arquivista, especificamente com os arquivos pessoais e particulares.

Posto isto, enumeram-se as etapas da empreitada do trabalho do fundo.

A primeira tarefa a realizar, foi a deslocação do fundo do local onde se encontrava, a deteriorar-se, para um espaço com condições de climatização e que permitisse a análise e o tratamento arquivístico.

Tornou-se imperativo, desde logo, o acondicionamento dos documentos para novas embalagens, atendendo ao estado de deterioração em que se encontravam as originais que acondicionavam os documentos, principalmente causado pela humidade.

Sem alterar a ordem original dos documentos, procedeu-se à mudança para novas caixas.

Paralelamente, foi também realizado o trabalho de higienização. Retiraram-se cliques e agrafos oxidados, fitas colantes, bem como se extraíram os documentos de micas para serem colocados em pastas de papel sem ácido, uma vez que alguns documentos apresentavam já indícios de perda de tinta que o plástico das micas começara a retirar.

Houve, no entanto, alguns documentos que, pela fragilidade, se optou por não se fazer a higienização por se ter observado que essa possibilidade poderia danificar ainda mais os documentos que já se encontravam em mau estado de conservação.

Como, entretanto, se encontrou uma instituição condigna de acolhimento do fundo, ficou resolvido que após o trabalho da presente dissertação o mesmo integraria o fundo total e realizar-se-ia a sua doação a essa instituição.

Desta forma, preferiu-se não se manusearem os documentos mais frágeis, tendo-se observado unicamente o seu melhor acondicionamento e devida conservação.

A instituição que o receberá cuidará, convenientemente, do seu restauro.

Assim, cuidadosamente protegidos, estes foram excluídos de manuseamento e demonstração, através de digitalização, e não inseridos na presente dissertação.

Este manuseamento respeitou sempre a organização original do fundo.

Procedeu-se de igual modo com todos os outros documentos que apresentavam algum avançado estado de fragilidade de conservação pelo que se evitou o seu manuseamento.

Durante este primeiro período de análise documental do fundo foram fundamentais o acompanhamento e as indicações fornecidos pelos familiares mais directos.

A eles fica o eterno agradecimento pela oportunidade e apoio.

A realização desta etapa, como referido, foi acompanhada pela neta do produtor, Maria Cristina de Barros Queirós (V. Fig. 1, abaixo), e seu filho, bisneto do produtor, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz (V. Fig. 2, abaixo).

Após intensivas pesquisas e investigação cuidada, foi encontrada a instituição a quem será doado o fundo - o Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República -, que, após ser contactado, muito se congratulou com a intenção de receber a doação, comprometendo-se de imediato no seu célere tratamento, bem como na sua divulgação, partilha, disseminação e acesso da informação ao público.

Desta forma, e conforme o acordado, após a realização do presente trabalho, os documentos aqui tratados, junto com os restantes, serão doados, oficialmente, a esta instituição.



Fig. 1 - Maria Cristina de Barros Queirós
(Fotografia gentilmente cedida pela neta, Eva Viola)



Fig. 2 - Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz
(Fotografia gentilmente cedida pela filha, Eva Viola)

Na primeira análise efetuada ao fundo, constatou-se que este é constituído por uma diversa espécie documental, impressa e manuscrita. Inclui bibliografia, fotografias, iconografia, jornais, recortes de Imprensa, revistas, e uma volumosa correspondência, onde se incluem postais, telegramas, cartões pessoais, entre outros, assim como outra espécie documental dactilografada e manuscrita – apontamentos e rascunhos - e ainda alguns objetos, como molduras com fotografias, estatuetas, etc..

A maior massa documental caracteriza-se por correspondência - quer do domínio profissional quer do familiar; segue-se a Imprensa – periódicos e recortes de jornais da

época; por fim, apresentam-se os apontamentos manuscritos e datilografados. Todos os outros, de variado tipo e espécie, como não serão tratados no âmbito deste trabalho, não se achou necessidade de menção.

Só os documentos tratados no âmbito do presente trabalho serão objeto de análise, digitalizados e reproduzidos no Catálogo Anexo (V. Anexo – Catálogo, pp. 179-239).

Optou-se por não se reproduzir, por exemplo, os apontamentos e rascunhos referentes ao livro **Impostos: apontamentos para o estudo dos impostos proporcional e progressivo**, embora sejam mencionados no presente trabalho, pelo facto do seu estado de conservação ser frágil, por serem, maioritariamente, escritos a lápis e de difícil leitura (quase ilegível), e, pelo facto, requererem o mais parco e cuidado manuseio.

São importantes para a investigação porque embora o seu resultado esteja expresso no livro, as notas, emendas, e outras anotações podem ser relevadores de dúvidas importantes, conceitos alterados, entre outros vestígios que podem levar a uma melhor compreensão do contexto e do resultado.

Excluiu-se, também, do âmbito do presente trabalho, toda a documentação relacionada com o falecimento do produtor (correspondência, fotografias e Imprensa), que a família incorporou, posteriormente, ao fundo.

Esta será doada em fase posterior, pois um dos requisitos é que o fundo ficará aberto a receber mais documentação com ele relacionada.

O fundo, embora se tenha respeitado a ordem original, já não obedece à ordem que o produtor lhe imprimiu, por ter sido desmembrado e disperso pelos descendentes, após o falecimento do produtor, a exemplo do que acontece com a generalidade deste tipo de fundos, nestas circunstâncias.

Outra razão por que o mesmo já não obedece à ordem original foi o facto de ter sido manuseado por um dos filhos, Vasco de Barros Queiroz (V. Fig. 3, abaixo), mediante a sua organização para a escrita de um livro de sua autoria dedicado à memória do seu pai, após ter reunido da família todas as partes possíveis dispersas do fundo.

Antes de ser encontrada a instituição que vai custodiar o fundo, um dos netos doou à Câmara Municipal de Sintra alguma documentação, objetos e bibliografia, que tinha em seu poder, pela relação que o produtor manteve com Sintra.

Viveu nesta vila durante muito tempo e, mesmo depois de se mudar para Lisboa, ainda manteve a sua casa de férias neste local.



Fig. 3 - Vasco de Barros Queiroz, pai de Cristina de Barros Queirós e avô de Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, autor do livro em memória de seu pai, Tomé José de Barros Queirós (anos 60) – Fotografia gentilmente cedida por Cristina de Barros Queirós, pertencente ao seu fundo.

A relação que Tomé José de Barros Queirós mantinha com Sintra levou a que este fosse, e em nome da Junta Revolucionária, designado pelo diretório do Partido Republicano Português, para, em 5 de outubro de 1910, proclamar a República em Sintra, na varanda dos Paços do Concelho.

Por este motivo o município prestou-lhe homenagem no dia 5 de outubro de 1926, meses após o seu falecimento, como justa homenagem pelo trabalho que ali desenvolveu como político, atribuindo o seu nome a uma das suas ruas.

Recentemente, e ainda em Sintra, realizou-se outra homenagem ao produtor, e outra lápide foi colocada, substituindo a anterior, já deteriorada, muito embora esta nova contenha um erro – diga-se, comum, porque o mesmo surge em diversos locais, nomeadamente em sites na internet: a data de falecimento de Tomé José de Barros Queirós não ocorreu em

1925, mas sim em 1926, no dia 5, dias antes de ser instaurada a Ditadura Militar (V. Fig. 4, abaixo).

Refira-se que a data de nascimento foi em 2 de fevereiro de 1872 e a de falecimento foi em 5 de maio de 1926, acrescentando-se também que Tomé José de Barros Queirós nasceu no concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro, e faleceu em Lisboa.

O nome do produtor consta em outras toponímias, em diversas localidades, como, por exemplo, em Lisboa, tendo-lhe sido atribuída esta toponímia em 21 de junho de 1926, na freguesia de Santa Maria Maior, pelo trabalho que este aí desenvolveu, como vereador republicano, nesta autarquia em 1908 (V. Fig. 5, abaixo).



Fig. 4 – Rua Tomé José de Barros Queirós, em Sintra – Foto gentilmente cedida por Eva Viola, e tirada no dia da inauguração desta nova placa.



Fig. 5 - Imagem google maps. [Em linha] Disponível em:
<URL:<https://goo.gl/maps/TZnJ6EnZ6xYh1pVJ9>>. [Consult. 10 de abril de 2019].

Outras ruas com o seu nome existem ainda na Parede e no Estoril, no concelho de Cascais, e em Ílhavo (nasceu em Quintãs, distrito de Aveiro), entre outras.

A ordem de proveniência respeitada foi a que o fundo apresentou, quando foi analisado, atribuída, como atrás referido, pelo filho Vasco Fernandes de Barros Queiroz, resultante da organização que este lhe conferiu aquando da escrita do livro sobre o seu pai (V. Fig. 6, abaixo).

Perante este fato, respeitou-se esta ordem de proveniência e o critério conceptual de organização que este lhe deu, por se desconhecer a atribuída pelo produtor original.

Por outro lado, foi em consequência da escrita deste livro que foi possível reunir a maioria da documentação de Tomé José de Barros Queirós, que se encontrava dispersa pela família.

Fruto da concretização da escrita do livro, o filho Vasco de Barros Queiroz conseguiu, junto dos outros descendentes, reunir a maioria do fundo, apesar de alguns documentos se terem, entretanto perdido, desaparecido, e outros terem sido já doados a instituições diversas, nomeadamente grande parte da biblioteca pessoal de Tomé de Barros Queirós.

No entanto, a organização e a classificação arquivística do fundo traduzirão o contexto da vida do produtor, revelado através da informação documental, ao mostrar as

circunstâncias da sua produção e utilização, transmitidas pela cronologia, pelo tipo de documento e pela sua descrição.

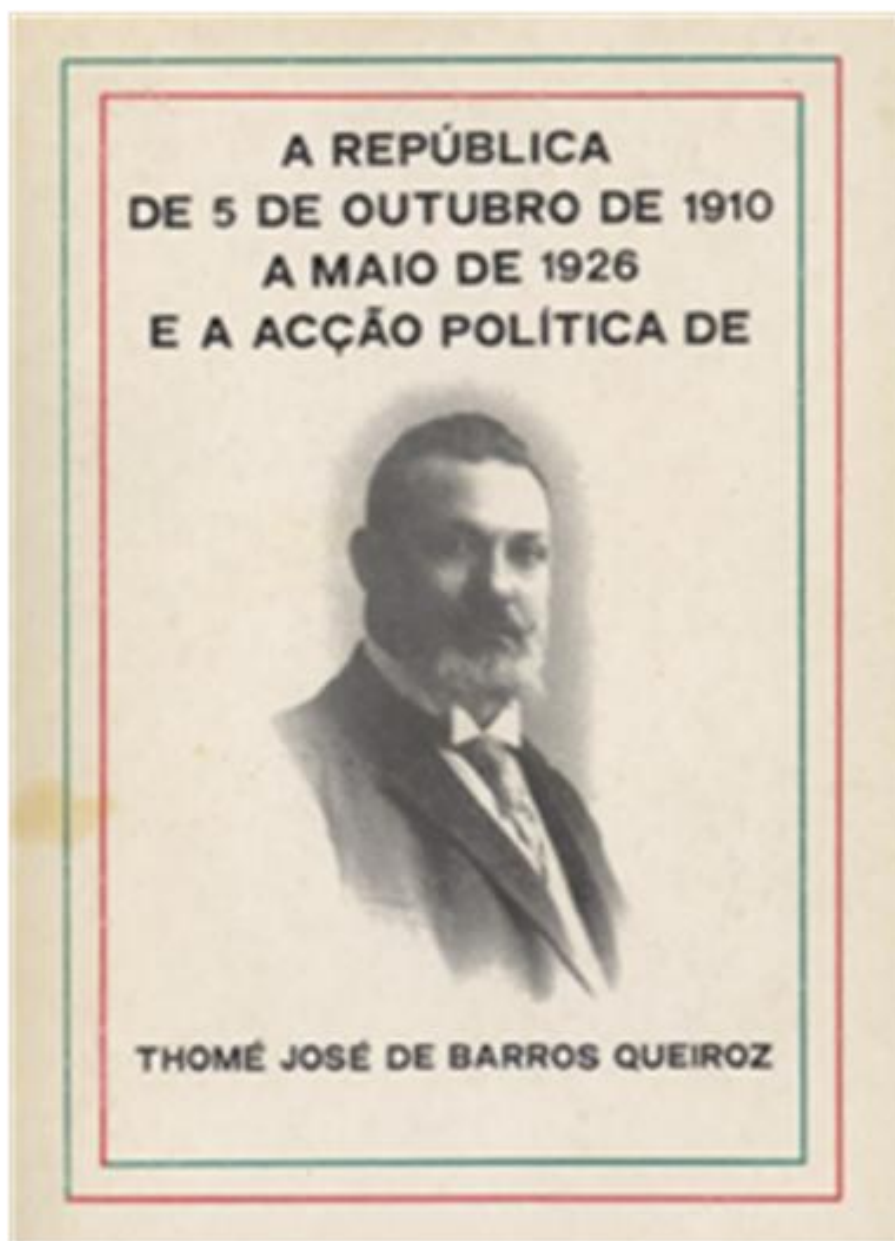


Fig. 6 – Capa do livro que o filho, Vasco de Barros Queiroz, escreveu sobre o seu pai, Thomé José de Barros Queiroz - **A República de 5 de outubro de 1910 a maio de 1926, e a ação política de Thomé José de Barros Queiroz**, Lisboa: Editorial Eva, Lda., 1985 (foto gentilmente tirada e cedida pela bisneta, Eva Viola).

A parte a tratar na presente dissertação é uma amostragem documental cujo tipo representa correspondência familiar e profissional, jornais originais da época, artigos de imprensa de autoria do próprio ou com ele relacionados, documentação relativa à sua ligação à Maçonaria, fotografias pessoais e de âmbito profissional, bibliografia de autoria do próprio e outro tipo de documentos pessoais, produzidos e acumulados pelo produtor, ao longo da sua vida.

A seleção e retirada dos documentos a serem trabalhados, para descrição e reprodução, obrigou a que fossem devidamente marcados os locais de onde os mesmos foram temporariamente deslocados para que a ordem e a orgânica que a documentação apresentava não fosse adulterada, respeitando-se, como referido atrás, o princípio da proveniência, que permite que a classificação respeite “as especificidades dos documentos de arquivo” traduzindo-se “no respeito pela autonomia de cada arquivo e [n]o respeito face à organização estabelecida pela entidade produtora” (LIMA, 2015: 9).

O cumprimento do respeito pelo uso e pelo contexto original de produção dos documentos de arquivo, que associa os documentos às atividades que lhes deram origem, bem como o respeito pela proveniência, são a condição fundamental para que os mesmos reproduzam a vida funcional do seu produtor e construam a história do fundo.

A leitura destes dará, no seguimento destes princípios, a realidade da sua produção, os fins a que os mesmos obedeceram, os objetivos para os quais foram criados, a utilidade que tiveram, o que pretendiam provar, para além de outros factores que fizeram a história do documento, do fundo e que nos permite ter uma visão da vida funcional do seu produtor.

Trabalhar este fundo só foi possível pela ligação familiar da autora deste trabalho com a família. A família nunca manifestou interesse em doar o fundo, ou, tão-pouco o entendia como importante para doação, por diversos motivos, entre os quais:

- O conhecimento que tinha de que os fundos deste tipo são pouco valorizados pelas instituições e, muitas vezes, desperdiçam-se num amontoado que acaba por perder-se-lhe o rasto e o próprio fundo;

- Pensava ser mais conveniente mantê-lo na família, pelo menos enquanto alguém por ele se interessasse, como foi o caso de Miguel de Barros Queirós que a partir dele produziu e realizou um documentário;

- Não tinham a percepção da importância dos fundos pessoais como fontes relevantes e primordiais para a construção do conhecimento, principalmente tratando-se de fontes primárias e, como é o caso, de um fundo histórico³⁰.

Só a explicação e insistência por parte da autora os alertou para o grande interesse do fundo, fruto da sua formação académica, que se traduziu numa busca intensiva por uma instituição receptora capaz de cumprir o garante das condições de preservação, tratamento e disseminação da sua informação, tranquilizando os familiares e levando-os à pretensão da doação do fundo ao invés do mesmo ficar em mãos da autora, unicamente como recordação. Este facto, aliado ao grande interesse manifestado pela instituição receptora, garantiu a pretensão da sua doação.

Deste modo, o trabalho do fundo iniciou-se com a neta de Tomé José de Barros Queirós, Maria Cristina Fernandes de Barros Queiroz, e com o seu filho e bisneto daquele, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, em parceria com a autora deste trabalho.

Desta forma, torna-se necessária elencar as diversas fases por que passou o tratamento do fundo.

Começamos pela primeira, que foi realizar o seu levantamento.

Iniciou-se pela elaboração de um pré-inventário dos documentos, respeitando a ordem pela qual os mesmos se encontravam, conforme já referido, segundo a organização de Vasco de Barros Queiroz, filho de Tomé José de Barros Queirós, que como já referido, detinha o fundo e por isso o mesmo, após o seu falecimento, ficou em posse da sua filha, Cristina de Barros Queirós, e do neto, filho desta, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz.

³⁰ A autora do presente trabalho alertou a família para o facto, reunindo e acondicionando o fundo de forma a que o mesmo fosse, depois, doado. Encetou diversos contactos até ter encontrado o local ideal para o receber, com a condição, assegurada, de que o mesmo fosse valorizado. A instituição que o vai custodiar ficou bastante interessada. Outras partes do fundo foram doadas, segundo pesquisa, sugestão e incentivo, a museus e outras instituições, de acordo com o tipo de documento, nomeadamente as radiografias (com a curiosidade de serem dos primeiros Raios X a serem realizados em Portugal - em vidro e chumbo – que foram doadas ao Museu da Farmácia; o mesmo aconteceu com peças de traje, etc.

Muito contribuiu a ajuda da neta, Cristina de Barros Queirós, na identificação de documentos, de fotografias, de figuras retratadas, da contextualização documental, entre outras tarefas.

Quando se procedeu à deslocação do fundo, por razões de melhor climatização, acondicionamento e para que fosse possível estudar o fundo, foi necessário um imenso cuidado no transporte do mesmo, pois no anterior local não era possível a transferência dos documentos para as novas caixas.

Com todo a cautela, evitando uma maior degradação na deslocação, resolveu-se que a documentação viria nas caixas de origem, mesmo deterioradas, até ao local a partir do qual a documentação seria trabalhada.

No novo local, quando foi efetuado o acondicionamento em novas caixas e feita a operação de higienização, houve necessidade de arejar e secar alguns documentos, pela humidade que apresentavam. Deixaram-se, durante uns dias, em espaço aberto e arejado.

Só depois a documentação voltou a ser armazenada nas novas caixas.

A higienização consistiu na retirada de clips e agramos oxidados, fitas colantes, micas e plásticos, e imediatamente acondicionados em separadores e pastas de arquivo, mantendo-se a sua ordem dentro das caixas, de forma a que a ordenação pela qual os documentos se encontravam divididos não fosse alterada.

Porém, documentos houve em que não foi possível retirar as fitas colantes por se perceber que havia a possibilidade de ficarem mais danificados.

Outros, que apresentavam dobras muito marcadas, mas cujo estado de conservação não apresentava grande cuidados, foram prensados.

A operação de higienização determinou desde logo a inviabilidade de se tratarem documentos por falta de condições profissionais adequadas ao trabalho.

Estas operações foram acompanhadas por registos fotográficos – dos quais se reproduzem alguns, abaixo -, para salvaguarda da ordem pela qual se encontravam os documentos no fundo, além de terem sido colocados identificadores nas caixas.

Pode observar-se, nas imagens (V. Figs. 7 e 8, abaixo) a transferência e acondicionamento de algumas partes do fundo para as caixas novas.

A imagem seguinte (V. Fig. 9, abaixo), regista um dos momentos em que alguma documentação teve de ser exposta à secagem, pela humidade que apresentava, aproveitando-se o momento para efetuar ações de higienização.

Foi nesta altura que se iniciou o pré-inventário dos materiais (depois de interrompido na fase anterior dado que o local onde se encontrava não reunia as condições para que o mesmo fosse realizado).

Posteriormente, foram iniciados contactos para propor a doação do fundo, que após diversos contactos se optou pela pretensão da doação ao Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, cuja instituição manifestou, de imediato, grande agrado na sua receção e custódia, tratamento e divulgação.

Foram encetados os primeiros contatos para a elaboração da intenção de doação e agendada a entrega oficial do fundo, com a respetiva assinatura do Protocolo.

Mas, entretanto, Cristina de Barros Queirós, a neta de Tomé José de Barros Queirós, faleceu a meio deste processo, em abril de 2019. O processo parou.

Em julho do mesmo ano, e de doença súbita, o bisneto, seu filho, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, veio a falecer também. Um linfoma que no espaço de uma semana o levou ao hospital e à morte.

Em resultado, todo o processo foi suspenso.

Não se reuniam as condições para a sua continuidade, físicas ou psicológicas – nem para o tratamento, nem para a doação, nem, tão-pouco, para voltar a pegar no fundo.

O falecimento destes dois familiares fez com que o trabalho da dissertação tivesse parado, bem como o cumprimento do acto da doação.

Foi retomado, só largo tempo depois, na tentativa de cumprir a vontade daqueles, em sua memória, como singela homenagem.

A doação será realizada quando estiverem reunidas as condições para a sua efetivação, nomeadamente a finalização da presente dissertação.

No novo local de acolhimento, a documentação foi disposta e acondicionada de forma a ser facilmente manuseada.

Munida de bata, máscara e luvas próprias, os documentos, com as marcas da sua antiguidade, foram delicadamente limpos do pó que tinham acumulado.

Refira-se que as luvas escolhidas para o trabalho foram de algodão porque estas não prejudicam o manuseio dos documentos, e evitam que as secreções da pele assim como a transpiração possam transbordar das luvas para os documentos.

Numa segunda análise da espécie documental, e já depois de alguma ordenação, quando se procedeu à seleção aleatória dos documentos a tratar no presente trabalho, percebeu-se, entre a correspondência trocada entre o produtor e terceiros, que o foro pessoal e o profissional se cruzavam, característica dos fundos pessoais e particulares, o que pode levantar dúvidas ao trabalho do arquivista na classificação.



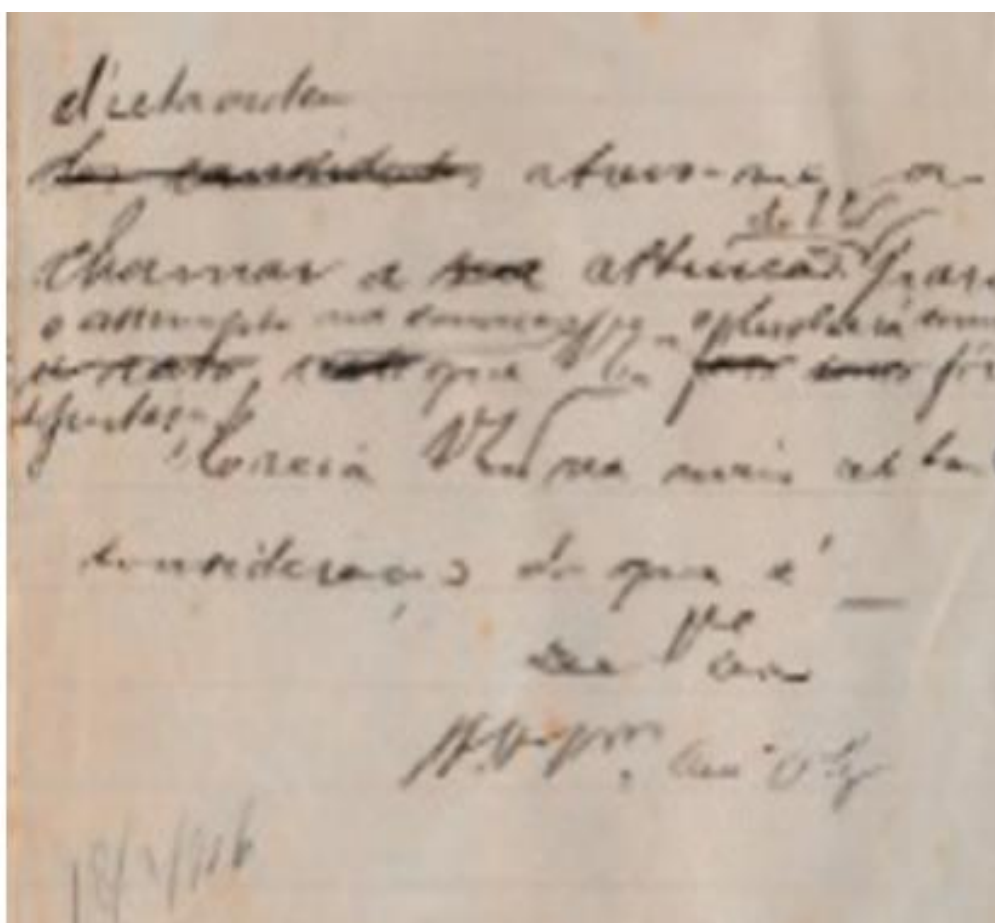
Fig. 7 e Fig. 8 – Transferência de acondicionamento do fundo para novas caixas (fotografias de autoria de Eva Viola e por ela gentilmente cedidas)



9 – Documentos do fundo dispostos para arejamento e para a desumidificação (fotografias de autoria de Eva Viola e por ela gentilmente cedidas)

No presente caso seguiu-se a organização do produtor, como por exemplo a carta que TJBQ endereça a Afonso Costa (V. Documento 23 do Catálogo Anexo - excerto abaixo - Fig. 10).

A carta não está datada, mas foi-lhe atribuída, a lápis – pensa-se que pelo filho de TJBQ, Vasco de Barros Queiroz, aquando das investigações que este levou a cabo para a escrita do livro sobre o seu pai -, a data de 18 de fevereiro de 1916.



dele
~~dele~~ Afonso Costa
Chamar a sua atenção para
o assunto da ~~comissão~~ ^{de 1915} ~~oposição~~ ^{oposição} ~~em~~
~~relação~~ ~~com~~ ~~o~~ ~~seu~~ ~~trabalho~~
Conceito de ~~uma~~ ~~vez~~ ~~em~~ ~~uma~~ ~~vez~~
considerações de que é
seu
H. V. Q. Queiroz

18/2/16

Fig. 10 – Excerto da carta de TJBQ a Afonso Costa, com data em baixo, à esquerda, a lápis (documento nº 23, digitalizado e incorporado no Catálogo Anexo).

TJBQ dirige-se a Afonso Costa como ministro das Finanças. Nesta data, Afonso Costa acumulava esta pasta com a da Presidência do Ministério (equivalente hoje ao cargo de Primeiro-Ministro).

Atente-se, sem certeza, porque poderia ser usual este procedimento de escrita na altura, tratar-se de um rascunho da carta, na eventualidade de a mesma ter sido enviada (era usual, também, na altura, ficar-se com cópia das missivas).

Aleatoriamente, foram seleccionados distintos documentos para o presente trabalho. Na parte da imprensa, alguns jornais da época, nacionais e internacionais – originais e completos.

Dado o tamanho, digitalizaram-se apenas uma parte correspondente às primeiras páginas, adequando-se ao tamanho da impressora (A4) (V. abaixo – excertos, respectivamente, dos Documentos 32, 33 e 34, Fig. 11, 12 e 13)³¹.



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13

O produtor do fundo, TJBQ, foi redator do jornal **A Lucta**, durante algum tempo, e nele se manterá como colaborador sobre assuntos da sua área profissional – matérias do foro financeiro -, durante muito tempo.

Optou-se por se digitalizar os documentos classificados e descritos que foram incluídos no Catálogo.

No caso dos livros, digitalizaram-se somente as respetivas capas, e relativamente ao Contrato de arrendamento digitalizou-se unicamente a primeira página (V. excertos abaixo, dos Documentos 19, 20 e 15, respectivamente Fig. 14, 15 e 16).



Fig. 14

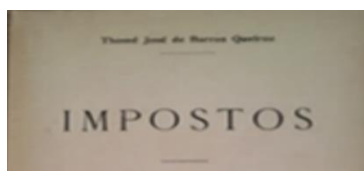


Fig. 15

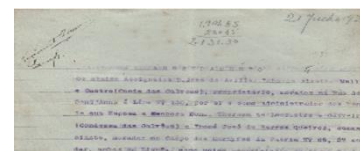


Fig. 16

³¹ De ora em diante os documentos serão indicados pelos respetivos números, remetendo-se a sua consulta para o Catálogo.

Os documentos classificados como Série Outros Documentos (V. Documentos 13, 14 e 15, de que se ilustram os respectivos excertos abaixo – Fig. 17, 18 e 19), foram incluídos na esfera da Vida Pessoal e Familiar seguindo o respeito pelo sentido de proveniência e origem, ou seja, o da organização do fundo na forma como chegou até nós.

Estes documentos encontravam-se numa pasta com a inserção “documentos pessoais” (e nela se manterão até à doação do fundo).



Fig. 17



Fig. 18

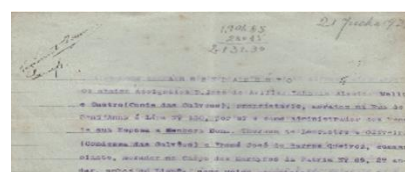


Fig. 19

Um deles é o contrato de arrendamento (Fig. 19, acima), celebrado entre TJBQ, como locatário, e o senhorio. Lembre-se que Tomé de Barros Queirós iniciou a sua carreira profissional como comerciante e nela continuou até ao fim da vida, em paralelo com a atividade política.

O outro, é o passe de transporte dos Caminhos de Ferro de Espanha (Fig. 17, acima), que TJBQ detinha por pertencer aos corpos da direção dos Caminhos de Ferros Portugueses.

Se a organização destes documentos não tivesse sido indicada, por parte do produtor, como sendo “documentos pessoais” os mesmos poderiam ter sido considerados pelo arquivista no âmbito da vida profissional.

No entanto, na presente dissertação serão inseridos na esfera da vida pessoal por se ter optado, de início, que somente os documentos resultantes da ação de membro dos diversos Governos serão classificados como integrantes da Vida Profissional.

Esta perspectiva resulta de se considerar ter sido esse o principal campo de ação que deu o carácter histórico a este fundo e por ter sido este o modelo escolhido para desenvolver o tema do presente trabalho e do tratamento do fundo.

O mesmo se passa com os documentos relativos à Maçonaria (V. excertos dos Documentos 10, 11 e 12, a que correspondem, respectivamente, as imagens abaixo Fig. 20, 21 e 22).

Poderiam integrar uma secção de cidadania ou na Vida Profissional, pois, nesta época, a Maçonaria encontrava-se intrinsecamente ligada à esfera da atividade política, especialmente porque era marcadamente antimonárquica e apostada no derrube daquele regime.

Estas ligações ao Poder mantiveram-se após a implantação da República.



Fig. 20



Fig. 21

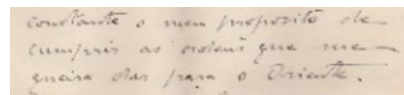


Fig. 22

Sem que tivesse sido indicado pelo produtor, mas em contraponto à identificação da pasta “documentos pessoais” que o mesmo criou, concebeu-se a Secção Vida Profissional.

O tratamento destes documentos, no presente trabalho, tentará demonstrar algumas das questões que se colocam ao arquivista no tratamento deste tipo de fundos, exatamente pelas suas características de subjetividade, multiplicidade e por outras particularidades próprias ao tipo de fundos pessoais e particulares.

Pela análise da documentação heterogénea do fundo e com a ajuda inicial da neta do produtor, Cristina de Barros Queirós, e do bisneto, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, como já foi atrás referido, foi possível realizar a biografia do produtor, ainda que resumida.

Esta operação de análise permitiu entender melhor a informação e trabalhá-la no seu conjunto, dando um conhecimento suficiente do produtor e da sua vida.

Para tal contribuiu ainda o documentário produzido e realizado pelo bisneto Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, sobre o seu bisavô, emitido pela primeira vez no dia 5

de outubro de 2015, na RTP 2, intitulado **Tomé José de Barros Queirós, Uma figura moral da República** (V. Fig. 23, abaixo).

Acrescente-se que o fundo medeia os anos 1872 a 1926, anos de nascimento e falecimento, respectivamente, correspondendo ao período dos finais do século XIX e inícios do século XX, e abrange o universo das suas relações pessoais e profissionais, onde se incluem as políticas, as sociais, económicas, de cidadania e religiosas, entre outras.



Fig. 23 – Capta do DVD do documentário emitido pela RTP 2, em 5 de outubro de 2015 (gentilmente cedida por Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz)

Como já mencionado, para o tratamento arquivístico do fundo seguiram-se os procedimentos teórico-práticos arquivísticos que possibilitaram a contextualização e uma

maior compreensão da documentação analisada, permitindo retirar do Catálogo observações que facilitaram o entendimento informacional do fundo e a história do produtor.

4.2. Descrição do *fundo Tomé José de Barros Queirós*

Apresenta-se a descrição do fundo, de acordo com as normas arquivísticas, explicando-se o processo inerente, especialmente direcionado aos que se posicionam fora do âmbito da área da Arquivística.

A resolução de tratar arquivisticamente alguns dos documentos do fundo de TJBQ tem como objetivo demonstrar a utilidade do tratamento dos fundos de Arquivo ao mesmo tempo que se pretende apresentar as particularidades de tratamento de um fundo pessoal e particular.

Reforçar a importância dos Arquivos, enquanto guardiães da Memória e como redutos de construção do conhecimento é, igualmente, outro dos objetivos, enquanto, através desta, se mostra a subjacente importância da construção da Identidade coletiva e, conseqüentemente, do Património Documental.

Dar a conhecer este fundo, repleto de fontes primárias, que ficará à guarda do Arquivo Parlamentar da Assembleia da República, é, ainda, outro dos propósitos do presente trabalho.

O tratamento do conteúdo informacional do fundo – deste e de todos -, a sua fácil recuperação da informação e a sua divulgação e partilha, visando o seu acesso, é o objetivo de um Arquivo.

O trabalho do arquivista é o de selecionar, organizar e tratar a informação contida nos documentos dos fundos existentes nos Arquivos.

Não tendo o arquivista de ser especialista na informação que trata, deve trabalhá-la com o foco na utilidade da pesquisa para o utilizador, em especial para o investigador, não

devido por isso condicionar-lhe a informação a apresentar, pela escassez de descritores, que afaste o investigador ou o induza em erro.

O seu trabalho deve minimizar a probabilidade de causar prejuízo ao trabalho do utilizador.

A atenção que tem de ser dada a todo o tipo de documentos que constitui o fundo pode revelar-se importante para o investigador porque um documento pessoal pode conter informações com interesse para a investigação.

A forma de atenuar estes lapsos podem passar por descrições menos sintéticas e por resumos mais alargados para cada documento.

No entanto, cada documento deve ser analisado pelas suas particularidades, tal como cada fundo deve ser estudado de acordo com a sua especificidade.

Não é um trabalho fácil classificar os fundos pessoais. Este trabalho tem de assentar no rigor, mas, também, deve visar, sempre, a vantagem da utilidade da informação a apresentar ao utilizador.

Apesar destas particularidades, este trabalho assenta, como atrás referido, em procedimentos e normas uniformizadores – em que os conceitos teóricos suportam o carácter prático do trabalho.

Apresenta-se a descrição do fundo de Tomé José de Barros Queirós, ressaltando que este recai sobre a parte documental selecionada como exemplo de trabalho arquivístico, não correspondendo ao total do fundo. Porque se trata de um fundo histórico, pessoal e particular, o tratamento não obedeceu ao tratamento requerido a um fundo de arquivo integrado numa instituição.

Quando designamos o fundo, objeto da presente dissertação, como histórico, referimo-nos ao seu conteúdo informacional segundo as orientações de definição de Património Documental, pois o seu produtor foi um político que ocupou diversos cargos governamentais no Período da Primeira República, nomeadamente o de Presidente do Ministério (equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro nos dias de hoje, no XXX Governo republicano, em 1921).

Este fundo constitui e integra a memória social que constrói e edifica a identidade coletiva.

1 – Zona de Identificação:

Código de referência: PT-TJBQ

Título: Fundo Pessoal de Tomé José de Barros Queirós

Data de produção inicial: 1889

Data de produção final: 1/9/1925

Dimensão e suporte: 1 dossier, 3 pastas, 34 documentos em suporte papel

2 – Zona de Contexto:

Nome do produtor: Tomé José de Barros Queirós

Biografia de Tomé José de Barros Queirós

A biografia do produtor não foi preenchida aqui, no respetivo campo, conforme a norma, por ter sido remetida para maior destaque, integrando o campo no ponto seguinte, de forma a dar-lhe maior relevo e mais pormenor, e fazendo a ligação com o ponto que lhe seguirá, que é o da análise do fundo com os temas desenvolvidos no presente trabalho.

História custodial e arquivística: Fundo pessoal de Tomé José de Barros Queirós, constituído por documentação produzida e acumulada durante a sua vida, que se encontrava na posse da família, tendo sido a sua guarda entregue a Odete Maria Gonçalves Viola. Esta encetou contato com o Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República indagando do seu interesse em receber o fundo por doação definitiva, salvaguardando que uma pequena parte do mesmo seria objeto de tratamento da presente dissertação, finda a qual o mesmo integraria o fundo total, garantindo, esta entidade, para além do célere tratamento do fundo, a sua rápida disponibilização e divulgação.

Fonte imediata da aquisição ou transferência: Fundo documental de Tomé José de Barros Queirós em posse de Odete Maria Gonçalves Viola, conforme vontade da família, a ser doado posteriormente, com caráter definitivo, ao Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República. Esta instituição será o seu fiel depositário, ficando a custódia do fundo sob a sua total responsabilidade, segundo o protocolo de intenção de doação já assinado, entre a instituição e o representante da família, Miguel de Barros Queirós da Cunha

Ferraz. Devido ao seu falecimento, será assinado posteriormente outro protocolo pelo neto José Garibaldi Aguiar de Barros Queiroz, como representante da família.

3 – Zona de Conteúdo e Estrutura:

Âmbito e conteúdo: O fundo documental a ser trabalhado na presente dissertação compreende uma amostragem da documentação produzida e acumulada por Tomé José de Barros Queirós durante a sua vida. Contém documentação diversa, manuscrita, dactilografada e impressa, relativa à sua vida pessoal e profissional, entre 1889 e 1925 - correspondência, fotografias, postais, recortes e títulos de imprensa, bibliografia de autoria do próprio, e outra documentação. Documentação conservada num dossier constituído por uma pasta identificada com a designação de “documentos pessoais”, uma com a designação inscrita “oficiais” (onde se encontrava a fotografia de António José de Almeida) e outra, sem identificação, contendo fotografias, jornais e outro tipo de documentos.

Avaliação, seleção e eliminação: Não se verificaram ações de avaliação e eliminação de documentos.

Ingressos adicionais: O fundo mantém-se aberto à anexação de nova documentação.

Sistema de organização: ordenação cronológica.

4 – Zona de Condições de Acesso e Utilização:

Condições de acesso: Serão definidas pela instituição que custodia o fundo, o Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República.

Condições de reprodução: Serão definidas pela instituição que custodia o fundo, o Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República.

Idioma: A documentação apresentada nesta dissertação foi produzida em língua portuguesa, contendo exemplares de Imprensa em línguas francesa e espanhola.

Características físicas e requisitos técnicos: Os documentos tratados no presente trabalho apresentam-se em Razoável ou Bom estado de conservação. Não se procedeu a ações de restauro. Informação verificada em 10 de abril de 2019.

Instrumentos de descrição: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2002), ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística, 2.^a Ed. Lisboa: IAN/TT.

5 - Zona da documentação associada:

Existência e localização de originais: Existe documentação original em diversas entidades. Em resultado dos cargos políticos que o produtor exerceu, existe documentação de TJBQ na Assembleia da República e no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa; em função da atividade do produtor enquanto comerciante, existe documentação relativa a TJBQ nos arquivos da Associação dos Comerciantes e da Associação Comercial de Lisboa; em função de outras atividades que exerceu, existe documentação no Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP – Comboios de Portugal (na altura designada por Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) e no Arquivo da Associação Mutualista Montepio.

Por doação, existe documentação do produtor na Fundação Mário Soares, na Câmara Municipal de Sintra, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Museu da Farmácia, em Lisboa, e no Museu Maçónico do Grande Oriente Lusitano.

Existência e localização de cópias: Existem cópias de documentação, cujos originais integram o fundo pessoal de TJBQ, em diversas entidades. Em resultado dos cargos políticos que o produtor exerceu, existem cópias de documentação de TJBQ na Assembleia da República e no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa; em função da atividade do produtor enquanto comerciante, existem cópias de documentação nos arquivos da Associação dos Comerciantes e da Associação Comercial de Lisboa; pelas atividades que exerceu, existem cópias de documentação relativa a TJBQ no Arquivo Histórico e Centro de Documentação da CP – Comboios de Portugal (na altura designada por Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) e no Arquivo da Associação Mutualista Montepio.

Por doação, existem cópias de documentação do produtor na Fundação Mário Soares, na Câmara Municipal de Sintra, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Museu da Farmácia, em Lisboa, e no Museu Maçónico do Grande Oriente Lusitano.

Unidades de descrição relacionados: Foi doada à Fundação Mário Soares, em 1987, documentação original e cópias, tratando-se especialmente de correspondência trocada entre Tomé José de Barros Queirós e algumas figuras republicanas, bem como fotografias. Esta

parte do fundo foi doada pelo filho do produtor, Vasco de Barros Queiroz, pela relação de amizade que mantinha com os representantes desta instituição.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, também em 1987, deu entrada uma massa documental do produtor, na sua maioria composta por fotografias e notícias relativas ao falecimento de TJBQ, doada, igualmente, pelo seu filho Vasco de Barros Queiroz.

No entanto, descobriu-se, ainda, nesta instituição, uma grande massa documental pertencente a TJBQ, doada por terceiros. Esta documentação pertencia ao filho de TJBQ, Amílcar de Barros Queiroz, que a entregou ao historiador Oliveira Marques – uma massa documental composta por um grande volume de bibliografia que compunha a biblioteca pessoal do produtor, junto com documentação e objetos relacionados com a sua atividade na Maçonaria – junto com uma carta assinada, onde expressava que o fim a dar a esta documentação seria a doação ao Museu Maçónico do Grande Oriente Lusitano, por parte do historiador.

Não se percebe, por isso, como a mesma foi parar ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esta massa documental foi acompanhada de outra documentação produzida por Amílcar de Barros Queiroz, também no âmbito da sua ligação à Maçonaria.

O que foi possível apurar foi que o historiador Oliveira Marques guardou em sua casa toda a documentação, até à sua morte. Após o seu falecimento, a mesma, ou parte dela – não se tem a certeza -, foi entregue em doação ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo por um seu representante.

Outra doação por parte dos filhos do produtor, Vasco de Barros Queiroz e Amílcar de Barros Queiroz, foi feita, também em 1987, à Biblioteca Nacional, correspondendo a uma parte da biblioteca pessoal de Tomé José de Barros Queirós.

Foi ainda doado ao Museu Maçónico do Grande Oriente Lusitano, por Tomé José de Barros Queiroz – ainda em vida -, e pelo seu filho Amílcar de Barros Queiroz, uma grande variedade documental, conjuntamente com mobiliário e objetos, relativos à ligação de ambos com o GOL (Grande Oriente Lusitano).

Foi ainda doado, em 2016, pelo bisneto Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz, ao Museu da Farmácia, uma carta original que Tomé José de Barros Queirós recebera do seu amigo Egas Moniz, enquanto seu médico.

O neto de TJBQ, José Garibaldi Aguiar de Barros Queirós, doou, em 2018, alguns documentos originais e cópias de TJBQ, que recebera de seu pai, Amílcar de Barros Queiroz, em herança, ao Arquivo Municipal da Câmara Municipal Sintra.

Estes documentos não estavam contemplados no presente fundo.

José Garibaldi Aguiar de Barros Queirós doou estes documentos a esta edilidade, pela ligação que TJBQ teve com esta autarquia.

Nota da publicação: Não se aplica

6 – Zona de Notas:

Notas: Não se aplica

7 – Zona de Controlo da Descrição:

Nota do arquivista: a descrição da documentação objeto de tratamento na presente dissertação foi elaborada por Odete Maria Gonçalves Viola, com base na **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G)**.

Regras ou convenções: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): **Norma geral internacional de descrição arquivística: Adoptada pelo Comité de Normas de Descrição**, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999; **tradução Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo do IAN/TT**, 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. **DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS – Orientações Para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007. **NP 405-1:1994 – Informação e Documentação. Referências bibliográficas. Parte 1**. Lisboa: IPQ; CT7. **NP 4041-2005 – Informação e Documentação. Terminologia arquivística: conceitos básicos**. Lisboa: IPQ; CT7

Data da descrição: Descrição elaborada a 10 de abril de 2019.

Posto que ficou, de forma genérica e simplificada, a ideia de como se organiza um fundo, vamos debruçarmo-nos sobre o fundo em estudo. Como atrás ficou expresso, inicia-se o tratamento por uma biografia do produtor mais alargada.

4.3. A biografia de Tomé José de Barros Queirós



Fotografia de Tomé José de Barros Queirós, assinada por este e dedicada ao seu amigo José Themudo - 1912 - (V. Documento 3 do Catálogo Anexo)³²

³² Não são referidas as autorias das fotografias reproduzidas do Fundo porque as mesmas são desconhecidas.

A Biografia que se apresenta tem como fonte, na sua grande maioria, o testemunho oral da neta, Maria Cristina de Barros Queirós.

Tomé José de Barros Queirós, o produtor do presente fundo, nasceu em Quintãs, concelho de Ílhavo, no distrito de Aveiro, a 2 de fevereiro de 1872, vindo a falecer em Lisboa, a 5 de maio de 1926, dias antes da implantação da Ditadura Militar que levará, depois, em 1933, ao Estado Novo de António de Oliveira Salazar.

Filho de Matilde da Conceição Queirós e de António José de Barros, Tomé José de Barros Queirós era, pelo lado materno, neto do tabelião de Vagos, Luís Mendes de Queiroz, e de Mariana Rosa Ribeiro, e sobrinho-bisneto do Desembargador Joaquim José de Queirós, chefe da revolta liberal de 1828 e que em consequência se viu obrigado a fugir para o Brasil, tendo-se exilado, depois, em Inglaterra, para não ser executado à ordem de D. Miguel, regressando a Portugal, com D. Pedro IV, em 1834.

Este liberal, irmão da bisavó de Tomé de Barros Queirós, Maria Alexandrina de Queiroz, era avô do escritor Eça de Queirós. Eça era primo em 4º grau de Tomé de Barros Queirós.

Pelo lado paterno Tomé José de Barros Queirós era neto de Paulo José de Barros, descendente de uma família de lavradores endinheirados de Verdemilho, do concelho e distrito de Aveiro, e de Margarida de Oliveira.

Os seus pais António José de Barros e Maria Augusta de Queiroz, eram lavradores em Quintãs, do concelho e distrito de Aveiro. A sua condição de vida não era já a melhor uma vez que, pelas vicissitudes da vida, as suas famílias tinham já perdido a fortuna.

Tomé José de Barros Queirós tinha mais 7 irmãos, sendo os mais velhos Augusta, Paulo, Maria e Joaquim, e os mais novos Manuel, Joana e Adelaide.

O pai de Tomé José de Barros Queirós, devido à situação de modéstia em que viviam, rumou, em 1880, para Lisboa, para tentar melhor sorte na vida, levando consigo Tomé, o mais novo dos quatro filhos ainda vivos então, deixando para trás os outros irmãos que ficaram a ajudar a mãe. Tinha Tomé 8 anos.

Mais tarde, quando o pai de Tomé reuniu em Lisboa as condições de vida mandou vir para junto de si a restante família.

Tomé José de Barros Queirós começa desde cedo a trabalhar, como aprendiz numa oficina, depois como aprendiz de caixeiro, subindo posteriormente a caixeiro, na casa comercial José de Oliveira (casa comercial de candeeiros e canalizações), aos 16 anos.

Casou cedo com Christina Auta Fernandes, de quem teve quatro filhos, Daniel de Barros Queiroz que seguiu a carreira militar; Amílcar de Barros Queiroz que foi tradutor, escritor e adido de Imprensa; Vasco de Barros Queiroz que foi jurista e escritor; e Carlos de Barros Queiroz que foi jornalista.

Aos 19 anos, já casado, é designado gerente da firma Costa & Costa (1891), de José d'Oliveira, que, entretanto, renomeou a firma, passando-lhe a administração (1902).

Com a morte deste, Tomé José de Barros Queirós compra a firma aos herdeiros ficando seu exclusivo proprietário (1911), e torna esta uma firma de grande notoriedade comercial nacional e internacional, principalmente junto dos fornecedores alemães e ingleses.

Já depois de casado e com o filho mais velho já nascido, começa a estudar à noite e a trabalhar durante o dia, tendo tirado o Curso noturno na Escola Elementar do Comércio (1894-1897), como aluno distinto, aos 22 anos, tendo-se especializado em assuntos financeiros.

Aos 16 anos, em 1888, dá os primeiros passos na carreira política, tendo-se filiado no Partido Republicano Português, no Centro Fraternidade Republicana, no Pátio do Salema. Porém, como era ainda menor, precisava de autorização idónea, tendo-a conseguido por parte de Magalhães Lima que requereu a responsabilidade desta ao seu patrão José d'Oliveira. Um ano depois, depois torna-se diretor deste Centro.

Diz-nos Magalhães Lima, a este propósito, sobre Barros Queirós:

“Lembro-me que Barros Queiroz (...) tendo apenas um buço a despontar se devotou à defesa da causa republicana com rara energia. Barros Queiroz, assim como Fernão Boto Machado, encetaram a sua vida sem um único diploma. Deveram tudo à sua iniciativa, ao seu esforço, ao seu talento e à sua ânsia de saber. Barros Queiroz aprendeu francês aos vinte e tantos anos. Com a sua tenacidade no estudo e no trabalho, tornou-se uma das figuras mais prestigiosas da República. Foi um homem feito por si mesmo. São esses os verdadeiros protótipos da democracia.”

(Lima, 1º vol: pp. 54-55)

É no Centro Fraternidade Republicana que conhece a que há-de tornar-se sua mulher – Cristina Auta Fernandes -, figura de grande cultura e formação, que tocava ao piano a “*Marselhesa*” no final das conferências.

Seguindo os ideais liberais herdados da família, foi um homem do cooperativismo, do associativismo e do mutualismo, que ajudou a fundar jornais, associações e agremiações, procurando, com o seu contributo, melhorar a sua vida e a dos outros.

TJBQ foi fundador da Associação de Socorros Mútuos Tomás Ribeiro e, juntamente com outros, fundou a Academia Recreativa de Lisboa, onde se constituiu um teatro amador que se tornou de referência, por onde passaram grandes nomes do teatro da altura, como Ângela Pinto.

Em 1896 associou-se ao Grupo Republicano de Estudos Sociais.

Sempre envolvido na luta da classe operária em função da sua profissão e como representante dos republicanos, fundou o jornal **A Voz do Caixeiro** e colaborou no jornal **O Caixeiro**, onde foi secretário da Redação.

A sua incursão na Imprensa irá continuar, na primeira década da I República, como redator do jornal **A Lucta**, órgão de informação dirigido por Brito Camacho, no qual manterá a sua colaboração sobre assuntos de carácter financeiro, assim como também no jornal **Diário de Notícias**.

As dificuldades que experimentou enquanto trabalhador-estudante e a observância da necessidade de ensino de que muitos trabalhadores careciam, levaram-no a fundar o Centro Noturno da Associação dos Caixeiros, para que outros, como ele, pudessem estudar e trabalhar e, assim, progredir na vida.

Foi ainda sócio de outras associações relacionadas com a atividade. Ainda ligado à atividade comercial foi, em 1913, presidente da Associação Comercial de Lisboa³³.

A sua atividade partidária levou-o a ascender rapidamente à direção daquele partido, tendo-se mantido ideologicamente no campo do republicanismo liberal.

Em 1902 é eleito Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa.

³³ Daniel Alves e Daniela Major, IHC-Galeria dos Presidentes da União de Associações do Comércio e Serviços (1870-2016), Lisboa, UACS, Maio de 2016. [Em linha] Disponível em: <URL: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3124915/IHC_Daniel_Alves_e_Daniela_Major_Galeria_dos_Presidentes_da_Uni_o_de_Associa_es_do_Com_rcio_e_Servi_os.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Enquanto parte ativa de todos os Congressos do Partido Republicano, fez parte da Comissão Municipal do Partido Republicano.

Recorde-se que o partido chefiado por João Franco tinha ganho as eleições em 1906, tendo o rei dissolvido o Parlamento e tendo-se iniciado o período de ditadura monárquica.

Após o movimento fracassado de 28 de janeiro de 1908, diversos opositores são perseguidos pela ditadura de João Franco. Tomé José de Barros Queirós, republicano, é um deles e vê-se obrigado a exilar-se em Espanha.

Instalado num hotel em Madrid, Tomé de Barros Queirós recebe mensagens de parabéns, no dia 1 de fevereiro, que pensa serem atribuídas ao seu aniversário, que seria no dia seguinte, a 2 de fevereiro. Mas percebeu depois tratar-se das felicitações em consequência do regicídio, antevendo-se já o fim da Monarquia Constitucional.

Permaneceu ainda uns dias em Madrid, tendo-se cruzado, no hotel onde se encontrava acomodado, com o ex-ditador João Franco, agora demitido e exilado em Espanha.

Em 1908, Tomé de Barros Queirós regressa a Lisboa e integra a Comissão Instaladora Paroquial do Partido Republicano Português de Santa Justa e a Comissão Instaladora do Centro Democrático de S. Carlos. Neste ano ainda foi eleito, pelas listas republicanas, presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa e, depois, vereador substituto da Câmara Municipal de Lisboa, na primeira vereação republicana, onde assume o pelouro financeiro, conseguindo sanear as contas municipais, facto louvável e inédito nas últimas décadas da monarquia.

O seu trabalho nesta vereação foi exemplar devido a ter conseguido resolver o défice orçamental que a edilidade apresentava desde há muito sob a vereação monárquica *“que a comissão enviada pelo directório do partido republicano para sondar o acolhimento que as potências estrangeiras reservariam a uma mudança de regime em Portugal, invocou como garantia o exemplo da vereação lisbonense.”* (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. IV: 315-316).

Pouco tempo depois passou a vereador efetivo (1909) da pasta das Finanças, exercendo este mandato até 1911.

Tal foi o reconhecimento desta prestação que, em 1909, foram aprovadas todas as suas propostas no Congresso Municipalista, cuja maioria era composta por vereações monárquicas.

Esta valência trouxe, por parte das potências estrangeiras, a garantia de que necessitava o Diretório do Partido Republicano para a acreditação de uma mudança do regime monárquico para a governação republicana.

Diz-nos Vasco de Barros Queirós que Magalhães Lima, que juntamente com José Relvas visitou aqueles países, afirmou: “*Barros Queiroz (...) concorreu grandemente para a proclamação da República, pela sua modelar administração municipal, que eu muitas vezes citei no estrangeiro como garantia do futuro do regime*” (Barros Queiroz, 1985: 5).

Ainda sob a sua vereação, uma das audazes e prioritárias medidas que tomou foi o aumento dos salários dos calceteiros, por considerar indigno os seus salários, e aplicou, ainda, para os funcionários municipais, as 8 horas de trabalho e o descanso semanal aos domingos.

A subida de D. Manuel II ao trono, com apenas 18 anos de idade, reforça o caminho para o fim da Monarquia, que não tinha já condições de governação.

Foram estes exemplares serviços que o conduzirão, depois, à gestão da pasta das Finanças do Governo pós-implantação da República.

Em 1910, dá-se a implantação da República. Tomé José de Barros Queirós proclamou a República em Sintra, onde se encontrava, ao lado de João Chagas e de Malva do Vale, enquanto delegados da Junta Revolucionária e do Diretório do Partido Republicano, e seus representantes nas Constituintes.

Após a Revolução de 5 de outubro foi nomeado para várias comissões de inquérito - destacando-se a que investigou o escândalo dos Adiantamentos à Casa Real -, e de reforma dos serviços públicos.

Com a cisão deste partido, após a proclamação da República Portuguesa, integra o Partido Unionista (União Republicana), chefiado por Brito Camacho, seu amigo, entre 1911 e 1918.

Ocupa o cargo de presidente da Comissão de Reforma Aduaneira e Serviços Fiscais pelo prestígio do rigor nas contas públicas, em 1911.

Ingressado na Fazenda Pública (Ministério das Finanças), é presidente do Conselho Disciplinar, secretário-geral do Ministério das Finanças e diretor-geral da Fazenda Pública, sendo de sua autoria e responsabilidade a reforma tributária de 1911.

No mandato de 1911 a 1915 e como deputado eleito por Torres Vedras, inicia a sua carreira parlamentar como deputado da Constituinte, tendo sido eleito vice-presidente da Câmara dos Deputados em 1912, apresentando um parecer considerado excepcional à época, sobre a Lei de Meios de 1912–1913 (o orçamento de Estado à altura).

Este **Parecer Sobre a Lei de Receita e Despesa de 1912-1913** foi publicado e utilizado como compêndio nas aulas de Finanças da Faculdade de Direito de Lisboa.

Tomé José de Barros Queirós foi eleito para todas as legislaturas, exercendo os cargos de Vice-Presidente da primeira Câmara dos Deputados.

Em 1912 iniciou-se na Maçonaria, na loja Acácia, de Lisboa, sob o nome simbólico de “*Garibaldi*”, transitando depois, em 1913, para a Loja Cândido dos Reis, também de Lisboa. Nunca aceitou nenhuma condecoração por ser maçom.

Depois de secretário-geral das Finanças e diretor-geral da Fazenda Pública, toma posse como ministro das Finanças, na sequência da revolução de 14 de maio de 1915, no governo de José de Castro e de João Chagas – X Governo republicano -, cargo que exerceu entre 15 de maio a 19 de junho de 1915³⁴.

Em 1917, fruto da sua experiência na área da Fazenda, Tomé de Barros Queirós publica o livro de sua autoria **Impostos: apontamentos para o estudo dos impostos proporcional e progressivo**.

No período sidonista regressa à atividade parlamentar. Entre 1919 e 1921 é eleito deputado por Lisboa Oriental. Aderiu, em 1919, ao Partido Republicano Liberal, tendo presidido ao seu Diretório.

Em 1921, exerceu os cargos de ministro interino da Agricultura e da Instrução Pública, das Colónias, do Trabalho e da Providência Social, entre 23 e 24 de maio³⁵, e das

³⁴ Politipédia, [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/governo-de-joao-chagas-jose-de-castro-1915/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

³⁵ Politipédia. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/governo-de-tome-de-barros-queiros-1921/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Finanças, acumulando com a Presidência do Ministério (correspondente ao atual cargo de Primeiro-Ministro), entre 23 de maio e 30 de agosto, no trigésimo Governo republicano³⁶.

Apresenta a sua demissão ao Presidente António José de Almeida face à situação do empréstimo de 50 milhões de dólares³⁷.

Em 1922 foi eleito deputado pelo círculo açoriano da Horta.

Em 1923 milita no Partido Republicano Nacionalista, mantendo-se como parlamentar, chefiando a respetiva bancada.

Manteve-se no parlamento até 1924, quando renuncia ao mandato de deputado em junho deste ano.

Em 1925, eleito pelo círculo de Lisboa, foi convidado, em finais do ano, a candidatar-se à Presidência da República, mas recusou.

Quando deixou o Governo, foi nomeado por este como administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, tendo-se tornado no seu Presidente do Conselho de Administração, após ter sido primeiro vogal e, de seguida, vice-presidente, entre dezembro de 1910 até ao seu falecimento, em maio de 1926. Recorde-se que após o 5 de outubro já tinha sido nomeado delegado da República na Administração desta empresa, onde esteve até ao fim da sua vida.³⁸

Foi presidente da Direção da Companhia do Boror - foi sob a sua direção que esta companhia saldou o seu déficit e prosperou -, e fundador, com outros industriais, da Companhia de Seguros A Mutualidade Portuguesa, instituição que gozava de muito prestígio e reputação, na qual exerceu o cargo de diretor, e presidente do Conselho Disciplinar do Ministério das Finanças.

O seu percurso ligado à reforma dos serviços públicos e o seu importante papel de exemplaridade desempenhado na área financeira, foi pautado pela integridade e grande rigor,

³⁶ Politipedia. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/governo-de-tome-de-barros-queiros-1921/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

³⁷ Museu da Presidência da República. [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=26>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

³⁸ Os dados aqui referidos cujas fontes não estão referenciadas, foram transmitidos oralmente pela neta de TJBQ, Maria Cristina de Barros Queirós, antes do seu falecimento, e complementados depois pelo neto, antes, também, do seu falecimento, Miguel de Barros Queirós da Cunha Ferraz.

tendo obtido, conseqüentemente, de forma ampla, um unânime reconhecimento por todos os cargos que desempenhou.

Homem de caráter, pautado por elevados valores de serviço público, recusou sempre ser pago pelos cargos políticos que exerceu, como recusou, também, o cargo de diretor do Banco de Portugal, para o qual fora convidado, porque, disse-o, ser incompatível com a sua ação política.³⁹

Note-se que a atividade política no período da Primeira República Portuguesa foi marcada por uma grande instabilidade política e constante golpismo, pautada pela crise financeira nacional e internacional.

Tomé José de Barros Queirós faleceu em Lisboa a 5 de maio de 1926, em pleno final do período da Primeira República Portuguesa, da qual fora um dos seus fundadores, muito embora seja um nome da República pouco conhecido.

4.4. Breve enquadramento histórico do período de produção do *fundo Tomé José de Barros Queirós*: a Primeira República portuguesa (1910-1926)

O fundo de Tomé José de Barros Queirós é um arquivo típico de património documental cultural e histórico.

O seu produtor foi uma personalidade política atuante no período da Primeira República em Portugal, tendo ocupado diversos cargos governativos.

Este fundo, constituído por fontes primárias - documentos que perderam o seu valor primário porque deixaram de cumprir a função para a qual foram criados -, ganharam um valor histórico porque a sua importância passou a ser a de prova de que se serve a Memória como constituinte da significância da identidade coletiva.

³⁹ Testemunho oral deixado pela neta, Cristina de Barros Queirós, que o ouvia constantemente de seu pai, Vasco de Barros Queiroz, reproduzindo as palavras do avô.

É um fundo que representa a época histórica, marcante, que pôs fim à monarquia que vigorava em Portugal desde a sua fundação, em 1143.

Desta época da Primeira República apresentamos um breve resumo de enquadramento e contextualização do fundo, tendo por base a História de Portugal.⁴⁰

O *Ultimatum* que Inglaterra impõe a Portugal, em 1890, a que este acaba por aceder, desencadeou as condições que levaram à queda da Monarquia portuguesa, proporcionando à oposição republicana as condições para se fortalecer.

A Monarquia Constitucional, com a subida ao trono de D. Manuel II, em 1908, auspiciava já o seu fim após o assassinato de D. Carlos I e do seu filho primogénito, D. Luís Filipe.

A República é instaurada a 5 de outubro de 1910.

Face às alterações radicais e profundas inerente à adaptação a um novo regime, a República, que era marcadamente anticlerical, implantou a separação de poderes entre a Igreja e o governo da Nação.

Aprovada a Constituição em 1911, a Assembleia Nacional Constituinte elegeu, nesse ano, o primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, pelo Partido Republicano Português, que instaura a República em Portugal.

Dá-se a cisão do Partido Republicano, originando o Partido Democrático do qual, em 1912, nascem outros dois partidos, o Partido Evolucionista e o Partido União Republicana (mais conhecido por Partido Unionista).

Ao conturbado ambiente resultante das divisões entre republicanos junta-se, em 1914, o início da Primeira Grande Guerra, agravando-se a situação com a participação de Portugal, daí advindo, como para todos os países implicados, sérias consequências.

Não foi um período fácil o da Primeira República, fruto da conjuntura nacional e internacional.

Brito Camacho disse, sobre a implantação da República, que esta tinha sido “(...) apenas a condição para se adoptarem processos mais justos, mais racionais, de maior valor que os da Monarquia (...) e não uma varinha mágica, como nos contos de fadas, capaz de improvisar maravilhas de toda a ordem.” (Camacho, 1920: 73-74).

⁴⁰ Dados retirados da História de Portugal, dirigida por José Mattoso, edição do Círculo de Leitores, Vol. XII

Estes ideais, na prática, e em consequência do contexto, levaram a que, durante os 16 anos de duração da Primeira República se assistisse a 45 governos “... seis presidentes, eleições parlamentares em média de dois em dois anos, vinte e cinco revoltas e motins ...” (Martins, 1998: 70).

As alterações resultantes do novo regime político em Portugal – a República - geram profundas alterações das condições socioeconómicas.

A natureza do regime republicano foi pautada por uma grande instabilidade, associada a permanentes agitações - greves e revoltas -, especialmente as revoltas militares encabeçadas por Pimenta de Castro, em 1915, e por Sidónio Pais, em 1917, e, por fim, por António Maria da Silva, em 1926, que dará origem, de seguida, ao Estado Novo.

Sidónio Pais instaura a ditadura militar em 1917, fruto das manobras da força do Partido Nacional Republicano – Partido Nacionalista -, que em 1918 vence as eleições ao Congresso, composto, na sua maioria, por monárquicos e católicos.

Este período terminou com o assassinato de Sidónio Pais, em 1918, seguindo-se uma grave crise política, marcada pelos confrontos entre republicanos e monárquicos.

Em 1919, os republicanos venceram, mas enfrentaram os problemas económicos e sociais do rescaldo da Primeira Grande Guerra, que terminara no ano anterior, em 1918.

A República, deste modo, caracterizou-se como um período de grandes convulsões socioeconómicas.

A década de 20 do século XX foi marcada pela queda e eleição de sucessivos governos, assinalando as rivalidades entre as alas esquerda e direita do Partido Democrático e os diversos receios latentes do anarquismo, do bolchevismo e do autoritarismo pelo Exército.

A 28 de maio de 1926, os militares, sob a liderança de António Maria da Silva, dissolveram o Parlamento e instauraram a Ditadura Militar que dará origem, em 1933, ao Estado Novo de António de Oliveira Salazar.

Este é, num resumo geral, o contexto político, social, religioso e económico em que este fundo é produzido e acumulado.

4.5. Factos e indícios no *fundo Tomé José de Barros Queirós*



Tomé José de Barros Queirós, à esquerda na fotografia, com António José de Almeida, - Cortejo Presidencial – 1921 - (V. Documento 17 do Catálogo Anexo)

Um Arquivo é um local concebido para a guarda de documentos. Compreende a salvaguarda das fontes, sendo, também, um espaço vocacionado para a construção de conhecimento.

Este lugar que salvaguarda, trata e disponibiliza documentos torna-se, subsequentemente, um espaço de investigação com o objetivo de produzir saber, sendo, também, um espaço de poder porque dita a temática que se torna relevante trabalhar de acordo com o pensamento do poder vigente e segundo a orientação social enquadrante –, mas que guarda as fontes e as disponibiliza, enquanto matéria-prima, para a produção de erudição.

As fontes são o registo dos factos, que refletem a concretização da ideia que lhe deu forma, mas são, também, a Memória do passado, a sua rememoração. Desta forma, a memória confere sentido ao passado.

As fontes são as provas, mas, igualmente, representam a subjetividade da Memória – a rememoração do que se retém de tudo quanto aconteceu, mas, paralelamente, também de tudo o que se esqueceu, o que não é lembrado. As fontes são, deste modo, as manifestações da Memória, mas servem, também, para que esta se construa e, desta forma, tornam-se na matéria-prima que serve a escrita do conhecimento, da História.

Pierre Nora, na sua obra **Entre memória e história – a problemática dos lugares** afirma de que não existe memória senão quando esta é revivida, rememorizada através de “rituais” numa tentativa, por parte dos indivíduos, de identidade/identificação. A sociedade precisa da história para que esta lhe confirme os “lugares”, símbolos através dos quais lembramos para não esquecer. "Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora" (Nora, 1933: 12).

As fontes contêm, para além das narrativas, as rememorações de identificação dos indivíduos, servindo à História como revivências que levam a esses “lugares” que a identidade precisa para se significar.

Cada historiador, ao fazer História, vai debruçar-se sobre uma vertente da informação contida nas fontes e, simultaneamente, vai investigar sob a sua perspectiva e o seu próprio enquadramento e contexto, resultando que o conhecimento que vai produzir é somente uma parte do todo.

Deste modo, a sua investigação versará somente a análise de um fragmento da memória. Pode dizer-se, conseqüentemente, que a construção do conhecimento tem tanto de objetivo quanto de subjetivo, por estar delimitada aos contextos e intenções que condicionaram a produção da fonte e que enquadram a análise do historiador e, por isso, circunscrevem a obra deste.

Este é um processo que tanto se encontra nos arquivos institucionais como nos arquivos pessoais e privados.

Ambos resultam da conjunção dos fatores que envolvem as fontes - as ações e as ideias vivenciadas que redundaram nas provas, e as limitações das análises, marcadas por leituras sobre um passado que já não existe senão através do que é transmitido pelas fontes, e sob a perspectiva do historiador.

Esta produção de conhecimento está submetida ao tempo em que o historiador produz o estudo e, também, subjugada ao tempo em que a ação aconteceu.

A escrita da História está, desta forma, dependente das fontes e as memórias são, deste modo, construções sociais.

É uma divisão imaginária a divisão exacta entre um arquivo institucional e um arquivo pessoal, observado sob a perspectiva de quem os produz. Os arquivos institucionais, criados através das dinâmicas das instituições, resultam das actividades humanas. Os arquivos pessoais resultam, igualmente, das dinâmicas pessoais das actividades dos indivíduos, seja relativamente às instituições, seja às relações que se estabelecem socialmente.

A diferença reside na legitimação dos arquivos institucionais pela sociedade. Diz-nos Pierre Bourdieu a propósito, considerando que os arquivos são produtos sociais, revestidos de valores simbólicos, que ele designa como “sistemas simbólicos”:

“Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’”.

(Bourdieu, 2010: 9-10).

A Memória social dita o que deve ser recordado, recuperado ou esquecido, da mesma forma que indica o sentido da escrita do conhecimento, conduzido pelo pensamento contextual de quem escreve a História e circunscrita ao pensamento político-social vigente.

Também na arquivística se observa a mudança de paradigma. Hoje, contrariando a postura dominante da exclusiva valorização dos arquivos institucionais, começa a ser defendida a importância aos fundos pessoais e particulares pelo que estes representam

enquanto valiosas fontes primárias complementares de informação à dos arquivos institucionais, ajudando a completar a compreensão da sociedade.

As práticas sociais são determinadas pelos discursos atuantes, que resultam do pensamento político-social vigente. A leitura das fontes é feita sob o pensamento do presente, no confronto permanente das certezas que vigoram com os questionamentos emergentes. Esta dinâmica possibilita a leitura dos documentos numa aproximação a um maior grau de veracidade, pela visão mais próxima da(s) realidade(s).

É nesta perspectiva que os Arquivos são “lugares de memória”, espaços de poder intemporal, detentores das fontes primárias que aguardam, em cada tempo, uma leitura e reinterpretação em função da dinâmica social, numa relação permanente de construção, condicionamento e atualização da memória. Eles são “como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro” (Foucault, 2010a: 247).

Se as formas de ocultar e propor verdades são feitas por entre saberes e poderes plenos de subjetividade, resta salvaguardar as fontes primárias, os testemunhos factuais, seja nos arquivos pessoais, seja nos arquivos institucionais, para que a produção do conhecimento científico ocorra, mesmo que com a permeabilidade do tempo, permitindo incessantemente outras perspectivas de entendimento, numa construção cumulativa de saberes.

Dar a conhecer os fundos pessoais e particulares, seguindo a linha de pensamento do autor, permite dar uso a estas fontes, como instrumentos de construção de uma memória pessoal, mas também coletiva.

No caso do fundo em estudo, temos documentos que nos transportam para memórias pessoais, da esfera da vida privada, e, outros, para memórias da vida pública, coletivas, da esfera da vida profissional. Porém, existem outros que são de difícil estabelecimento de fronteira por se situarem no cruzamento das relações entre ambas as áreas.

Sendo este um arquivo pessoal e particular que cruza a Memória e a História, individual e coletiva, privada e pública, de uma figura histórica, o seu tratamento arquivístico depara-se com situações de tratamento que exigem decisões que podem ser contestadas pela subjetividade inerente.

É nesta perspectiva que o trabalho do arquivista se reveste de grande importância.

Se o tratamento arquivístico permite, pela análise e organização da informação, a contextualização da época, a teia de relações que, por vezes, torna difícil, por ser tão ténue, a delimitação da fronteira entre as esferas funcionais da vida do produtor, importa considerar que a organização concetual deste tratamento pode ser contestada por outros arquivistas e por outras áreas do saber, que terão outros entendimentos do cruzamento da informação.

Por isso, esta ação não deve ser fechada, mas, sim, permanentemente aberta a análises de tratamento contextual, sobretudo quando se perdeu o sentido de proveniência e o de origem do fundo, dados pelo produtor. E, mesmo que estes sejam respeitados, se o produtor não deixar explícito em que campo da sua vida específica se insere o documento, a classificação do documento fica sempre à consideração do arquivista, expondo-se, deste modo, o tratamento do documento ao cunho pessoal de quem o trata.

Torna-se importante, pelo exposto, que a análise do documento obedeça a um enorme rigor o que, concludentemente, obriga a que a descrição da informação reproduza a maior amplitude possível do conteúdo. Observar o objeto específico de estudo justifica os procedimentos de análise da informação documental (Duranti, 1996).

A descrição da informação torna-se, deste modo, uma tarefa marcante. Como já referido, esta é dada através de descritores. Através destes, o utilizador conseguirá recuperar a informação pela transversalidade das pesquisas que efetuar.

O arquivista não pode, por isso, ignorar qualquer pista informacional contida no documento pois esta pode auxiliar a pesquisa do utilizador.

No caso do fundo de TJBQ, e no caso da análise da esfera da vida profissional, tratando-se de uma figura histórica que ocupou diversos cargos ministeriais, quer as fotografias quer a correspondência, nacional e internacional, são fontes que servem para a construção da história das relações diplomáticas e governativas, mas que podem fornecer, também, sinais que ajudam a caracterizar a personalidade de TJBQ, os partidos e os Governos que integrou, as individualidades com quem se relacionou, assim como as oposições onde se inseriu. Quando se refere a análise da personalidade das individualidades, estas são analisadas no campo da vida política por serem um assunto público, mas são, também,

inevitavelmente, observadas pelo cunho pessoal dos seus governantes, uma vez que os seus países são marcados pelas suas formas próprias, pessoais, de governar.

Há a considerar, no entanto, que algumas das relações dos elementos integrantes do Poder que começam por ser estabelecidas pela via profissional, vão, ao longo do tempo, transformar-se em relações de amizade, do foro pessoal. Assim como, algumas que se iniciaram na esfera da vida privada passam, posteriormente, a inserir-se no âmbito da atuação pública. Este cruzamento de vivências pessoais e profissionais existente nos arquivos pessoais e particulares, pela sua subjetividade, pode tornar difícil o âmbito da área da classificação documental.

Entender estas nuances é tarefa útil para entender muito da vida pública das individualidades. Daí que o trabalho do arquivista seja vital para proporcionar ao utilizador a percepção desta teia de relações.

Propõe-se, desta forma, pensar estes testemunhos sob diferentes perspetivas:

1 – Olhar estas fontes como provas factuais, demonstrativas do carácter probatório de documento, que passam a mensagem de uma ação no passado.

2 – Observá-las como documentos enquanto provas factuais, mas, passíveis de, ao serem cruzados com outras fontes, possibilitarem leituras que, cruzadas com outras áreas, e para além da função original que deu origem aos documentos, permitirem que o documento possa ser encarado como indício.

Em ambos os casos, estamos perante provas factuais que servem de base à investigação.

3 – A terceira perspetiva é da parte subjetiva intrínseca dos documentos dos fundos pessoais. As provas podem não ser explícitas, levando a leituras diversas e diferentes.

A análise da documentação do presente fundo de TJBQ, selecionada para o estudo e tratamento, evidenciou as três leituras.

No primeiro caso, os documentos dão a leitura dos factos - eles são as provas das ações, as fontes primárias físicas.

No segundo caso, estes mesmos documentos remetem para leituras paralelas que se podem perceber para além do que é imediatamente perceptível – são os indícios -, que nos

são dados como rastros, patentes nos documentos, levando-nos para além da leitura objetiva da história de vida pessoal ou da vida pública do produtor.

As perspectivas dos primeiro e segundo casos atrás referidos, intersectam-se constantemente.

Tomemos como exemplo a observação das fotografias.

Elas transmitem-nos uma visão do período de finais do século XIX e inícios do século XX.

Através delas, temos a prova do que retratam, a função para que serviram e disso são prova, mas, paralelamente, é possível transmitirem-nos, através dos vestígios que observamos, indícios, outras leituras.

Olhar as fotografias dentro deste raciocínio - para além de cumprimento da função de prova dos factos dos quais resultaram -, pode permitir uma observação perspectivada num estudo da história da fotografia.

Tome-se, como exemplo, a evidência do período em estudo ser uma época da fotografia a preto e branco, indiciando que o uso da cor ainda não existia, facto atestado por se tratar de fotografias oficiais - pressuposto de que se houvesse cor, esta seria usada nas fotografias oficiais (V. Documentos 16 e 17 do Catálogo Anexo, abaixo)⁴¹.



Vereadores republicanos da Câmara Municipal de Lisboa da Monarquia Constitucional – 1908 (Documento 16)



Visita presidencial de António José de Almeida com Tomás José de Barros Queirós, ao Norte do País - 1921 (Documento 17)

⁴¹ As fotografias pertencem ao fundo em estudo, mas a autoria das mesmas é desconhecida.

Por outro lado, o mesmo aconteceria com as fotografias pessoais, tratando-se, como é o caso, de elites (V. Documentos 2 e 3 do Catálogo Anexo, abaixo).



Tomé José Barros Queirós – 1905
(Documento 2)



Tomé José Barros Queirós – 1912
(Documento 3)

Outro caso é o das fotografias onde figuram personalidades do Estado (V. Documentos anteriores 16 e 17)

São fontes probatórias, de acontecimentos, mas também, através delas, pode ser realizado um estudo das relações diplomáticas, de Protocolo, ou dar-nos outras leituras que se pretendam obter através delas.

Outros exemplos podem ser encontrados na análise das imagens que nos permite identificar as figuras representadas, remetendo-nos, ao mesmo tempo, para outras leituras como a do vestuário, a do retrato estético de uma época, caracterizador de uma certa elite, embora as referências fornecidas pelas fotografias analisadas sejam limitadas a uma leitura da estética masculina, a que se associa o Poder de então, como é o caso da fotografia do cortejo presidencial (V. Documento anterior, 17). Nela, só se percebem figuras masculinas, o que pode levar a crer, numa primeira leitura, que o papel da mulher não tinha relevo na época, nestas circunstâncias. Mas, sem o cuidado e rigor de uma investigação séria e científica, tudo não passa de conjeturas.

A imagem transporta-nos, também, por exemplo, para o automóvel, para o tipo de veículo que pode ter caracterizado uma época e, no caso, o utilizado pelo Poder.

Este indicador pode indiciar outros estudos, como o económico, ou o das relações comerciais, das importações da indústria automóvel ou, até, o do estudo das importações em geral onde este fator pode ser incluído; pode, ainda, ser mote para um estudo de averiguação se existia, a nível nacional, alguma indústria automóvel, e em que moldes esta se desenvolvia e qual a sua importância; ou um estudo sobre os componentes desta indústria, assim como, também, por via do automóvel, um estudo sobre o estado das rodovias.

Se o estudo fosse feito dentro de outra área do saber, poder-se-ia tentar investigar o uso do automóvel e em que circunstâncias era utilizado.

A possibilidade que este tipo de documento oferece a perspectivas de estudo, releva-se plural e multidisciplinar, pois percorre a área da imagem e da respetiva técnica e desenvolvimento, da moda e da estética, da economia, da indústria, assim sejam os interesses de quem investiga. Estes são alguns exemplos que podem ser pensados a partir do cruzamento da observação elencados nos pontos 1 e 2.

Relativamente à História, “a tarefa do historiador é recuperar a visão de período, a maneira de ver culturalmente específica, peculiar” (Burke, 2004: 260).

Questionar as imagens é desvendar o que não está imediatamente visível e óbvio na imagem.

Colocar às imagens problematizações, hipóteses, contraposições, pode revelar-nos essências para além do significado que estas mostram ou pretendem fazê-lo de forma imediata (Mauad, 2004: 19-36).

Para além dos cruzamentos que os rastros possibilitam, ao construírem argumentos capazes de produzir conhecimento através dos indícios encontrados nas fotografias, outros casos há em que os indícios surgem de forma menos perceptível.

É o caso das fotografias que podem ser consideradas como construtoras de uma memória autobiográfica consciente, pelo facto de serem provas demonstráveis de construção da autoimagem como, por exemplo, a produção que era feita e a pose ensaiada para se ficar mais bem apresentável na imagem, dando de si a melhor imagem possível, tendo implícita a construção consciente para uma memória futura.

Contudo, nem todas as imagens se inserem neste caso.

No primeiro caso, podemos incluir as fotografias de TJBQ, reportadas à sua vida pessoal – retratos – que têm por base esse objetivo (V. Documentos anteriores, 2 e 3, e abaixo, o Documento 1).

Para o segundo caso, podemos ver a fotografia que ilustra a visita presidencial ao Norte – sem identificação de autoria e sem data exata a não ser a relativa ao ano. Parece estarmos perante uma fotografia de imprensa ou ser de autoria de um particular. Mas o provável na imagem é que, pelas expressões “espontâneas” dos elementos no momento do cortejo presidencial, embora tenha sido um momento de Estado onde, presumidamente, a Imprensa seria expetável – não se vislumbram vestígios de “poses” para as fotografias. O cortejo presidencial poderia presumir estar a ser alvo das objetivas da imprensa, mas seria difícil saber o exato momento ou o local definido para a captura da fotografia ou, mesmo, se a mesma aconteceria.

Considera-se, desta feita, que esta fotografia possa ser considerada um retrato instantâneo (V. Documento 17, já atrás referido e ilustrado).



Tomé José de Barros Queirós – 1889 (Documento 1 do Catálogo Anexo – autoria desconhecida)

O mesmo já não acontece com a fotografia da vereação republicana, que retrata funções políticas, e onde está estampada a “pose” preparada para o momento, com intenção de memória futura (V. Documento 16, já atrás ilustrado).

Como enunciado atrás, a terceira perspectiva de olhar estes documentos passa pela subjetividade intrínseca dos documentos dos fundos pessoais.

As provas podem não ser explícitas, levando a leituras diversas e diferentes. Uma avaliação apressada dos documentos pode conduzir-nos a falsas leituras.

Este caso pode ser ilustrado pelo exemplo da fotografia onde surgem personalidades ligadas ao Poder.

A análise da fotografia dá a ideia de uma elite endinheirada e, presumivelmente, aquela a quem era permitido ascender ao Poder.

No entanto, pela análise da biografia do produtor conclui-se que o mesmo foi um autodidata, que o estatuto veio de um percurso de luta e de ascensão, contrariando o que poderia ser tomado como o paradigma de uma pessoa que ocupasse um lugar destes teria de ter nascido em condições privilegiadas pelo Poder, riqueza ou classe social.

A correspondência é outro campo de evidências e de indícios, e possível gerador de equívocos.

Tal como as fotografias, a correspondência permite cruzar e discorrer sobre fatos e hipóteses para a escrita da História.

No caso da correspondência, analisem-se os casos dos dois postais enviados por TJBQ à família (V. Documentos 5 e 6 do Catálogo Anexo – ver excertos abaixo), respetivamente de 1901 e 1912.

Para além destes mostrarem as datas e os locais onde o produtor se encontrava na altura, se cruzados com outros, podem indiciar viagens com carácter político, ou ao serviço da Maçonaria, o que sem uma investigação aprofundada não é possível afirmar.

No entanto, pode não existir no fundo outro documento que permita aferir esclarecimentos daqueles indícios e, no caso, os mesmos teriam de ser procurados noutros locais.

O exposto demonstra como a descrição do documento é fundamental para a recuperação da informação. Esta evidência demonstra o rigor e o cuidado que este trabalho

exige, demonstrando que a descrição de um documento tem de ser muito cuidada e o mais completa possível, embora de forma resumida, pois tanto pode dar ao utilizador indicações que o levem a considerar que vai encontrar nela a informação que pretende, como, através de descritores equívocos, pode levá-lo a incorrer em erro de avaliação de conteúdo, fazendo-o perder tempo na sua investigação.



Postal de TJBQ à mulher, Christina Fernandes Barros Queiroz - 1901 – (Documento 5)



Postal de TJBQ ao filho mais velho, Amílcar de Barros Queiroz – 1912 – (Documento 6)

A análise dos documentos do fundo permitiu dividi-lo segundo dois critérios: os documentos relativos à vida pessoal de TJBQ e os documentos relativos à sua vida profissional.

A divisão nestas duas áreas admite estabelecer o percurso político, as circunstâncias que o determinaram, e a conjuntura que motivou as dinâmicas políticas de Tomé José de Barros Queirós.

Os exemplos abordados, através dos documentos, que contêm factos e pistas, permitem delinear não só as trajetórias políticas, mas, igualmente, e a título de exemplo, as relações pessoais, estados emocionais ou características da personalidade do produtor e de terceiros.

A análise de alguns documentos que se catalogaram como pertencentes à vida pessoal, como a correspondência trocada entre familiares, ou os retratos pessoais, enviados a amigos, com dedicatórias, permite-nos esboçar um perfil das relações sociais pessoais do produtor.

Enquanto uns documentos representam memórias de registos oficiais, outros significam memórias pessoais e de afetos, mas, ambos, completam-se no esboço da caracterização da personalidade e da vida do produtor.

No entanto, só as memórias oficiais estão habilitadas a serem consideradas históricas e de interesse para a comunidade porque é o indivíduo político que se revela importante para a comunidade e para a História, muito embora, como já abordado, o indivíduo político não pode ser dissociado do indivíduo na sua vida privada, pois a sua personalidade refletirá os seus estados emocionais e os seus afetos no homem político. Resulta dos dois campos o seu carácter. Ambas as facetas são indissociáveis - a figura política e pública entrecruza-se com a figura da esfera da vida privada, nas suas relações pessoais e públicas, advindo daqui o domínio da subjetividade que caracteriza os arquivos pessoais e familiares.

Por outro lado, a forma pessoal, própria, como o produtor do fundo organizou os seus documentos, através das funções e dos sentidos que lhes atribuiu, é que faz a história do fundo e do produtor.

Deste modo, a classificação arquivística é, indissociavelmente, subjetiva, pelo facto de o produtor não ter expressado e explicado as intenções que o levaram a produzir ou a organizar o fundo daquela forma.

Estas características são algumas das possíveis de gerarem equívocos e leituras menos nítidas que podem levar a interpretações diversas e diferentes.

As fotografias foram classificadas de acordo com o conteúdo – reportando-se, umas, à atividade profissional, e, outras, à vida familiar, de acordo com os contextos, pois estas não apresentavam qualquer critério de distinção por parte do produtor.

As que têm inscritas dedicatórias, manuscritas, foram classificadas no âmbito da vida pessoal (V. Documentos 2 e 3, já atrás apresentados).

Foi também inserida neste campo a sua fotografia quando jovem (V. Documento 1, já apresentado atrás) porque está fora da sua atividade política.

As classificadas no âmbito da sua atividade profissional, com caráter público, são, na sua maioria, reproduções, que podem ser encontradas nos registos oficiais – não questionamos, aqui, se são ou não são originais, nem o que pode ser entendido como original –, onde o produtor se encontra no cumprimento da atividade profissional (V. Documentos 16 e 17 – já apresentados anteriormente).

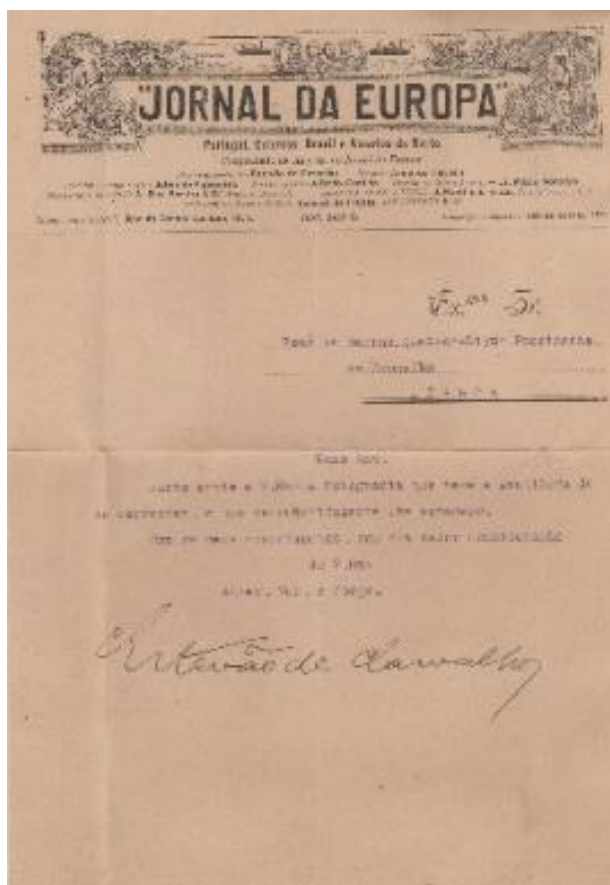
Há, contudo, uma que desconhecemos a sua função no fundo, mas que foi considerada de âmbito profissional porque se encontrava entre os documentos incluídos pelo produtor como oficiais - assim estava designada a pasta onde a mesma se encontrava -, que é a fotografia de António José de Almeida (V. Documento 18 – abaixo), de que se desconhece a autoria.



Fotografia de António José de Almeida – s/d – (Documento 18)

No género correspondência, encontramos uma carta, inserida na classe Correspondência Recebida (V. Documento 9 - abaixo), escrita pelo diretor do **Jornal Europa**, que devolve uma fotografia a TJBQ.

Incluimos esta carta nos documentos pessoais porque a mesma se encontrava na pasta do produtor, identificada como “documentos pessoais” e o tratamento arquivístico obedece ao sentido de proveniência e ao respeito pela origem, seguindo a organização que o produtor produziu e organizou o fundo, como já foi referido anteriormente.



Carta de Estevão de Carvalho, do **Jornal Europa**, a TJBQ – 1921 (Documento 9)

No entanto, o endereçamento da carta é ao produtor enquanto Presidente do Conselho, em 1921. Pergunta-se de que fotografia se trataria e para que fins a mesma teria sido utilizada.

Estas informações, a serem encontradas, ajudariam a perceber a funcionalidade do documento – poderia tratar-se de uma fotografia tirada a título pessoal, mas pedida para incluir no jornal para ilustrar uma qualquer notícia sobre a atividade política ou de lazer do

produtor. Esta questão é aqui colocada para ilustrar o tipo de questões que podem ser colocadas no trabalho do arquivista ao analisar e classificar um documento.

A descrição das fotografias permite ao investigador ter uma ideia resumida da informação do documento e do fundo, permitindo a identificação de situações em contexto público ou pessoal.

No Fundo, a inclusão da imagem digitalizada no Catálogo permite um maior manancial informativo, complementar do da descrição da fotografia, permitindo fornecer pormenores que podem não constar da descrição da informação.

Outro documento que foi classificado no presente trabalho como na Secção Vida Pessoal e Familiar, mas que pode suscitar dúvidas de classificação, inserido na Correspondência Recebida (V. Documento 7 do Catálogo Anexo – abaixo), é a carta que Egas Moniz endereça a TJBQ.

O seu conteúdo remete para uma conversa privada.

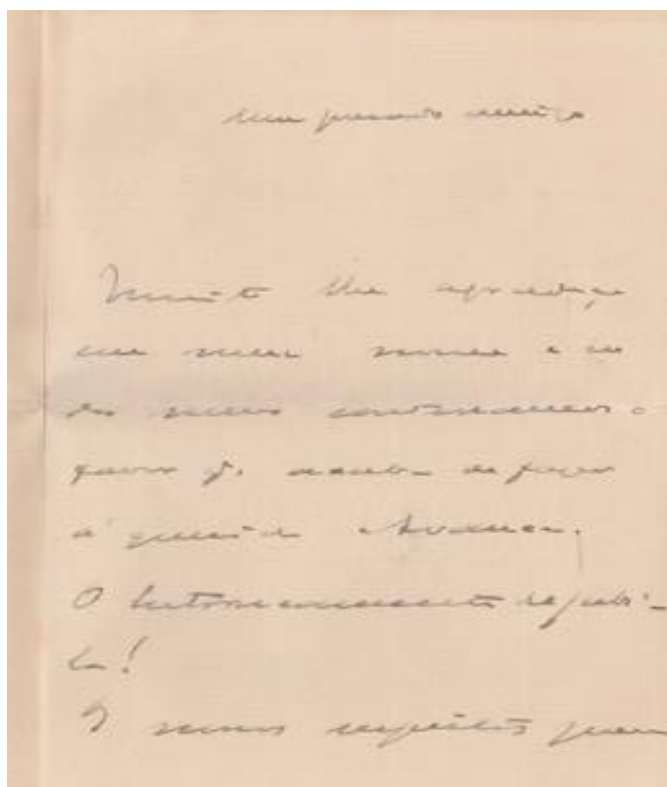
No entanto, analisando a data da mesma – 1917 – sabemos que Egas Moniz exercia as funções de deputado e embaixador em Madrid no governo de Sidónio Pais. Na altura, TJBQ era parlamentar.

Pese embora esta conjuntura, optou-se por classificar a carta na esfera da vida pessoal porque assim foi encontrada na pasta da documentação do produtor.

De recordar que unia a ambos uma relação de amizade, também estabelecida pela relação de médico-paciente.

Poderá a mesma, no entanto, tendo ambos ligação à Maçonaria, relacionar-se com esta temática, que, como já expressei, foi considerada, no presente trabalho, assunto do âmbito da Vida Pessoal e Familiar.

São estes os indícios que podem permitir construir conhecimento depois de investigados e analisados. O importante é que a descrição do arquivista inclua a data da carta e a menção da possível relação de amizade entre Barros Queirós e Egas Moniz (dada através do tratamento informal entre ambos, conforme expressa a carta, se outra informação não existir para se chegar a tal conclusão), pistas para que qualquer historiador possa aprofundar a teia que os ligava, uma vez que a organização do produtor, por si só, pode não dar indícios para além dos utilizados que serviram para classificar os documentos.



Carta de Egas Moniz a TJBQ, seu amigo – 1917 – (excerto do Documento 7 do Catálogo Anexo)

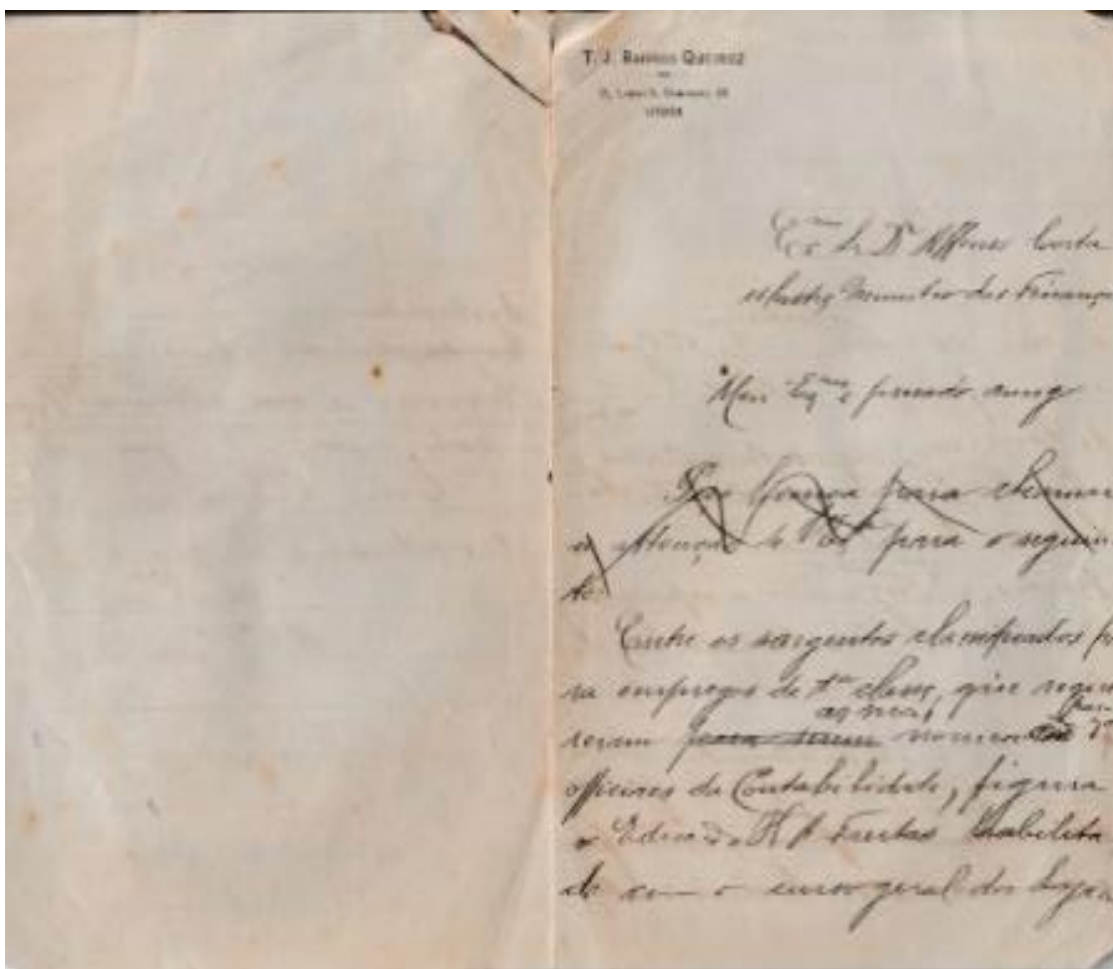
Ao investigador caberá cruzar a informação e seguir os rastros, criando, através destas vias, o conhecimento científico.

Na Correspondência Emitida, outra carta que merece atenção é a dirigida a Afonso Costa (V. Documento 23 - abaixo).

Pensamos tratar-se de um rascunho de uma carta. Não temos a certeza se a mesma foi enviada, e a ter sido, se foi exatamente conforme está no rascunho.

Este é um dado que só seria possível provar se houver investigação nesse sentido ou quando o fundo for totalmente estudado, pois, neste caso, pode existir a probabilidade de se encontrar qualquer outra informação que se lhe refira.

É importante não esquecer que era hábito na altura, como já referido anteriormente, a correspondência ser feita em duplicado. Esta carta encontrava-se no fundo do produtor na pasta dos documentos oficiais.

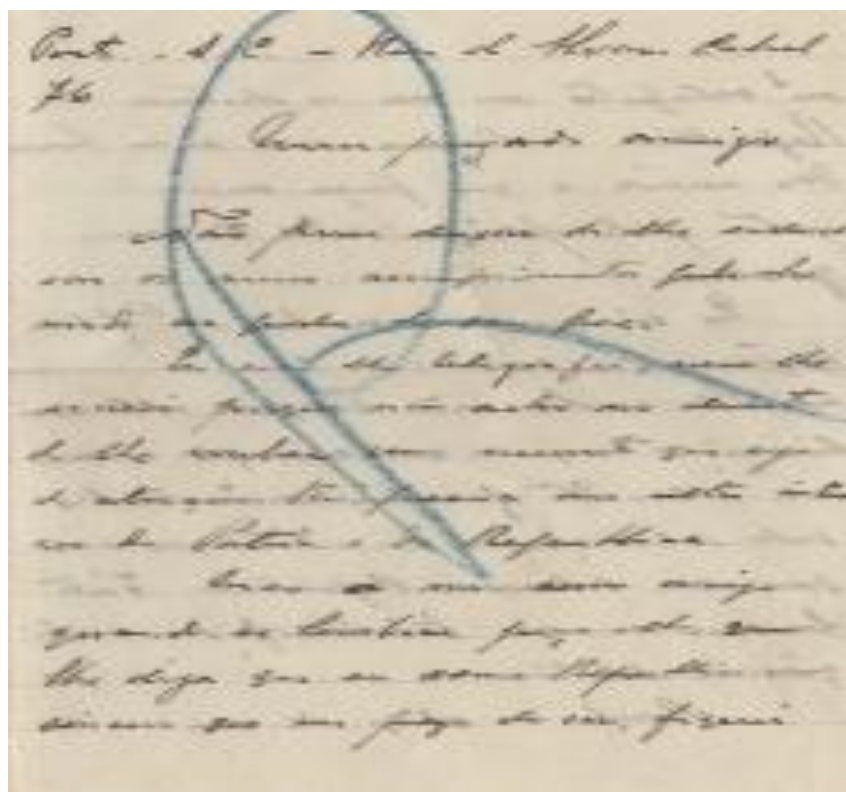


Carta de TJBQ a Afonso Costa – 1916 – (excerto do Documento 23 do Catálogo Anexo)

Outra característica interessante a ser analisada nestes fundos, são os códigos de linguagem próprios da época – a forma de trato na correspondência (vejam-se os termos de cumprimento e de despedida) ou outros sinais, como o encontrado na correspondência com Eduardo Sarsfield (V. Documento 25 - abaixo).

Esta carta apresenta, inscrito a lápis azul, percorrendo a página inteira da carta, um “R” grande. Segundo indicação dada pela neta de TJBQ, Cristina Barros Queirós, era usual esta inscrição quando as cartas eram respondidas – o “R” significava respondido.

Não existe, no entanto, a certeza, carecendo a informação de outras investigações. No entanto, é uma nota importante para a descrição da informação por não ser comum, podendo, de imediato, oferecer uma pista importante ao investigador e ser um auxiliar para a investigação.



Carta de Eduardo Sarsfield - 1921 – (excerto do Documento 25 do Catálogo Anexo)

A correspondência manuscrita é, nos fundos pessoais, um caso delicado de análise e tratamento pela tentativa de decifração da caligrafia. Esta é uma questão que pode tornar-se um problema ao trabalho do arquivista, pela dificuldade de leitura de cada escrita pessoal para tentar completar o mais possível a descrição do documento.

Se o arquivista não tiver conhecimentos na área da Paleografia e Diplomática, o procedimento que pode ser adotado é o da análise da informação caligráfica através da comparação com outras palavras ou com outros documentos do próprio.

Neste caso, há que ter a certeza de que os documentos em análise foram realmente produzidos pela mesma pessoa para que a caligrafia possa ser comparada e confirmada.

Ou, como é normal também, referir que é “ilegível”. Caberá a um especialista a sua decifração.

A caligrafia pode revelar ainda traços sobre o produtor – como a título de exemplo, revelar, através da sua capacidade de escrita, indícios sobre o seu estado de saúde que se pode revelar no manuseio do instrumento da escrita, na firmeza da caligrafia, possibilitando aferir-se daqui conclusões importantes para a investigação.

A correspondência, no caso do fundo de TJBQ, nomeadamente os postais, revelam outros indícios e leituras.

A apresentação das paisagens e das imagens dos postais da época revelam o hábito e gosto pessoal através do tipo de postal escolhido de acordo com a ocasião e a pessoa a quem era destinado e os padrões de desenho e estéticos inscritos nos postais da época. A título de exemplo, percebemos que o produtor apreciava a tourada, tradição muito apreciada na altura.

Vejamos dois documentos que o podem comprovar: o postal que o produtor envia de Espanha à sua mulher, cuja paisagem é uma praça de touros onde se desenrola uma corrida de touros (V. Documento 5 – atrás), e o outro, a fotografia, autografada pelo próprio, endereçada a Raphael de Peixinho, famoso bandarilheiro e toureiro de então. A linguagem da dedicatória é a de um tratamento amistoso e afectuoso, de intimidade e proximidade, conforme a mensagem expressa (V. Documento 2 – atrás).

Desconhece-se a razão pela qual a fotografia ficou no fundo – não se sabendo se a mesma poderá ter sido enviada e se, após o falecimento de qualquer um dos elementos, algum familiar de Peixinho a ter oferecido à família Barros Queirós. Pode ter sido este o caso, segundo Cristina de Barros Queirós, pois o seu pai, Vasco de Barros Queirós, era amante da Tourada e tinha relações de amizade com a família Peixinho, nomeadamente com o filho daquele.

Comum na época eram também as visitas culturais feitas ao estrangeiro (V. Documentos 5 e 6 – atrás), particularmente pelas classes mais endinheiradas.

Mas, não há a certeza de esta viagem ter sido realizada a título privado.

Seria necessário tratar o fundo todo na tentativa de encontrar pistas que pudessem esclarecer esta questão.

Mas como o objetivo final deste trabalho não está orientado nesse sentido, optou-se, pelo seu teor, por incluir estes postais na esfera da Vida Pessoal.

Outra leitura cruzada é-nos dada através das fotografias e dos postais da época, pela observação das paisagens geográficas, permitindo estudar-se a sua evolução, por comparação.

Relativamente às cartas, os assuntos em questão revelam os temas que ocupavam o quotidiano do produtor e o da família.

O trato utilizado na correspondência é revelador do nível social, assim como o da formalidade das relações.

Os destinatários da correspondência revelam-se importantes fatores para a investigação, especialmente no que se refere às relações sociais mantidas pelo produtor, permitindo, no cruzamento dos nomes encontrados na correspondência, construir a teia de ligações e de histórias.

A título de exemplo, veja-se, através de uma das cartas do fundo, que o endereçamento do remetente revela o cargo profissional que o produtor ocupava na altura (V. Documento 9 – atrás), podendo, no caso de o documento não ser datado, fornecer a pista da data numa pesquisa.

Outros contributos encontrados em outras cartas que podem revelar importantes bases para uma investigação é o teor político destas, como, por exemplo, a carta que Brito Camacho escreve a TJBQ, em tom de desabafo (V. Documento 24 – abaixo), ou a que o produtor endereça ao Serviço da República, após o curto período da ditadura do general Pimenta de Castro (V. Documento 22 – abaixo), assim como a que o produtor recebe, classificada como confidencialíssima, enquanto Presidente do Ministério, do cônsul português em Londres, Teixeira Gomes, dando conta da situação de um possível empréstimo deste país a Portugal demonstrando que, dadas as dificuldades vividas por Inglaterra, não existia viabilidade de aquele poder realizar-se (V. Documento 28 – abaixo).

Na secção dos documentos pessoais incluiu-se o contrato de arrendamento do estabelecimento comercial que Tomé José de Barros Queirós celebrou com o proprietário.

Procedeu-se deste modo por se respeitar a organização do produtor, que o tinha guardado numa pasta classificada com a inscrição de “documentos pessoais”.

134)

Meu prezado amigo.

Se quero regressar a Lisboa sem lhe ter agradecido o telegrama que me dirigiu, assinado também pelo Inocêncio Camacho, informando-me dos sucessos de momento e pedindo as minhas notícias. Muito obrigado.

De cada vez estou mais convencido de que a União Republicana deve subsistir, para o bem da República e do país. Igualmente estou convencido, e de cada vez mais, de que o meu afastamento político é necessário para que a União subsista e se vigorize.

De resto, eu reconheço-me incapaz de nova ordem de coisas, incapaz de me entender com as gentes da República brasileira, não fui incapaz de me entender com as gentes da República deusa e da República velha. Não sou incapaz de escrever, e a isso como não vai ser mesmo reduzido aos termos duma correspondência honesta - coisa em que não acredito - respeito à minha Filosofia e à minha Moral.

A União Republicana não precisa de mim para viver, isto é, para ser o organismo político que as circunstâncias exigem nos seus dias, para ter um destino justo.

A LUZ que eu fiz, não é o jornal de que hoje careço o partido e eu não poderia ser agora um jornalista diferente de que fui, não o intérprete duma opinião, mas o evangelizador duma opinião que pretendo levar aos outros. As coisas mudaram e eu fiquei a mesma. Sem o que, nestas condições torna-se impossível a actividade política que eu impus ao recrutamento do Partido, ao dentro da União se mantivesse a situação que tinha e conservou até ao momento último.

Mas se vou até Paris a semana, e em conversas largas pretendo dizer ao Directorio de quanto, por esse, lhe tenho exposto, justificando a minha resolução de ser, ao político, um mero espectador, quando muito um simples espectador. Assim tem de ser a assim será.

De cordão do seu

Amigo
Brito Camacho (assinatura)

Ajustrei 17-3-19.

Carta de Brito Camacho a TJBQ - 1919 – (Documento 24 do Catálogo Anexo)

Serviço da Republica

Lisboa, 26 de Maio de 1915.

Exm.º Sr.

Fara dar cumprimento ao programa do Governo, a que se refere aos seguintes pontos:

1.º - Restituir todos os funcionarios civis e militares á situação em que se encontravam anteriormente á ditadura;

2.º - Trancar todos os castigos applicados a militares ou civis pela ditadura;

3.º - Retirar de actividade de serviço os funcionarios que praticaram em factos praticados quasi-quer á luz das regras da Republica ou á Constituição;

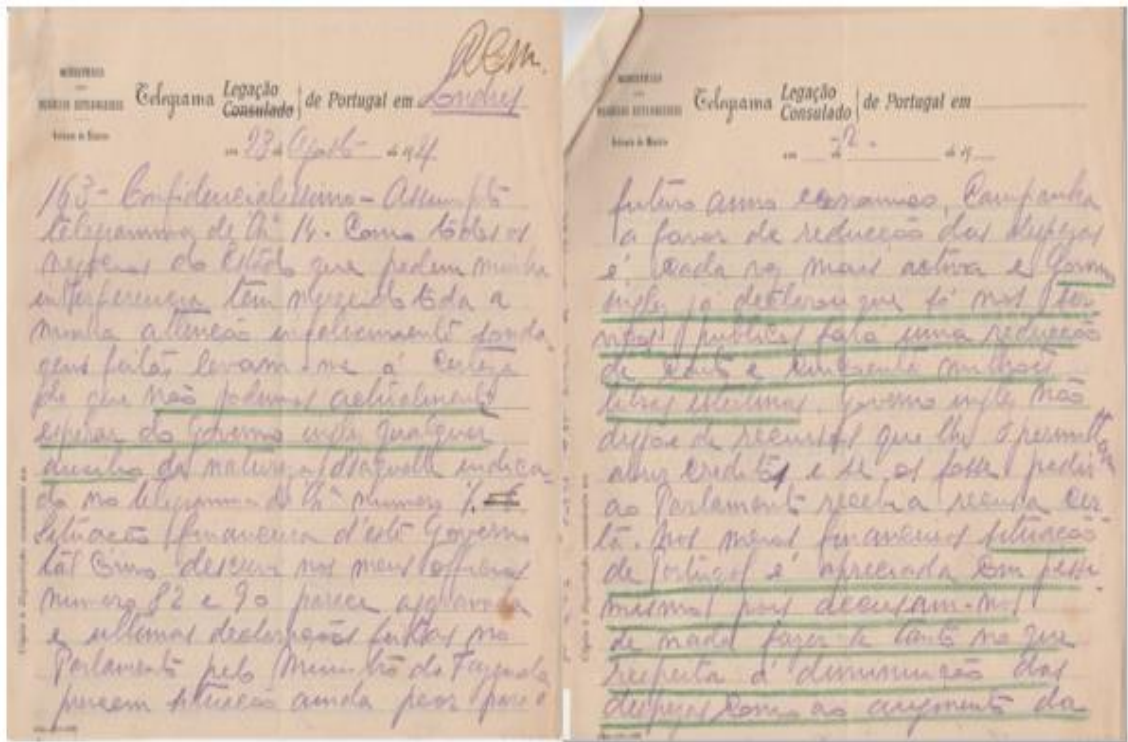
diz-se no V.º Ex.º intercorrer-se com o pessoal brevissimo que se encontrava a'essa situação em actividade de serviço em que se dependa e que devam ser applicadas as determinações, pretendendo-se que todas as situações preventivas ao cumprimento do lei e regulamentos em vigor não podem ser modificadas, alve se houver prejuizo de terceiros.

4.º - Nenhum empregado pode ser perseguido pelas suas opiniões politicas, mas a mesma V.º Ex.º permitirá e manter ao estado de regimem, ficando V.º Ex.º, no que respecta a este ponto, responsável pela sua observancia.

Com o Fraternidade

Ministro das Finanças,

[Assinatura]



Telegrama do cônsul português em Londres, [Manuel] Teixeira Gomes a TJBQ – 1921 (excerto do Documento 28 do Catálogo Anexo)

Além da perspectiva do produtor em considerar o Contrato de Arrendamento no âmbito da esfera da sua vida pessoal, este documento revela-nos, ainda, a título de exemplo, a forma como se celebravam este tipo de contratos, além de possibilitar, pelo cruzamento de informação com os dados fornecidos pelo nome do proprietário (V. Documentos 15 – atrás) matéria para outras temáticas de investigação.

Outra classe em que é fácil demarcar a categoria documental, é a Imprensa – jornais e recortes -, que reproduz entrevistas de TJBQ, ou menciona a sua ação política e governativa.

Esta subsecção, na qual se inserem os jornais nacionais e internacionais da época bem como os artigos de imprensa datados desta altura (na imprensa estrangeira escolheram-se dois jornais que abordam a revolução republicana em Portugal; e da imprensa portuguesa escolheu-se um - V. Documentos 32 e 33 e 34 - Periódicos da Imprensa Internacional e Nacional da Época – atrás), revelam-se fontes preciosas para a investigação por fornecem

informação diversa sobre a realidade histórica nacional e internacional da época, seja no campo da política ou no da esfera social, entre outros.

Qualquer uma destas fornece-nos uma visão de como Portugal era visto na imprensa estrangeira e como o estrangeiro era visto na imprensa nacional, bem como a leitura da realidade portuguesa pela imprensa portuguesa e a leitura da realidade estrangeira pelos próprios, permitindo cruzar as diferentes perspetivas.

Os artigos sobre o produtor (V. Documentos 29, 30 e 31 do Catálogo Anexo - Artigos Sobre o Produtor - abaixo), destacam-nos alguns aspetos da realidade quotidiana portuguesa, nomeadamente a nível político, social, cultural ou religioso, pela leitura da informação plasmada nas notícias, para além da referente exclusivamente ao produtor.



Notícia da revista **Ilustração Portuguesa**, **O Século Cómico** - 1921 - (Documento 29)



Notícia da revista **Ilustração Portuguesa** - 1921 - (Documento 30)



Notícia da revista **ABC** - 1921 (Documento 31)

As divisões tipológicas/classificações documentais destes documentos foram incluídas na Secção da Vida Profissional (VP) porque TJBQ era um homem para quem a leitura diária da Imprensa era imprescindível, fruto das funções governativas que desempenhava.

Se algumas notícias referem em particular a sua atividades político-social, outras, como as constantes nos jornais internacionais, sem aludirem informação direta sobre a sua pessoa, aludem à revolução republicana, e por este motivo foram incluídas nesta secção – além de que TJBQ à data desta imprensa exercia já funções políticas, como a de vereador da

CML, tendo sido membro político ativo das forças republicanas e maçónicas, das quais acabou por resultar, em conjunto com a Carbonária, a revolução de 5 de Outubro.

Poder-se-ia ter optado por ter criado uma Secção separada para a Imprensa; no entanto, como o objetivo do presente trabalho não é o trabalho arquivístico em si mesmo, simplificou-se, deste modo, a classificação destes documentos.

Como exposto, os jornais e os recortes de Imprensa da época revelam-se importantes pelos relatos variados sobre os diferentes assuntos relevantes da época que, por esse mesmo factor, eram motivo de notícia da imprensa.

Através destas notícias, é possível verificar quais as questões prementes quotidianas de então, quer as político-sociais, quer, particularmente as ligadas à economia, à cultura, seja no plano nacional, pela Imprensa portuguesa, seja no plano internacional, pela Imprensa estrangeira que, sendo datadas, abrangem o universo social dos últimos anos da monarquia até ao final da I República, fornecendo dados para uma leitura histórica deste período.

Estas evidências, enquanto testemunhos, mas, também, enquanto indícios, desenham um quadro do carácter da vida pessoal e particular do produtor, bem como do seu quadro político, transparecendo, ainda, uma visão parcial da sociedade relatada.

Podemos, deste modo, dizer que se alcança, através destes documentos, parcelas vivenciais que permitem formular bases para a construção de uma leitura de uma parte da história de TJBQ, tal como de uma certa visão histórica da sociedade daquela época.

Se o produtor guardou alguns testemunhos com a intenção de constituir memória futura, outros, porém, não se enquadram nesta premissa.

Não podemos considerar, deste modo, que um arquivo pessoal possa ser encarado somente como uma constituição intencional autobiográfica de memórias. A reunião de testemunhos documentais pelo produtor passou por manter recordações, mas também por guardar registos sem qualquer intenção de memória futura, como os apontamentos-rascunhos manuscritos que serviram de auxiliares de memória a TJBQ para a escrita do seu livro e do parecer (projeto de lei) (que não se inclui a sua reprodução no presente trabalho pela fragilidade de estado de conservação e porque a sua leitura não tem uma nitidez desejável de leitura).

Quando falamos da memória do produtor, articulamos também a memória dos seus descendentes que guardaram o seu fundo. Eles têm, cada um, as suas próprias memórias do produtor. Inquiridos alguns elementos da família que com o produtor contataram diretamente, uns relataram lembranças a que outros membros inquiridos não deram importância ou delas não se lembravam.

Outras recordações houve que todos partilharam com o mesmo interesse e vivacidade. Sobre as memórias de descendentes que já não conheceram diretamente o produtor ou porque dele não se recordavam por serem muito crianças, constatou-se que as memórias eram baseadas nas transmitidas pelos antecessores.

Alguns tinham dele uma memória da sua figura física que diferia de uns para outros, muito embora as idades em que o conheceram era sensivelmente a mesma, bem como as circunstâncias e o contexto – quase todos apresentam uma variação etária que medeia o período de entre alguns meses e o ano de idade. Pese embora os relatos dessas experiências comuns vividas, cada qual apresentava as suas memórias próprias.

A diferença das memórias foi notoriamente reforçada quando cada um deles aceitou falar e mostrar cópias de documentos do produtor que guardaram. Todos detinham as mesmas cópias, que serviu de base a esta experiência, de fotografias. No entanto, uns optaram por mostrar umas, quando outros preferiram mostrar outras. Indagada a razão da escolha, a resposta recaiu sobre a razão da seleção ter sido feita em função das rememorações mais fortes e marcantes da imagem do produtor, seja a retida pelos ascendentes, seja a retida pelos que o conheceram.

A memória é, deste modo, filtrada de acordo com as recordações pessoais que cada um retém com base em emoções marcantes de acordo com as suas próprias motivações – ou porque construíram do antepassado uma idealização própria através da imagem que dele retiveram, ou porque, através do que dele contavam os seus ascendentes, dele construíram um imaginário idealizado pela sensibilidade.

Estas questões tornam-se relevantes aquando da doação dos fundos. O arquivista deve ter conta o registo de questões prementes na altura da recepção do fundo, nomeadamente se o doador teve contato direto com o produtor, e todos os elementos que

possam caracterizar o fundo para que seja possível dar dele, de forma mais fiel possível, um quadro histórico real, na senda do atrás exposto.

O trabalho do arquivista é, conforme o demonstrado, importante, pois permite compor, através da descrição do documento, e das circunstâncias do fundo, o retrato da vida funcional do produtor, possibilitando ao utilizador, de forma imediata e útil, ter uma ideia generalizada dos conteúdos do fundo e da sua história.

O trabalho do arquivo consiste, deste modo, numa primeira fase importante: a análise do fundo, onde se estabelece de que tipo de documento se trata, através do seu exame, assim como a origem do fundo. Esta observação vai orientar a atribuição de classes ao documento, o estabelecimento de hierarquias entre ele e os demais, e entre ele e o fundo.

É, pois, importante, que o arquivista, sem que tenha de ser um especialista nas áreas documentais, descreva o mais pormenorizado e rigorosamente possível o documento e o fundo, tendo sempre presente que o objetivo do seu trabalho é uma leitura facilitadora da informação por parte do utilizador no momento da pesquisa.

A análise documental, mesmo que através de uma descrição sucinta, pode indicar a vastidão dos assuntos essenciais do fundo, auxiliando em grande medida o investigador que busca nos Arquivos a matéria-prima para o seu trabalho. A seleção da informação que o arquivista antecipa, compila e oferece ao utilizador é determinante para o trabalho do investigador, considerando que o trabalho deste é o de produzir conhecimento.

Deve o arquivista tentar rentabilizar o tempo e o trabalho do investigador, fornecendo-lhe o maior número possível de informação, na maior brevidade possível de tempo. Não dominando o arquivista todas as temáticas analisadas, ele deve preocupar-se em fornecer, através de descritores amplos, como resultado da análise das temáticas dos documentos e do fundo, uma informação não limitadora.

É importante que os sumários e resumos descritivos forneçam o maior número possível de elementos informativos à investigação, que não compreende só a do campo da História, mas o de todas as áreas da ciência porque, como sabemos, estes fundos de arquivo contêm nos seus documentos temáticas variadas. Desta forma, estas fontes servem para a escrita do conhecimento científico de qualquer área do saber.

O arquivista não deve, deste modo, estreitar a informação através de descritores breves, filtrados, que levam à manipulação, direcionando erradamente a informação – ignorando assuntos importantes e não mencionados. A escolha da informação apresentada pelo arquivista é, assim, um filtro ao trabalho do investigador, auxiliando-o ou inviabilizando a utilidade da informação apresentada. Por isso mesmo, este é um trabalho de grande importância.

Justifica-se, neste sentido, como determinante, a criação de thesaurus. Uniformizar a terminologia para a descrição da informação é uma ferramenta útil para a sua recuperação. Por um lado, evita o ruído e a proliferação de terminologias que levam à dispersão, enquanto, por outro, ao reunir múltiplos descritores temáticos, através de conceitos, em determinadas palavras-chaves, vão ao encontro da informação pesquisada. A criação de palavras-chaves, ou descritores, formando um thesaurus, é, reforça-se, bastante vantajosa na orientação da pesquisa para o utilizador, requerendo-se, por isso, antecipadamente, a construção do mesmo.

Este fundo, repleto de memórias, remete-nos, simultaneamente, para a rememoração, mas, também, para o esquecimento e para o silêncio, nomeadamente quando nos interrogamos sobre o destino que tomaram outros documentos que não foram guardados, seja pelo produtor, seja pelos seus descendentes, para além daqueles que, por razões diversas, se perderam, e ou as razões pelas quais os mesmos foram preteridos.

Presentemente, olhando para o fundo, pensamos sobretudo no seu potencial para a construção do conhecimento científico e, particularmente, no histórico, no caso em observação, porque a memória afetiva que este representava para o produtor deixou de existir com o seu desaparecimento.

Mesmo para os seus descendentes, como vimos, as memórias que selecionaram e quiseram conservar e mostrar, em detrimento de outras, construíram do produtor um quadro representativo e de rememoração selecionado partindo das intenções de cada um.

Cada uma destas memórias constitui, para a família, uma Memória e uma identidade do fundo, mas o que este arquivo representa para a sociedade é a Memória social sobre a qual se constrói a Identidade coletiva, e que representa para a historiografia a oportunidade

de utilização de fontes primárias para escrever a História - a parte da História possível que o fundo permite -, relativa à Primeira República portuguesa.

Este é um fundo de memórias para produzir conhecimento científico, num qualquer presente, pela mão de um investigador que discorrerá novas perspectivas de leitura a partir do contexto no qual estiver enquadrado, dando ao fundo ou uma nova significância, uma nova vida - como as folhas de rascunho que cumpriram no passado a função de apontamentos auxiliares de memória para a escrita do livro do produtor e que são, agora, como todos os outros documentos do fundo, apenas as fontes primárias, factuais, que cumprem o papel de prova quando confrontadas com outros testemunhos, deixando-nos um conhecimento aproximado do passado -, ou acrescentando ou sublinhando conhecimento ao já existente.

A Memória pessoal que para o titular representou intenções e significâncias no passado, são, agora, os registos físicos da Memória social, as representações de significados contextuais da Identidade coletiva.

4.6. A classificação do *fundo Tomé José de Barros Queirós*

A apresentação da informação em forma de Catálogo, e pelo exposto atrás, é a que se considera ser a mais adequada ao fundo em estudo.

Para ilustrar essa mesma demonstração de exposição da informação pensou ser-se útil incluir no presente trabalho, o Catálogo dos documentos analisados e trabalhados.

Assim, o Catálogo que se efetuou foi realizado a pensar no benefício do utilizador, deixando presente, contudo, a importância que pode ter para o arquivista as sugestões do utilizador - pela experiência que este tem de pesquisa -, assim como as dúvidas deste, perspectivando um olhar de quem está por fora do trabalho arquivístico, no sentido de aperfeiçoar o trabalho e o serviço que o arquivista faz e presta.

Além dos termos que surgem durante o tratamento arquivístico, da bibliografia específica e das orientações vigentes, pode tirar-se partido das dúvidas e das sugestões apresentadas pelos utilizadores para a construção de thesaurus, sendo a criação de termos que facilitem e orientem a pesquisa, simplificando o trabalho do utilizador, um dos objetivos da arquivística.

Foi a partir destas premissas que se optou por apresentar a informação tratada em Catálogo, auxiliada pela inclusão das imagens de cada documento, entretanto digitalizadas, possibilitando, no nosso entendimento, uma leitura resumida da informação, imediata e eficaz.

A leitura dos documentos em Catálogo permite ter uma ideia aproximada do fundo em geral e do documento em particular.

O conhecimento do documento viabiliza a ideia do fundo na sua quase totalidade.

A descrição do fundo e dos documentos obedece à classificação em cada nível apresentado.

Começando pelo todo, que é o fundo, e de forma hierárquica, a classificação vai sendo feita até à descrição do documento simples.

Desta forma, é mostrada, gradualmente, mais informação.

Se a pesquisa se efetuar ao nível do documento simples é possível, pelos códigos de classificação, perceber quais as relações hierárquicas que os documentos estabelecem entre si e com o fundo.

Acreditamos, deste modo, que este instrumento de descrição é o modelo mais eficaz de comunicar a informação ao nível do documento e do fundo.

Apresentam-se os conceitos e os procedimentos que nortearam a classificação documental, estampada no Catálogo anexo, que ilustra o trabalho arquivístico realizada para a presente dissertação.

A primeira tarefa para classificar e descrever um fundo é a organização documental. Assim, dividiram-se os documentos de acordo com a sua natureza.

Estes foram ordenados segundo:

- O âmbito da vida pessoal;
- E o âmbito da vida profissional do produtor.

Deste modo, dividiu-se o fundo em duas Secções (SC):

- A Secção respeitante à Vida Pessoal e Familiar do produtor, identificada de ora em diante pelo acrónimo VPF;

- E a Secção respeitante à sua Vida Profissional, identificada, a partir de agora, pelo acrónimo VP.

Para cada Secção, dispuseram-se os documentos segundo a sua espécie e foram apresentados pela sequência cronológica, refletida na numeração referencial.

Surgem-nos, desta forma, na Secção VPF, três subdivisões, identificadas como Subsecções – SSC:

- A Subsecção (SSC) das Fotografias (F);

- A SSC da Correspondência Emitida e Recebida (CER);

- E a SSC dos Documentos Pessoais (DP).

Cada Subsecção foi subdividida em Séries (SR), sempre que se justificou, e estas, consequentemente, em Subséries (SSR), em caso de necessidade.

Na Subsecção (SSC) das Fotografias (F) foram tratadas apenas fotografias do produtor, pelo que não houve necessidade de outra subdivisão.

A SSC CER (Correspondência Emitida e Recebida) foi subdividida em duas Séries (SR):

- A da Correspondência Emitida (CE);

- E a da Correspondência Recebida (CR).

A SSC DP (Documentos Pessoais) foi subdividida, também, em duas Séries (SR):

- A dos Documentos da Maçonaria (DM);

- E a dos Outros Documentos (OD).

Para a Secção (SC) Vida Profissional (VP) optou-se por uma subdivisão em quatro Subsecções (SSC):

- A das Fotografias (F);

- A da Correspondência Emitida e Recebida (CER);
- A da Bibliografia do Autor (BA);
- E a da Imprensa Internacional e Nacional da Época (IINE).

A exemplo da opção para a Vida Pessoal e Familiar (VPF), a SSC F (Fotografias) não tem subdivisão por apresentar somente fotografias do produtor no exercício das suas funções.

A SSC CER subdividiu-se em duas Séries (SR):

- A da Correspondência Emitida (CE);
- E a da Correspondência Recebida (CR).

A SSC Imprensa Internacional e Nacional da Época (IINE) subdividiu-se em duas SR:

- Na Série Periódicos da Imprensa Internacional da Época (PIIE);
- Na Série Imprensa Nacional da Época (INE).

Esta última subdividiu-se em duas Subséries:

- Na Subsérie Periódicos da Imprensa Nacional da Época (PINE);
- E na Subsérie Artigos Sobre o Produtor (ASP);

A cada divisão documental foi atribuída a data inscrita nos documentos.

Se a referência é ao Fundo, as datas mencionadas são as que abrangem o início e o fim da produção documental.

Se a data mencionada for a da Secção ou a de qualquer outra divisão, o processo é o mesmo.

Quando a referência é ao Documento Simples (DS) ou ao Documento Composto (DC), a data é aquela que o documento apresenta - a data exata de produção.

Quando não há conhecimento da data, o dado é referido pelas iniciais s/d (sem data).

Um Documento Simples é um documento único, que não está agregado diretamente a outro; um documento composto é um documento agregado ou organizado num conjunto,

como por exemplo um processo, que é constituído por outros documentos que o integram e dele fazem parte enquanto documento *per si*.

O primeiro nível de trabalho de classificação, depois de atribuído o Código de Referência (campo de grande importância, como já visto, por apresentar a relação hierarquizada do documento relativamente ao conjunto) e o título (importante por ser o primeiro e o descritor de referência, sobre o qual a pesquisa vai recair de imediato), é colocar-se o período temporal – a data exata ou o período que medeia os documentos tratados dentro do conjunto; segue-se a colocação da informação do tipo de documento a ser tratado (se é um documento simples, uma série ou qualquer outro tipo de conjunto), seguido da indicação da quantidade de documentos que compõem o conjunto e da informação do tipo de documento em tratamento (o suporte – se é papel, multimédia, etc.).

De seguida, depois da colocação da informação do nome do produtor, o trabalho recai na descrição do documento ou do conjunto – o âmbito e conteúdo.

Este campo reveste-se de grande importância para a pesquisa. Nele, são fundamentais os descritores - thesaurus. Exige, da parte do arquivista, um grande rigor e cuidado transformar o conteúdo informacional em resumos, sem perder informação e sem criar ruído de informação.

Como exposto, a forma de apresentação da classificação da informação em catálogo possibilita uma leitura rápida do tratamento documental e da informação, assim como apresenta a inter-relação hierárquica que os documentos estabelecem entre si e com o fundo, dando deste, e de forma célere, uma leitura abrangente do seu conteúdo.

Os critérios utilizados para a realização da classificação e da descrição da informação em Catálogo tiveram por base o tratamento simplificado arquivístico, com o objetivo de ilustrar alguns dos procedimentos, dúvidas e problemáticas que pode envolver o tratamento de um fundo pessoal e particular.

Analisa-se, de seguida, o fundo.

O primeiro procedimento é a caracterização do fundo no seu todo (V. Catálogo Anexo - pp. 179) – o código de referência dá-nos o nível hierárquico dentro do fundo – no

caso, estamos na identificação do fundo *per si*. Segue-se o título, o nome do produtor, TJBQ, que coincide com o nome do fundo.

Posteriormente, são escritas as datas que medeiam os documentos apresentados a tratamento no presente trabalho.

Segue-se a inclusão da indicação do nível hierárquico do documento, a dimensão e o suporte relativo a todo o fundo e o nome do produtor.

Após estes procedimentos, apresenta-se o sumário do fundo (o âmbito e o conteúdo), o idioma em que os documentos de todo o fundo se apresentam e a data em que o tratamento do fundo é feito – é a descrição do documento.

Acrescentámos-lhe o campo Descritores Auxiliares por cremos que este campo pode ajudar na criação de palavras-chaves para a realização de um thesaurus.

A título de exemplo, colocámos alguns descritores que podem ajudar a identificar o conteúdo informacional do fundo.

Não esqueçamos que sendo um fundo pessoal e particular, uma das suas características é a sua multidisciplinaridade, pelo que este campo pode revelar-se eficaz pela enumeração de assuntos-chaves.

A actuação subsequente é a classificação do primeiro conjunto – a Secção Vida Pessoal e Familiar.

Apresentados o Código de Referência, o título e o período temporal, é dado o número de documentos de que se compõe o nível em análise, onde é fornecida a quantidade de documentos existentes em cada categoria em estudo, o nome do produtor e, por fim e resumidamente, o assunto tratado no conjunto informacional (V. Catálogo Anexo - p. 180).

Após este procedimento, é apresentado o subconjunto a ser classificado, dentro da Secção: a Subsecção Fotografias.

Repete-se o mesmo procedimento utilizado para o nível anterior – apresenta-se o Código de Referência, o título, as datas, discrimina-se o nível de descrição, a dimensão e o suporte, o nome do produtor e, a terminar, o conteúdo do conjunto.

O título é dado de acordo com o tipo específico de documento a ser tratado – fotografias -, e na dimensão e suporte são reveladas as características das mesmas (V. Catálogo Anexo - p. 180).

O passo seguinte, não havendo mais subdivisões, é a descrição dos documentos que integram o conjunto.

Estas descrições foram descritas ao nível do documento simples – cada uma por si. Os procedimentos da descrição repetem-se, acrescentando-se o campo das Notas, onde é referido o estado de conservação do documento e onde se incluem outras observações que se considerem pertinentes relativas ao documento.

Creemos que este campo pode incluir descritores auxiliares para facilitar o trabalho do investigador, como se pode ver nas fotografias 2 e 3 (V. Documentos 2 e 3 no Catálogo, a título de exemplo).

As características do documento apontadas neste campo são de grande importância porque são-nos fornecidas, desde logo, as suas particularidades, nomeadamente se este pode ser manuseado ou outra qualquer referência.

A vantagem de se incluir a imagem do documento é grande porque pode evitar o seu manuseamento (se esta tiver qualidade), mesmo que o estado de conservação do documento não requeira cuidados, além de nos dar a informação pronta do documento.

A Subsecção seguinte - Correspondência Emitida e Recebida -, ainda dentro da Secção Vida Pessoal e Familiar, trata outro tipo de documento e, por isso, tem as suas próprias características.

Insere-se nesta subsecção a correspondência emitida porque era usual na época o remetente ficar com o duplicado da missiva, a exemplo do que acontece nos dias de hoje com os e-mails.

Este fator é de grande auxílio à investigação sobre este tipo de fundos por ser possível recuperar muita informação que, de outro modo, se perderia, no caso de não poder ser localizado o original.

Há outra particularidade relativa à correspondência, usual na época: os rascunhos. Muito embora o rascunho possa não representar a produção final, ainda assim é prova da intenção e, ou, da ideia inicial.

Para além das cartas, esta subsecção incorpora postais (V. Documentos 4, 5 e 6 no Catálogo, a título de exemplo).

A subsecção seguinte - Documentos Pessoais -, refere-se ao tipo de documentos que a incorpora e, deste modo, optou-se por esta designação.

Foi subdividida em duas Séries:

- Documentos da Maçonaria (DM), por se considerar esta área uma esfera importante na vida do produtor e, pelo facto, merecedora de destaque;

- E a Série Outros Documentos (OD), onde foram incluídos documentos de identificação pessoal do produtor, bem como outros documentos administrativos que visam a parte contratual, como é o caso do contrato de arrendamento do seu estabelecimento comercial (V. Documento 15 – ver Catálogo).

O contrato de arrendamento foi aqui incluído porque se respeitou a intenção do produtor, como atrás se justificou. Esta leitura deu-nos a ideia de que o produtor considerava estes documentos no foro da vida privada, embora reporte à sua atividade profissional enquanto empresário.

A interpretação pode ser controversa, na medida em que, provavelmente, o produtor fez esta separação atendendo à separação dos documentos segundo o critério da sua vida política e remetendo a atividade empresarial para a esfera da vida privada, que vem ao encontro do propósito seguido neste trabalho.

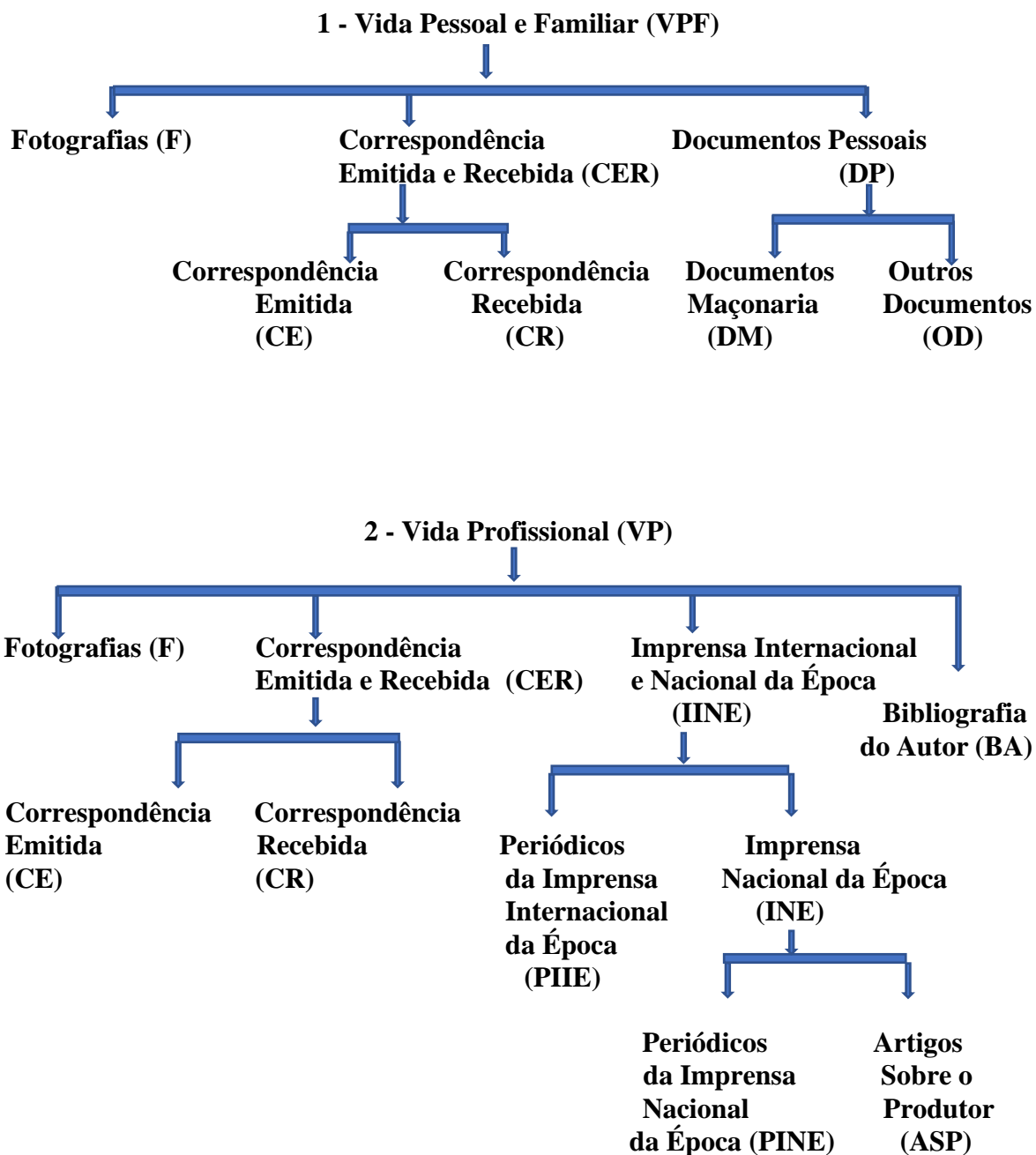
No entanto, não pretendemos esmiuçar, neste trabalho, a terminologia conceptual, mas tão somente mostrar exemplos de algumas das dificuldades que podem surgir ao trabalho de um arquivista o respeito pela organização do produtor. Porém, o trabalho do arquivista não é o de formular intenções, mas trabalhar os documentos que se lhe apresentam.

Considera-se, apesar de tudo, que esta não é uma questão limitadora porque existem outros descritores que podem conduzir à recuperação da informação.

Na Subsecção Correspondência, escolheu-se realizar a transcrição de alguns documentos para evidenciar a problemática das caligrafias, por um lado, e também por se crer que os mesmos poderão ter algum interesse público e, por isso, não se transcreveram os documentos de familiares.

O ponto seguinte deste trabalho é dedicado a esta tarefa.

Antes, porém, apresentamos o diagrama da divisão do fundo, ilustrando a forma como a classificação foi concebida e o respectivo fluxo hierárquico da informação.



4.7. Transcrição de documentos e breve biografia das personalidades

Estas fontes primárias constituintes do fundo, classificadas e descritas no Catálogo anexo, onde foram colocadas as respetivas imagens digitalizadas, mereceram-nos, algumas, a sua transcrição⁴² pelo seu eventual interesse público e relevância histórica, apresentando-se, de seguida, as biografias sumárias relativas às individualidades referidas nos documentos.

Tendo sido o fundo dividido, como já referido, em duas Secções, a da Vida Pessoal e Familiar e a da Vida Profissional de TJBQ, os documentos que se transcrevem obedecem à ordem de classificação e apresentação no Catálogo.

Além da transcrição, e de forma a mostrar alguns exemplos, optou-se por incluir, a seguir à transcrição do documento, excertos da imagem do mesmo, ilustrando algumas particularidades.

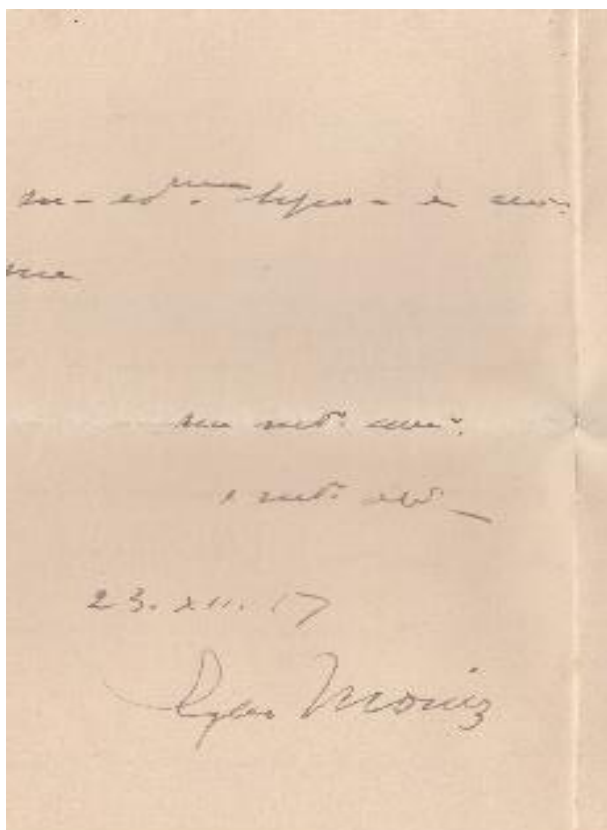
Damos início com o exemplo do Documento 7. Transcreve-se este documento porque esta data corresponde ao período em que Egas Moniz exerceu funções políticas, demonstrando que Egas Moniz, ligado ao sidonismo, mantinha relações de amizade com o produtor, sendo até seu médico (conforme prova a carta que existe no Museu da Farmácia). Carta manuscrita que Egas Moniz escreve a TJBQ, em 23 de dezembro de 1917:

“Meu prezado amigo, Muito lhe agradeço em meu nome e no dos meus conterrâneos o favor que acaba de fazer à querida Avanca. O Entroncamento rejubila! Os meus respeitos para sua estimada esposa – e creia-me seu muito amigo e muito obrigado, 23/XII/17, Egas Moniz” (V. excerto abaixo).

Egas Moniz, de seu nome António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, nasceu em Avanca, no distrito de Aveiro, a 29 de novembro de 1874, e faleceu a 13 de dezembro de 1955, em Lisboa (V. foto abaixo). Distinguiu-se como médico neurocirurgião, investigador, professor, político e escritor. Na área política, foi deputado entre 1903 e 1917, tendo sido um deputado contestatário à monarquia, chegando a ser preso, em 1908, por combater a

⁴² Todas as transcrições dos documentos apresentadas na presente dissertação são da responsabilidade da autora.

ditadura de João Franco. A partir de 1916 torna-se um forte opositor de Afonso Costa o que o leva de novo à prisão.⁴³ Em 1917, no Governo de Sidónio Pais, Egas Moniz é nomeado embaixador em Madrid e depois assume a pasta de ministro dos Negócios Estrangeiros até 1918. Neste ano, como primeiro Presidente da Delegação Portuguesa, vai à Conferência da Paz, tendo conseguido a reconciliação política de Portugal com a Santa Sé desde que, com a implantação da República, tinha sido instituída em Portugal a Lei da Separação entre Estado e Igreja.⁴⁴



Excerto da Carta de Egas Moniz – 1917
(V. Documento 7 no Catálogo anexo)



Egas Moniz⁴⁵

⁴³ António Macieira Coelho in “1890-1990 – Congresso - A Vida da República Portuguesa”, Vol. II, 1995, p. 676.

⁴⁴ CASA MUSEU EGAS MONIZ. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.casamuseuegasmoniz.com/seccao.php?s=biografia>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁴⁵ CASA MUSEU EGAS MONIZ. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://casamuseuegasmoniz.com/seccao.php?s=biografia>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

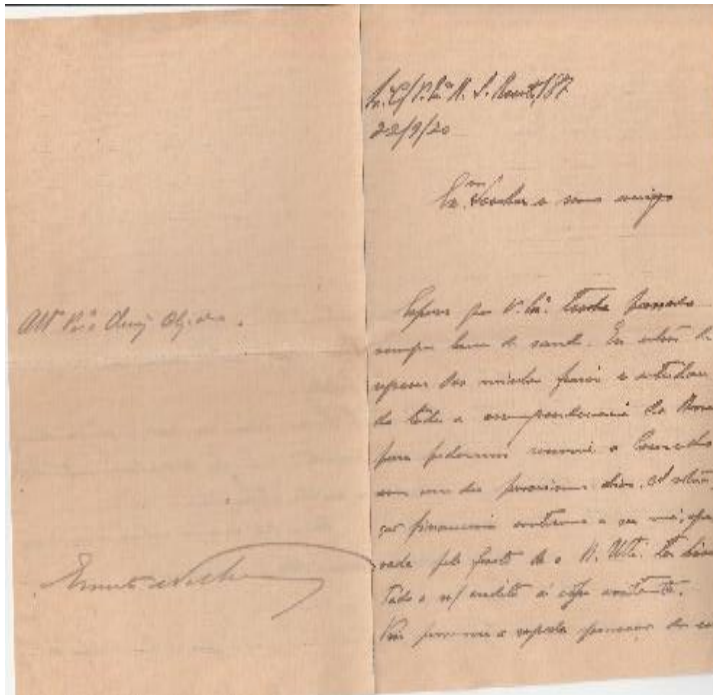
Pelas referências às questões financeiras, especialmente às colónias, matéria sensível à Primeira República, escolheu-se transcrever o Documento 8 por se crer que esta carta pode revelar importantes pistas para um investigador.

Trata-se da carta manuscrita que Ernesto de Vilhena endereça a TJBQ, em 22 de setembro de 1920:

“Exm^o Senhor e meu amigo, Espero que V^a Ex^a tenha passado sempre bem de saúde. Eu estou de regresso das minhas férias e estudando toda a correspondência da Boror, para podermos reunir o Comando em um dos próximos dias. A situação financeira continua a sua sina: afanada pela parte de o M. Ultr. ter limitado o nosso crédito à esfera inexistente. Vou promover a rápida aprovação dos estatutos novos para podermos mobilizar rapidamente, a nova reunião de acionistas. Junto encontrará V^a Ex^a um auto, para o qual eu peço a boa atenção de V^a Ex^a. Foi-me presente pelo nosso Soares, empregado dedicado e que merece ser ajudado. Infelizmente eu não conheço, senão de vista mesmo não ligaria o nome à pessoa - o H. da Madeira; mas dizem-me ser um correligionário político de V^a Ex^a e talvez das suas relações. Seria possível a V^a Ex^a empenhar-se pelo pedido? O Soares disse-me não se dirigir diretamente a V^a Ex^a por acanhamento. D’ahí a minha interferência. Dê-me V^a Ex^a as suas ordens e acudirei com toda a consideração. De V^a Ex^a Cumprimentos. Att (atentamente) V^o amigo Obrigado. Ernesto de Vilhena.” (Ver excerto abaixo).

Ernesto Jardim de Vilhena nasceu a 4 de junho de 1876, em Ferreira do Alentejo, e faleceu em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1967. Ernesto Jardim de Vilhena foi oficial da Marinha, administrador de empresas, ministro das Colónias em 1917, membro do Gabinete do ministro da Marinha e Ultramar, em 1909 e 1910, e governador das províncias ultramarinas. Em 1913 e 1914 foi chefe de gabinete do ministro das Colónias e em 1917 foi ministro dos Negócios Estrangeiros interino, pelo Partido Democrático, no governo de Afonso Costa. Em 1920, data desta missiva, era Administrador da Companhia do Luambo e Administrador da Companhia de Petróleo de Timor. Foi um dos principais donos - fundador e presidente - da Companhia dos Diamantes de Angola, e de outras empresas. Foi o maior colecionador de arte em Portugal na primeira metade do Século XX.⁴⁶

⁴⁶ Parlamento. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/v/vilhena_ernes



Ernesto de Vilhena⁴⁷

Excerto da carta de Ernesto de Vilhena – 1920 - (Documento 8)

Pensou ser-se importante a inclusão do Documento 12 pela forte ligação que TJBQ teve com a Maçonaria.

Esta instituição e a Carbonária estiveram ligadas à implementação da República. O autor desta carta tinha uma grande ligação à Maçonaria e à Carbonária. Na data em que escreve a missava presidia ao Tribunal Misto de Alexandria, podendo ser importante para a investigação o caráter internacional do cargo.

Carta manuscrita, relativa à Maçonaria, que Manuel Monteiro dirige a TJBQ, em 1/9/1925:

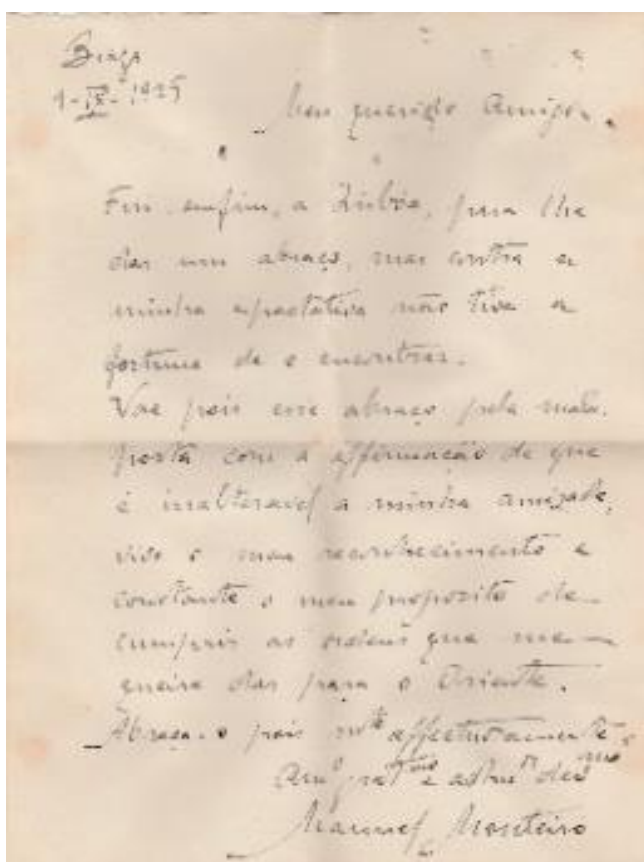
“Meu querido amigo, Fui, enfim, a Lisboa, para lhe dar um abraço, mas contra as minhas expectativas não tive a fortuna de o encontrar. Vai pois esse abraço pela malaposta com a afirmação de que é inalterável a minha amizade. Vivo o meu reconhecimento e

[to_jardim_de.pdf](#) e Politipedia. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/vilhena-ernesto-jardim-de-1876-1967/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁴⁷ Politipedia. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/vilhena-ernesto-jardim-de-1876-1967/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

*constante o meu propósito de cumprir as ordens que me queira dar para o Oriente. Abraça-
o pois muito affectuosamente o amigo grati[ssi]mo e admi[ra]dor dev[otissi]mo, Manuel
Monteiro.”*

Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro nasceu em Braga, em 29 de setembro de 1879 e faleceu em Braga, em 18 de janeiro de 1952. Maçon e republicano, formado em Direito, foi juiz do Supremo Tribunal Administrativo, Governador Civil de Braga, e pelo Partido Democrático foi ministro da Justiça. Foi ministro do Fomento e Presidente do Tribunal Misto Internacional de Alexandria em 1925.⁴⁸



Braga
1-12-1925
Meus queridos Amigos,
Fui sempre, a direita, para lhe
dar um abraço, mas contra a
minha expectativa não tive a
fortuna de o encontrar.
Vae pois esse abraço pela minha
parte com a afirmação de que
é inalteravel a minha amizade,
viva e meu reconhecimento e
constante o meu propósito de
cumprir as ordens que me
enrair dar para o Oriente.
Abraça-o pois muito affectuosamente,
Amigo gratissimo e admirador
Manuel Monteiro



Carta de Manuel Monteiro a TJBQ – 1925 - (Documento 12)

Manuel Monteiro⁴⁹

⁴⁸ Henrique Barreto Nunes, Biblioteca Pública de Braga – Universidade do Minho [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://175anosbpb.pt/bpbuminho/wp-content/uploads/2016/09/Breve-Biografia-de-Manuel-Monteiro.pdf>> e Politipédia. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/monteiro-manuel-joaquim-rodrigues-1879-1952/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁴⁹ Breve Biografia de Manuel Monteiro. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://175anosbpb.pt/bpbuminho/wp-content/uploads/2016/09/Breve-Biografia-de-Manuel-Monteiro.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019]

Dado o papel preponderante que Afonso Costa teve na República, optamos por transcrever o Documento 23. Trata-se de uma carta manuscrita de TJBQ endereçada a Afonso Costa, à data ministro das Finanças (Afonso Costa acumula neste governo esta pasta com a da Presidência do Ministério). A carta é dirigida a Afonso Costa enquanto ministro das Finanças:

“Exmo Sr. Dr. Affonso Costa, Ilustre ministro das Finanças, Meu Exm^o e presado amigo, Entre os argentos classificados para empregos de 1^a classe, que que regressaram as suas nomeações para 1^{os} oficiais da Contabilidade, figura o Eduardo H. A. Freitas habilitado com o curso geral dos lyceus e com as cadeiras necessarias da Polytechnica para a entrada na Escola de Guerra. Nenhum dos candidatos às vagas da Contabilidade tem tantas habilitações como o Freitas, e, por isso, segundo o espírito do Artigo IX [?] do decreto-lei de 26 de maio de 1911 deve ele ser o nomeado. Como sei que ao Ministro não sobra tempo para examinar documentos d’esta ordem atrevo-me a chamar a atenção de V^a ex^a para o assumpto na convicção que V^a Ex^a o resolverá como for de justiça. Creia V^a Ex^a na mais alta consideração de que é este V[oss]o grande e bom Amigo Ob[ri]g[ado] TJBQueiroz.”

Afonso Augusto da Costa nasceu em Seia, a 6 de março de 1871 e faleceu em Paris, a 11 de maio de 1937.

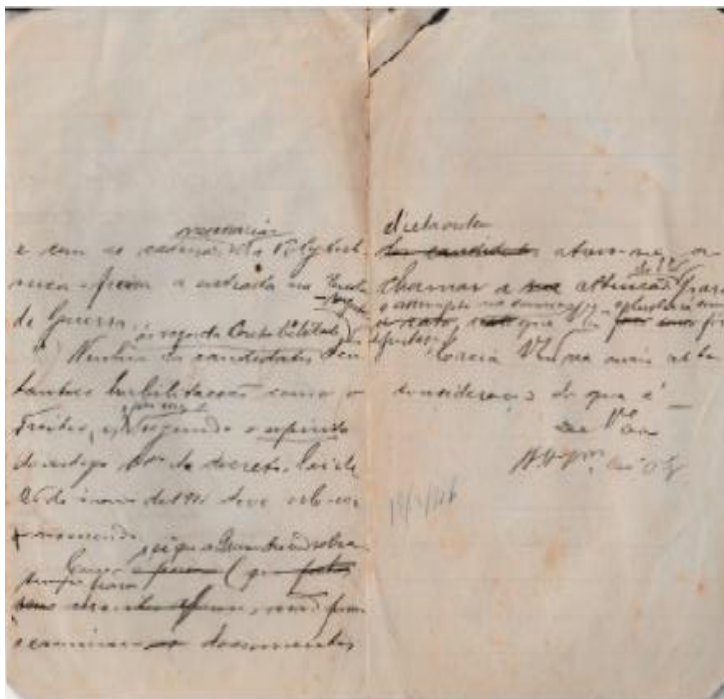
Doutorado em Direito, foi professor na Universidade de Coimbra, na Escola Politécnica de Lisboa e na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito de Lisboa, depois Faculdade de Direito de Lisboa, que fundou em 1913 e de que foi o seu primeiro director.

Foi Professor no Instituto Superior de Comércio. Este republicano, preso por estar implicado na revolta de 28 de Janeiro de 1908, foi parlamentar, ministro da Justiça, das Finanças e Presidente do Ministério durante a República.

Instigador da revolta contra a ditadura de Pimenta de Castro, em 1915, e contra o sidonismo, em 1917, foi, de novo, preso.

Retomada a república democrática, exila-se em Paris, onde permanece, desempenhando funções como diplomata em diversas missões importantes como as da

presidência das delegações portuguesas à Conferência da Paz, em 1919, e à Sociedade das Nações, em 1920 e 1925-26. Nesta última, de 1926, presidiu à sua Assembleia Geral.⁵⁰



Carta de TJBQ a Afonso Costa – 1916 - (Excerto do Documento 23)

Afonso Costa⁵¹

Outro Documento que se achou oportuno transcrever foi o Documento 25.

⁵⁰ República e Laicidade, Associação Cívica. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.laicidade.org/documentacao/historia/figuras-da-primeira-republica-afonso-costa/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁵¹ República e Laicidade, Associação Cívica. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.laicidade.org/documentacao/historia/figuras-da-primeira-republica-afonso-costa/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

É uma carta dirigida a TJBQ, endereçada por Eduardo Sarsfiel, na qual este fornece dados relativos à República que podem ser pistas de investigação e na qual enumera a qualidade de seriedade de TJBQ, comprovando a opinião generalizada que deste se tinha.

Carta manuscrita de Eduardo Sarsfield, endereçada a TJBQ, em 1921 (a data é dada pelo seu conteúdo – as felicitações a TJBQ quando este assumiu a Presidência do Ministério):

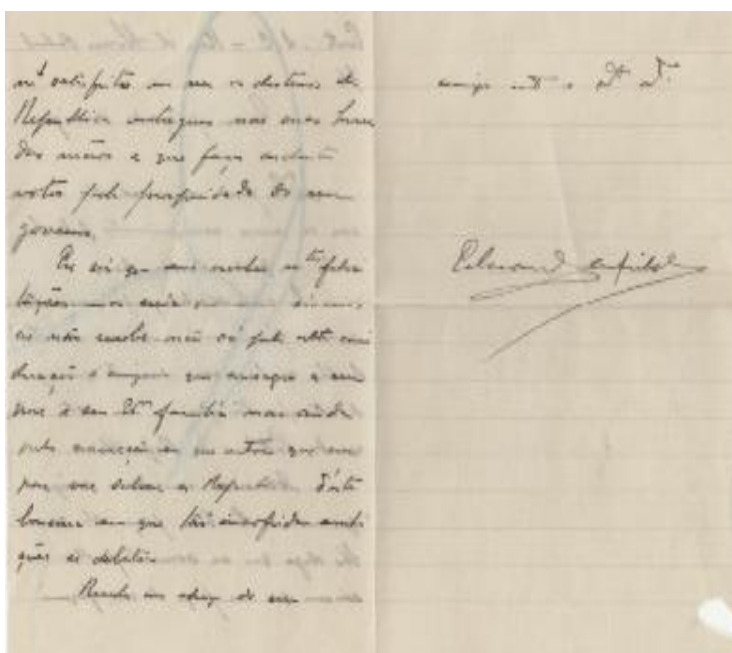
“Porto, S.C., Rua de Alvares Cabral, 76, Meu prezado amigo, Não posso deixar de lhe endereçar os meus cumprimentos pela chamada ao poder de seu país. Eu não lhe telegrafei nem lhe escrevi porque não achei no direito de lhe roubar um minuto que seja de atenção tão precisa nos altos interesses da Pátria e da República. Mas o meu caro amigo quando se lembrar peço-lhe em lhe dizer que eu como republicano que me prezo de ser, fiquei muito satisfeito em ver os destinos da República entregues nas suas honradas mãos e que faço ardentes votos pela prosperidade do seu governo. Eu sei que deve receber muitas felicitações mas creia que mais sinceras as não recebe não só pela alta consideração e amizade que consagro a seu nome e sua Ex^a família mas ainda pela convicção em que estou que será para vir salvar a República d’esta loucura em que tão insofridas ambições se debatem. Receba um abraço de um amigo muito e atent[ement]e obrigado, Eduardo Sarsfield”

Eduardo da Rocha Sarsfield, nascido a 11 de julho de 1882, em Leça da Palmeira, foi um funcionário superior aduaneiro e militar de Cavalaria do Exército que ascendeu, pelo Partido Republicano Democrático, a Governador Civil do Distrito do Funchal.

Em 29 de janeiro de 1926 assumiu o cargo de Governador Civil do Porto.

Faleceu em Lisboa, a 17 de janeiro de 1966.⁵²

⁵² José Rodrigues, *Flickr*. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/27130347560>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].



Excerto da carta de Eduardo Sarsfield – 1921 - (Documento 25)



Eduardo Sarsfield⁵³

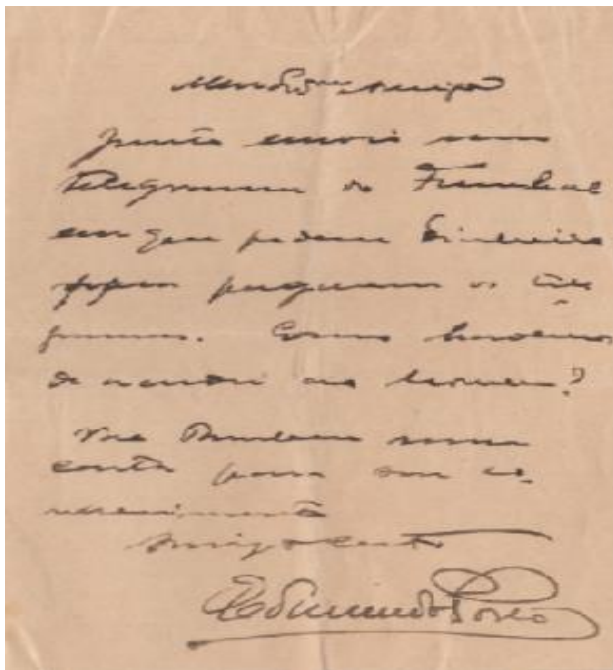
Transcreve-se o Documento 26 – uma carta-telegrama – por se considerar reveladora da situação financeira difícil da República, dando desta época alguns condicionantes desta governação.

É uma carta-telegrama manuscrita de Edmundo Porto a TJBQ, em 1921 (é-lhe atribuída esta data por ter sido a que corresponde à altura em que Edmundo Porto exercia funções de secretário do ministro do Interior):

“Meu Exmº Amigo, Junto envio um telegrama do Funchal em que pedem dinheiro para pagarem os telegramas. Como havemos de acudir ao homem? Para receberem numa conta para o seu conhecimento. Amigo certo, Edmundo Porto.”

Edmundo Porto foi jornalista e, em 1921, secretário de Estado do ministro do Interior (informação dada pela neta, Cristina de Barros Queirós).

⁵³ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM). Retrato de Eduardo da Rocha Sarsfield (meio corpo). [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/viewer?id=773824&FileID=2454646> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].



Carta-telegrama de Edmundo Porto a TJBQ – 1921
(Documento 26)

Edmundo Porto,

colaborador d' *A Capital*, andou por Espanha, a tomar pulso "aos ventos" e [entrevistou o chefe do governo, D. Eduardo Pato](#), e outros líderes partidários como o Conde Romanones, D. Melquiadez Alvarez, D. Juan Vasquez Mella, D. Alexandre Lerroux, D. Pablo Iglesias, D. I. Sanches de Toca, D. Raphael Labra, D. Rodrigo Soriano e D. Antonio Maura (de novembro 1915 a janeiro de 1916). Posteriormente, esteve em Paris e em Londres, a acompanhar uma comitiva do governo português, e produziu outros trabalhos jornalísticos inéditos, nomeadamente uma [reportagem no campo de Northolt](#), que deu formação e treino a alguns aviadores portugueses, e outra no [campo de prisioneiros alemães de Eastcoat](#).

Sobre Edmundo Porto⁵⁴

Transcreve-se, também, o Documento 27 por se considerar esta carta como exemplo do reconhecimento do rigor financeiro e governativo, atestada por terceiros, de que gozava o produtor, especialmente quando estas linhas foram escritas por uma personalidade ligada à ideologia monárquica e com grandes interesses financeiros na República.

É uma carta manuscrita de Ernesto Driesel Schröter a TJBQ, de 6 de fevereiro de 1925:

“Lisboa, 6 de fevereiro de 1925, Exmº Amigo Thomé de Barros Queiroz. Foi para mim motivo de satisfação saber V. Exª na Presidência da Administração Norte e Leste, satisfação que me advem não só por vêr que justiça foi feita às qualidades moraes de Vª Exª

⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL – Efemérides. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/IGuerraMundial/IGuerraMundial_jornaiserevistas_3bACapital.htm >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

e aos seus conhecimentos financeiros, como também pelos interesses, que por ser obrigacionista, eu tenho na Companhia e pelo reflexo que à economia do Paíz, a sua boa administração pode trazer. Muito folgo pois que V. Ex^a fosse o escolhido para esse alto cargo. Interesse que em V^o Ex^a se dá o princípio das incompatibilidades, visto que não pertence à administração de nenhuma outra Companhia ou Banco que tenha contractos com o Estado e decerto V^a Ex^a sabe que eu há muito insisto que por lei taes acumulações sejam prohibidas. É isso também motivo para eu apreciar a nomeação de V^a Ex^a. Assim cumprimento V^a Ex^a e me assigno, com muita consideração, de V^a Ex^a M[ui]to Att[entament]V[is]or Ob[igad]o, Ernesto Driesel Schröter.”

Ernesto Driesel Schroter nasceu em Lisboa, a 7 de março de 1849, e faleceu em Lisboa, a 7 de fevereiro de 1942.

Foi, durante a Monarquia, uma figura de destaque como empresário, jornalista e banqueiro - diretor do Banco Comercial de Lisboa e do Banco de Portugal.

Foi dirigente da Associação Comercial de Lisboa e seu presidente e acionista da Companhia Geral do Crédito Predial Português.

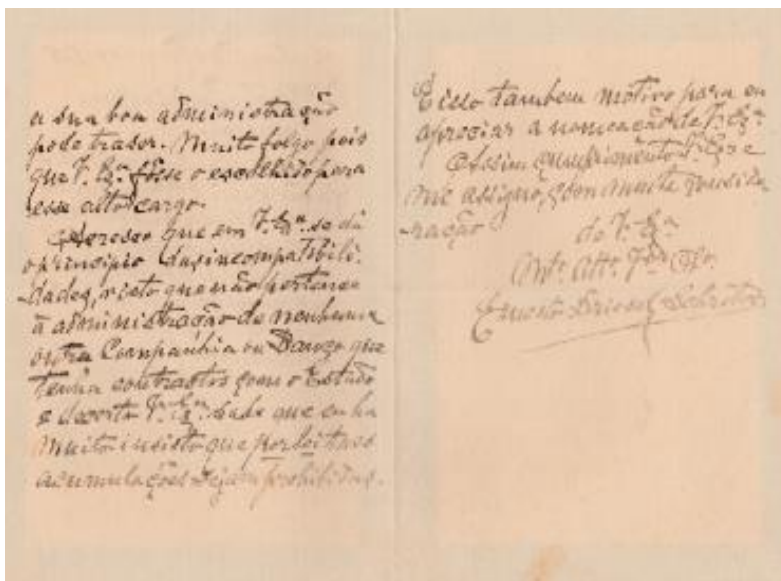
Pertenceu aos corpos sociais de diversas sociedades anónimas de grande importância como a Companhia Aliança Fabril, a das Minas de Huelva, a Sociedade Estoril, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro, da qual foi administrador, a Companhia do Bairro Camões e a Fiação e Tecidos de Xabregas.

Foi administrador da régie dos Tabacos (Administração Geral dos Tabacos) e vogal do Conselho Superior do Comércio e Indústria, do Conselho Geral das Alfândegas e da Junta dos Repartidores.

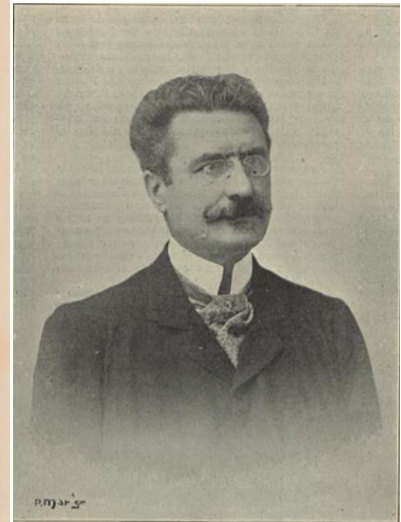
Pertenceu ao Conselho Fiscal do Jardim Zoológico de Lisboa.

Foi ministro da Fazenda no governo de João Franco.⁵⁵

⁵⁵ Wikipedia. [Em linha]. Disponível em: <URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Driesel_Schr%C3%B6ter e https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ministros_das_Finan%C3%A7as_de_Portugal >. [Consult. em 10 de abril de 2019].



Excerto da carta de Ernesto Driesel Schroter – 1925
(Documento 27)



Ernesto Driesel Schroter⁵⁶

Incluiu-se, ainda, a descrição do Documento 28 – um telegrama do cônsul português em Londres, em missão oficial, cuja inscrição “confidencialíssimo” no documento revela importantes assuntos de Estado, que dão pistas à investigação para leituras políticas nacionais e internacionais, nomeadamente reveladoras das relações entre os dois países.

Trata-se de um telegrama manuscrito de Teixeira Gomes, em 23 de agosto de 1921, a Tomé José de Barros Queirós, Presidente do Ministério:

“Ministério dos Negócios Estrangeiros – Gabinete do Ministro – Telegrama Legação de Portugal em Londres – Rem[etido] – 23 de agosto de 1921 – 163 – Confidencialissimo – Assumpto telegrama, de V^a Ex^a 14 – Como todos os negócios do

⁵⁶ HEMEROTECA DIGITAL. O novo ministério. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1906/N987/N987_master/N987.pdf >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Estado que pedem minha interferencia tem merecido toda a minha attenção infelixmaente sondagens feitas levam-me á certeza de que não podemos actualmente esperar do governo inglez qualquer auxilio de natureza d'daquelle indicado no telegrama de Vª Exª numero 7. Situação financeira d'este governo tal como descrevi nos meus officios numero 82 e 90 parece aggravada e ultimas declarações feitas no Parlamento pelo ministro da Fazenda preveem situação ainda peor para o futuro anno economico, Campanha a favor de redução das despezas é cada vez mais activa e governo inglez já declarou que só nos serviços publicos fará uma redução de cento e cincoenta milhões libras esterlinas. Governo inglez não dispõe de recursos que lhe permittam abrir creditos e se os fosse pedir ao Parlamento recebia recusa certa. Nos meios financeiros situação de Portugal é apreciada com pessimismo pois accusam-nos de nada fazer-se tanto no que respeita á diminuição das despezas como ao augmento[?] da receita. Nos meios financeiros pois também não podemos encontrar credito enquanto não realizarmos algumas economias sensiveis na administração publica entretanto julgo que se em Portugal se formasse um consorcio bancário para obter credito para carvão a importar de Inglaterra com garantia do governo portuguez esse consorcio talvez encontrasse aqui grupos bancarios com interesses nas minas de carvão que facilitasse operação mas essa questão é para ser estudada pelos homens da especialidade não podendo esta Legação tal como está organizada intervir n'ella de modo algum. No telegrama numero 14 refere-se Vª Exª ao telegrama numero 8 que não recebi e rogo a Vª Exª o favor de o repetir. a) Teixeira Gomes. Há confusão o telegrama 8 é o que atraz se designa sob o numero 7.

(Mantiveram-se os sublinhados que no original estão a lápis verde; a páginas 2, 3 e 4 estão numeradas, no cimo, ao centro, no lugar da data).

Lateralmente, impresso nas folhas, está inscrita a frase “Cópia à Repartição competente em”).

Manuel Teixeira Gomes nasceu a 27 de maio de 1860, em Portimão, e faleceu a 18 de outubro de 1941, na Argélia.

Foi diplomata, Presidente da República e escritor.

Estudou Medicina, mas acabou por abandonar o curso, vindo para Lisboa.

Foi co-fundador do jornal de teatro **Gil Vicente** e colaborou em diversas publicações periódicas como **O Primeiro de Janeiro** e **Folha Nova** quando residia no Porto.

Escritor, publicou obras como **Inventário de Junho**, **Cartas sem Moral Nenhuma**, **Agosto Azul**, entre outras.

Dedicou-se à atividade comercial, mas continuou a escrever e interessou-se pela atividade republicana, colaborando no jornal republicano **A Lucta**.

Com a implantação da República foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres, durante o 1º Governo Provisório, tornando-se no primeiro representante da República em Londres.

Na atividade diplomática evidenciou-se nas negociações anglo-germânicas relativas à questão das colónias portuguesas e na cooperação com os governos portugueses na Primeira Guerra Mundial.

Ter defendido a entrada de Portugal na I Grande Guerra levou-o ao afastamento do cargo no governo sidonista.

Em 1919, José Relvas, Chefe do novo governo republicano, nomeou-o Ministro Plenipotenciário em Madrid e representante da nova delegação portuguesa à Conferência de Paz, em Paris.

Em 1921, ocupa o cargo de diplomata em Londres.

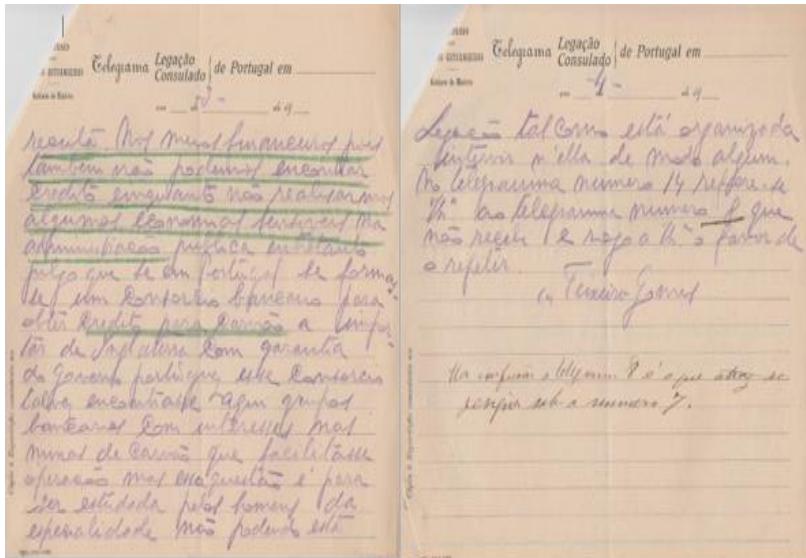
Em 1922 foi nomeado delegado de Portugal junto da Sociedade das Nações, ocupando uma das vice-presidências desta organização.

Em 1923 foi Presidente da República.

Dececionado com a política, renunciou em 1925 tendo, depois, ido viver para a Argélia, em 1931.

Na Argélia escreveu obras literárias como **Cartas a Columbano** e **Novelas Eróticas**⁵⁷.

⁵⁷ Universidade do Porto. Memória Universidade do Porto. Antigos Estudantes Ilustres Universidade do Porto: Manuel Teixeira Gomes. [Em linha]. Disponível em: <URL: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20manuel%20teixeira%20gomes>. [Consult. em 10 de abril de 2019].



Excerto de telegrama do cônsul português em Londres, [Manuel] Teixeira Gomes, do Consulado de Portugal em Londres – 1921 - (Documento 28)

Teixeira Gomes⁵⁸

4.8. Em jeito de sùmula

Ao correlacionarem-se as noções de Património Documental e de Arquivo, através de um fundo pessoal e particular, demonstrou-se a importância que detêm este tipo de arquivos para a Memória e para a História.

A indissociabilidade de qualquer uma das áreas abordadas nesta dissertação, reforça a importância de cada uma *per si*, particularmente a dos arquivos pessoais e particulares enquanto fontes para a investigação de qualquer área da Ciência.

Foi possível deste modo identificar, através do exemplo de trabalho de arquivo, como esta área, além de ser importante, deve valorizar este tipo de fundos – seja pela arquivística, seja pelos arquivistas.

⁵⁸ PRESIDÊNCIA da REPÚBLICA. **Teixeira Gomes**. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=31>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Desconstruir, pelo exemplo de riqueza enquanto fonte primária e, por isso, como manancial informativo, foi o objectivo que norteou a abordagem deste fundo através do tratamento arquivístico e da explanação dos seus conceitos, contrariando a pouca valorização a que têm sido geralmente relegados e as problemáticas que tendem a apoucá-los.

Como ficou amplamente demonstrado, os documentos que compõem este tipo de fundos são valiosos testemunhos de que a Memória e a Identidade colectiva se constituem, e dos quais a História muito precisa para que seja mais abrangente e mais próxima da realidade.

Entre este tipo de fundos podem encontrar-se documentos de significativo interesse histórico, como se demonstra em alguns dos exemplos apresentados nesta dissertação.

Para que seja possível preservar, trabalhar, recuperar, e divulgar, disseminando a informação contidas nestes fundos, quer para o público em geral, para que melhor identifique a sua Identidade sociocultural, quer para os investigadores das diversas áreas científicas, que os utilizam como fontes primárias para a construção da narrativa histórica, é necessário e fundamental que se apresentem todos os argumentos existentes que confirmem como os arquivos pessoais e particulares complementam a informação dos fundos institucionais.

A potencial de riqueza destes fundos é enorme e funcionam como fontes que servem qualquer ângulo dentro de qualquer área científica.

Estes documentos de arquivos pessoais e particulares são, para além de testemunhos como matéria física factual da memória, também testemunhos de memórias silenciosas, contidas na sua imaterialidade.

O Arquivo é um espaço de guarda física da memória. E os arquivos pessoais são as diversas teias de que se compõe essa imaterialidade que constitui a Memória, a Identidade e a História das sociedades.

Como ampulhetas do tempo e do espaço, tecem, em cada investigação feita sobre os mesmos, cada vez mais laços que ajudam a escrever uma História mais abrangente.

Esta interdependência evidencia que a Identidade colectiva é construída pela individual. Desta forma, a importância dos arquivos pessoais e particulares manifesta-se

pelas pistas complementares para construção da História, de que resulta um maior entendimento e interpretação da Identidade e da Memória coletiva.

Com a exposição da necessidade da preservação documental, das particularidades do trabalho do arquivista para um melhor entendimento das problemáticas que lhe estão associadas, das inúmeras leituras passíveis de se poderem extrair das massas documentais, da demonstração do dinamismo inerente à construção do conhecimento, da ténue fronteira entre o papel do indivíduo singular e o do indivíduo no seu papel de agente público, demonstrado pelo *estudo de caso* de Tomé José de Barros Queirós, fica latente, também, a ténue fronteira entre o papel do indivíduo na caracterização do colectivo, bem como a consideração do que implica falarmos da Identidade e da Memória social. Assim como a problemática do papel do historiador, enquanto homem singular, enquadrado e formado pelo seu meio, e enquanto cientista.

Na sua obra **Lugares de Memória**, Nora interliga todos estes vectores de que se constitui o património material e o imaterial.

Se os Arquivos são "Lugares de Memória" enquanto guardiães das provas do passado, tal não significa que estes lugares sejam sepulcros do passado. Eles são, atendendo aos factores tempo e espaço, portas abertas para uma releitura permanente, dadas as características dinâmicas dos processos, dos acontecimentos, dos factos, das ideias. São lugares-janelas dos diferentes "presentes" através dos quais os historiadores investigam e perspectivam os acontecimentos.

Se como diz Pierre Nora: "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, [e] que [por isso] é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais" (Nora, 1993: 13), então, ao tentar encontrar uma solução para este problema de "não se ter [uma] memória" espontânea e verdadeira, mas sim a possibilidade de se aceder a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade, o autor coloca-nos perante a inevitabilidade da ténue cientificidade absoluta, pelo que cada memória, cada arquivo - incluindo os pessoais e particulares - é um elo que pode estabelecer maior compreensão para a "memória reconstituída".

Esta problemática nasce de a inevitabilidade da sociedade precisar da história por ser esta o meio que lhe vai permitir encontrar um significado para o que não lhe é mais alcançável e inteligível – o passado.

Michel Foucault disse que a história contínua é a conexão indispensável à função fundadora do sujeito – o garante de que tudo o que lhe escapa poderá ser restituído. Como se uma consciência histórica pudesse fazer voltar à vida verdadeira as vivências que o tempo deixou na distância, repondo-as no espaço da sua habitabilidade original (Foucault, 2008: 15). Assim, como ficou demonstrando através do estudo do fundo apresentado, os arquivos pessoais e particulares são “sujeitos” que podem garantir uma maior restituição da história.

Assim como as instituições, as pessoas produzem arquivos. Ambos são bancos de dados informacionais que permitem granjear diferentes lados de uma questão - facto, ideia ou intenção. Mesmo sendo fontes primárias, serão sempre testemunhos indirectos do passado, posto que este não pode ser alcançável na sua plenitude ou no seu âmago, demonstrado no que atrás se explanou.

Pela inevitabilidade de serem permeáveis a silêncios, a omissões e a interpretações, é de ressaltar o papel de relevo importante que representam para a investigação, permitindo acrescentar novas perspectivas ou possibilitando corrigir outras.

Independentemente das interpretações que se possam ter dos arquivos pessoais – sejam autobiográficos e, por isso, escritas de si ou “monumentalização” dos seus produtores, legados para a posteridade (Escobedo, 2006: 55-79; Heymann, 2012; McKemmish, 1996: 174-187) – eles são testemunhos singulares, memórias que constroem a memória colectiva, a Identidade da comunidade. Disto é prova a análise que se expôs do fundo de Tomé José de Barros Queirós.

Tentou deixar-se no explanado até aqui que os arquivos são sempre testemunhos dos seus produtores pois refletem os seus contextos originais. E os arquivos pessoais e particulares, pelos seus contornos específicos, rompem com o entendimento da arquivística tradicional. Enquanto esta se baseia no trabalho documental segundo os temas e assuntos, os arquivos pessoais e particulares têm a sua própria lógica – a norteadada pelo seu produtor.

Os documentos, seleccionados do fundo em análise no presente trabalho, que serviram de exemplo à observação e estudo de um arquivo pessoal, é disso evidência. É

possível perceber, através de alguns dos seus documentos, que a intencionalidade autobiográfica não é redutora e, tão pouco, contingência da importância destes fundos, visto que a própria escrita do conhecimento científico, como atrás exposto, carece de certezas absolutas uma vez que tem como uma das bases do seu trabalho a informação contida nestas fontes primárias – para além de que o próprio trabalho do investigador está sujeito à conjuntura do tempo e do espaço da pesquisa e da escrita do conhecimento.

Quer falemos de arquivos institucionais, pessoais e particulares, da História ou da Memória, e segundo uma perspectiva crítica, qualquer uma destas realidades não existe isolada do funcionamento da sociedade - no seu todo, subordinada às suas questões político-sociais, culturais, religiosas, entre outras -, que as criam, interpretam e enquadram, fruto da constante e dinâmica interacção dos diálogos vivenciais e vivenciados.

Espera-se, pelo exposto, ter contribuído para o debate que clama por um cada vez mais premente entendimento no olhar para este tipo de fundos.

Estes factores estão irremediavelmente dependentes e condicionados pelo espaço e pelo tempo, simbolizado e reproduzido pela e na sociedade. A Memória é a Identidade colectiva. Mas a Memória é composta de memórias. É fluída. Tal como a Identidade colectiva se compõe da identidade dos indivíduos que compõem o grupo que se considera ser a sociedade. É, pois, no espaço e no tempo que a História acontece. Assim fica demonstrado o fundo em estudo, de Tomé José de Barros Queirós. O seu testemunho, como o de tantos outros, regulam e determinam a Memória colectiva, que serve de base à construção da Identidade, à escrita da História.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu estabelecer a relação indissociável entre o Património Documental, a Memória, a História e o Arquivo, realçando a importância dos arquivos pessoais e particulares, constituídos por fontes primárias, a partir do *estudo de caso* do fundo histórico pessoal e particular de Tomé José de Barros Queirós.

Se o Arquivo é o guardião das fontes é, simultaneamente, o local no qual a História – ou qualquer outro ramo do conhecimento -, vai colher a matéria para produzir conhecimento, sendo, conseqüentemente, um local de construção de conhecimento, onde se constrói as explicações e os sentidos que a História tece - um espaço essencial por ser de salvaguarda e de disponibilização de documentos, como é, também, o intemporal guardião e preservador de memórias.

Compreender e explicar e os fenómenos sociais na sua dinâmica complexa de alteração de sentidos, demonstrando o mais fiel possível as realidades presentes e passadas, é fazer História. E a história é: “uma ciência da mutação e da explicação da mudança.” (Le Goff, 1924: 16)

Esta dinâmica do documento na sociedade é a do período de transição entre “uma antiga sociedade e [para] o estabelecimento de uma nova.” (Schellenberg, 2006: 27).

E se a memória que habita nos arquivos reside nos documentos, estes são “artefatos de registos derivados de uma actividade” (Cook, 1998: 3).

O documento é como as margens de um livro em que as suas explicações: “(...) jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.” (Foucault, 2008: 26).

Os documentos são capazes de “capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos” (Duranti, 1994: 50). Bellotto reforça que: “Estamos cercados por documentos demarcando as atividades de nossas vidas, a história de nossas famílias e a implacável passagem do tempo...”. (Bellotto, 2014: 104).

Os documentos são as vozes das relações existentes entre os indivíduos e as sociedades, que não podem ser dissociadas dos contextos onde se inserem. Eles oferecem-se à investigação como provas, como pistas e vestígios, que capacitam a História de rememorar a Memória coletiva, assim como de construir novos olhares sobre o passado da sociedade.

A Memória coletiva tem tantos sentidos quantos os indivíduos que compõem as sociedades que os representam, onde se inserem, da qual fazem parte, lhes atribuem.

São as sociedades que determinam o que cabe ser recordado, o significado material do que representam, tal como delimitam o que é votado ao esquecimento através da validação pelo poder institucional.

Porém, a sociedade não é uma massa anónima, mas, sim, constituída por indivíduos - pelo indivíduo que espelha o grupo social do qual faz parte e que, simultaneamente, e a partir do qual se integra informa quais os grupos nos quais não se revê.

São esta perspetiva individual e coletiva que se complementam e encontram, fornecendo à História a informação complementar para a construção do conhecimento histórico.

Daqui se infere a importância dos arquivos pessoais e particulares. Eles fornecem a matéria-prima informacional preciosa - porque são fontes primárias -, que, aliada à informação dos arquivos institucionais, permite um reforço abrangente e aberto de informação, quer confirmando-se, quer infirmando-se - seja na comparação, na corroboração ou no acrescento de novos olhares para a escrita do conhecimento científico.

Heymann diz-nos a propósito destes arquivos que eles são constituídos a várias mãos (Heymann, 2013: 46).

Os documentos do fundo de Tome José de Barros Queirós são fontes documentais primárias, históricas, pessoais e particulares - registos mais genuínos porque espontâneos por não terem orientações ditadas pelo poder, mas pelas suas convicções pessoais e, por isso, mais autênticos do que os documentos dos arquivos institucionais.

É um arquivo histórico porque remete para um período caracterizado pelas ideias republicanas que o produtor representava e, deste modo, representativo de uma Memória e a Identidade coletivas.

Ainda que estas fontes não resultem, como as institucionais, da vontade política expressa em Lei, têm o relevo atrás descrito. São registos, tais fundos, de e para memória, subsídios para a escrita da História de qualquer área do conhecimento científico, que representam a identidade de um coletivo, os seus sentidos da realidade social.

Por serem tematicamente transversais, a sua transdisciplinaridade permite estudos multidisciplinares. Da interdisciplinaridade com que cruza todas as áreas, da economia à religião, da política à cultura, o arquivo possibilita um conhecimento mais plural para a escrita da História mais completa.

As fontes refletem as memórias factuais, mas também indícios, esquecimentos, omissões, silenciamentos com ou sem intenção. São rememorações e são, simultaneamente, também, “glossários” através dos quais se conhece o passado, seja ele escrito em qualquer que seja o tempo em que é analisado.

São, ainda, fontes inesgotáveis, intemporais, de interpretações, dependentes dos objetivos dos investigadores e dos seus contextos e interesses de investigação.

A utilidade destes fundos, geralmente compostos por fontes primárias, está em servir a investigação, fornecendo material para a produção de conhecimento, pois são os factos do que da Memória social fica e que construiu a Identidade coletiva.

Porque a memória é composta de lembranças que o indivíduo e a sociedade expressam nos documentos, os testemunhos que permitem a escrita da História assente em factos. Um documento oficial é a prova do que a sociedade legitimou para a vida em comunidade. Um documento pessoal testemunha as relações que se tecem na construção da sociedade e, por isso, é a sua memória, a sua intenção, a sua personalidade.

As fontes primárias documentais, se consideradas unicamente as encontradas em departamentos de órgãos públicos, estarão incompletas para a construção do conhecimento científico, porque os arquivos pessoais e particulares são testemunhos que tanto podem preencher lacunas informacionais existentes nos arquivos institucionais, como esclarecer a realidade na condução a novos entendimentos.

Se o investigador trabalhar somente com as fontes institucionais, e estando ele próprio determinado pelo contexto social em que vive, está a retratar somente o que a sociedade quiser, desejou e ditou como mensagem perpetuada, seja a leitura que faz, nesse

presente, do passado, seja a do próprio presente à luz do passado e, por isso, fica para o futuro, condicionando o sentido informacional da fonte.

Por outro lado, importa lembrar que os próprios documentos representam, sempre, uma visão parcial da realidade, dada pelo seu produtor - quer sejam institucionais (em especial, os representantes de uma comunidade) quer sejam pessoais -, que, depois, aliada a uma perspectiva determinada pelo investigador, mais limita a visão da realidade, não esquecendo, também, a baliza de aceitação do que importa lembrar como relevante que a sociedade impõe, sendo, por isto e neste sentido, a realidade que os documentos oficiais revelam como o resultado circunscrito ao entendimento determinado pela sociedade que os produziu.

Daí que seja muito importante trabalhar com fontes primárias, de fundos que podem ser considerados, nesta perspectiva, mais genuínos – os fundos pessoais e particulares -, e valorizando, em geral, este tipo de arquivos, pelo cruzamento de leituras que pode proporcionar, não restringindo o entendimento a um só tipo de raciocínio, mas investigando, comparativamente, em muitos fundos pessoais e em outros tantos arquivos institucionais.

O arquivo é, como a memória, um lugar de todos: “A necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o arquivo pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente. É o lugar de nostalgia e descoberta de nosso papel social” (Oliveira, 2009: 40).

Sendo estes dois tipos de fundos complementares na informação que podem prestar, importa referir que, mesmo obedecendo às mesmas normas de tratamento arquivístico, cada um deve ser analisado segundo a sua especificidade, e os arquivos pessoais não podem ser trabalhados segundo os mesmos critérios rígidos dos fundos institucionais devido à sua subjetividade.

Cabe ao investigador estudar-lhes o significado, analisar o que poderá ser válido para fazer a História, não esquecendo que ele próprio, enquanto investigador, é, também, reflexo da sociedade na qual se insere e que os significados passados podem ter mais sentidos do que aqueles que ele, no presente, relata ou que outros antes de si, já deixaram registado. O que hoje é válido poderá, no futuro, ser posto em causa.

O passado é sempre visto à luz de um presente.

O Arquivo é, conseqüentemente, um espaço que guarda o passado e que simultaneamente, dá significado, no presente, a esse passado, propiciando conhecimento. Este local que guarda o passado e é presente, é, também, futuro porque detém os documentos que a cada tempo serão reinterpretados – numa imutabilidade permanentemente disponível a novas leituras.

Arquivos pessoais e institucionais são matéria para a escrita da História porque a informação de uns e de outros cumpre o rigor científico da produção do conhecimento científico através da comparação, da crítica e do questionamento, capacitando a construção de novos trilhos de interpretação, ao mesmo tempo que podem esclarecer, também, as opções dos caminhos antes percorridos.

O conhecimento é, como se mostra, construído com base nas fontes, que são a memória e a identidade. São estes documentos a essência do Património Documental.

O Património Documental diz que a memória tem de ficar registada enquanto memória das populações do mundo, das tradições, e que cabe ao Estado reconhecê-las enquanto tal, sublinhando que nem só de memórias institucionais é feita a rememoração que constrói e identifica as comunidades.

Diz-nos a UNESCO que o Património Documental “*representa a memória da Humanidade mas é ameaçado e corre o risco de desaparecer para sempre*”⁵⁹. Continuando:

“O Programa Memória do Mundo foi criado pela UNESCO em 1992 com o objectivo de proteger e promover o património documental mundial através da conservação e do acesso aos documentos. A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, representando grande parte do património cultural mundial.”

(Programa Memória do Mundo/Portugal e a UNESCO)⁶⁰

⁵⁹ Portal Diplomático - Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/construir-sociedades-do-conhecimento/preservacao-da-informacao>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

⁶⁰ Portal Diplomático - delegação permanente de Portugal junto da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Programa Memória do Mundo. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.unesco.missaoportugal.mne.pt/pt/portugal-e-a-unesco/comunicacao-e-informacao/programa-memoria-do-mundo>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Os arquivos são, deste modo e ao mesmo tempo, lugares desabitados de vida passada, mas habitados de memórias. Estagnados de vivências físicas no presente, vivem através das dinâmicas que a investigação é capaz de lhes extrair, trazendo-os a uma nova vida, simbólica, mas, simultaneamente, permitindo-lhes, através das provas que deixaram, a rememoração.

Desta forma, o Arquivo reveste-se de grande importância – pela sua função de salvaguarda, valorização e divulgação dos legados -, como imprescindível é, por inerência, o trabalho do arquivista.

O tratamento dos documentos permite agilizar o trabalho do utilizador, particularmente o do investigador, possibilitando-lhe o acesso à informação para a escrita do conhecimento histórico-científico; garantindo, deste modo, que a representação da informação transmita não só um resumo dos conteúdos, mas, também, as relações contextuais e formais dos documentos.

Está nas mãos do arquivista - do seu trabalho -, a capacidade de facilitar e possibilitar a rentabilização da tarefa da investigação, através de uma representação da informação correta, precisa e abrangente, dada por descritores eficazes, sem que suprima o importante e sem que crie ruído informacional. É o resultado do seu trabalho que vai possibilitar dar, de imediato, um entendimento sumário do fundo, através da descrição, fornecendo uma leitura útil da vida funcional do produtor, respeitando, tanto quanto possível, o sentido da proveniência e o da origem do produtor do fundo - mesmo se já se tenha perdido já a ordem original do produtor.

Este trabalho reveste-se de grande peso pois o trabalho sobre o documento terá de refletir a contextualização da produção documental e a sua utilização, possibilitando a recriação da história do documento.

Esta tarefa só é possível se observado o princípio de que são os produtores dos arquivos que ditam, na sequência da estruturação com que reúnem e produzem os fundos, a organização dos documentos que produziram e acumularam, os contextos de produção e utilização e os fins para os quais os mesmos foram produzidos e reunidos. Com estas diretrizes reduz-se a discricionariedade dos arquivistas (induzindo erradamente o

investigador a crer estar perante documentos produzidos com um determinado fim e dentro de um certo contexto).

Ainda que o trabalho de arquivo assente na uniformidade de procedimentos, teóricos e técnicos, transversal no seu âmbito de atuação, é uma área do conhecimento caracterizada pela evidente interdisciplinaridade, inerente a qualquer ramo do conhecimento, e por isso o arquivista não pode ser especialista em todas as áreas.

Deste modo, os arquivistas têm de ser flexíveis às particularidades das distintas realidades documentais, na adoção dos modelos classificativos, não ficando subjugados à rigidez dos modelos teóricos de classificação no que respeita aos arquivos pessoais e particulares.

Assim, se por um lado o Arquivo e, conseqüentemente, o arquivista, é norteado pelas directrizes, por outro lado, são incontornáveis as adaptações que têm de ser observadas no tratamento arquivístico deste tipo de fundos.

Por isso se optou, no presente trabalho, por mostrar o carácter prático da arquivística, através do tratamento de alguns documentos do fundo dando a conhecer os procedimentos técnicos sobre os quais assenta o trabalho e os pressupostos teóricos que o suportam, bem como algumas problemáticas inerentes à abordagem arquivística própria deste tipo de fundos.

Ao conservar estes registos de memória e suportes de identidade, os Arquivos têm o dever e a função de divulgar a informação, sendo este o fim último da sua utilidade.

Assim, os registos documentais devem ser preservados, tratados, e estarem disponíveis e acessíveis, sempre que requisitados, ao utilizador. Independentemente da época em que a investigação ocorra – porque a herança cultural que evoca a memória é multifacetada e intemporal -, cada consulta é uma nova oportunidade de vida ao documento, na rememoração ou na constituição de novos olhares.

Desta forma, fornece-se, como dito, novas ocasiões de se escrever a História.

A relação da História com a Memória é dada pelo passado, pela representação do tempo, que através do documento se torna registo de rememoração, construtor da Identidade coletiva. Porque nunca é só a de um indivíduo, mas sim a do indivíduo inserido num contexto.

O trabalho sobre os factos aos quais são atribuídos significados pela sociedade, delega no Arquivo a função de manter viva a Memória.

Evitando o esquecimento, é o documento, como testemunho, que mantém a presença do passado pela necessidade da lembrança.

O documento é a expressão da memória e, deste modo, os arquivos, como detentores dessa memória, são o suporte da Identidade da coletividade. Desta forma, a ligação entre Arquivo e História é indissociável, através dos seus fundos e da sua função, assim como é inseparável a relação entre Arquivo, História, a Memória e a Identidade.

São os documentos que constroem a memória, que constituem o património documental.

Este tem por base os arquivos, que são os guardiães dos testemunhos - as bases para a construção da História. Os documentos são as fontes que refletem a memória da sociedade, a representação da sua identidade coletiva.

Diz Certeau, a propósito, que os arquivos:

“[...] compõem o mundo do jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; [...] o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explícita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer.”

(Certeau, 1982: 20)

Na realidade, não é possível que os arquivos públicos recebam todos os fundos pessoais existentes, e mais especificamente aqueles que, a um primeiro relance, pareçam não ter qualquer tipo de interesse para a história coletiva.

Mas revela-se de grande importância existir políticas de salvaguarda, a nível local e regional, e entidades que os guardem ou, pelo menos, que fomentem a sua guarda, porque um dia eles poderão ser chamados a testemunhar investigações ainda não encetadas, esclarecendo lacunas, acrescentando pontos, sendo voz de provas até então emudecidas.

Não podendo pretender que todos os fundos sejam guardados, insiste-se que a sua não salvaguarda pode levá-los à perda irremediável, podendo desaparecer registos de tradições, regastes de memórias, usos de linguagem, intenções de vidas particulares próprias de tempo e de um espaço ou, dito de outra forma, testemunhos da Memória e da identidade de um povo – que se compõe do seu carácter local, regional e individual, de que se constitui a memória nacional.

O presente trabalho procurou demonstrar os laços por onde se estreitam as relações entre documento, História, Memória e Património Documental, materializados através do Arquivo, visando a valorização dos fundos pessoais e particulares, ilustrados no fundo histórico de Tomé José de Barros Queirós.

No *estudo de caso* apresentado, em que o produtor do fundo tem a particularidade de ter sido um político que, entre outros cargos que assumiu foi Presidente do Conselho, ou como hoje se designa, Primeiro-Ministro - contribuindo, o fundo, para a História política – ao lado do cidadão Tomé José de Barros Queirós – contribuindo, o fundo, para uma história da vida privada -, no serviço ao conhecimento do passado de uma sociedade (e ao quanto cada presente deve ao passado), destacando-se por atento a essa encruzilhada.

Destacou-se, ainda, nestas páginas, as particularidades da arquivística ditadas por um fundo pessoal e particular – ilustrado no catálogo anexado.

Visou, ainda, chamar a atenção para a importância do tratamento dos fundos, nomeadamente no que diz respeito à descrição da informação de forma eficaz para uma útil recuperação da informação, com vista à sua divulgação e acesso aos conteúdos, com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimento científico, exemplificando, através da construção do Catálogo, como este pode ser um meio para atingir o fim pretendido.

Pretendeu-se, também, dar a conhecer este fundo inédito, rico de fontes primárias, originais e genuínas – mesmo contendo documentos oficiais, onde a intenção da sua conservação e guarda, por parte do produtor, não foi a intenção que subjaz a um arquivo institucional -, como potencial para a construção de conhecimento científico, como exemplo de outros que poderão existirão, chamando à importância o valor que estes fundos podem representar e, por isso mesmo, reforçar a aposta na divulgação junto dos particulares

que detenham fundos que os entreguem à guarda ou que sejam orientados para a sua preservação.

Este *estudo de caso* só foi possível pela oportunidade de ter em mãos o fundo de Tomé José de Barros Queirós – o produtor do fundo e das vivências atestadas nos registos que o compõem -, preservado pela família, à qual fiquei ligada desde há 30 anos a esta parte. Desde essa altura que Cristina e o seu filho, Miguel, neta e bisneto, respectivamente, de TJBQ, em parceria comigo, fomos desfazendo as diversas casas e reunindo os diversos fundos aquando do falecimento dos familiares mais directos, nomeadamente o pai e avô de Cristina e Miguel, respectivamente, Vasco de Barros Queirós e, posteriormente, o da sua segunda mulher, Lucinda Atalaya. É um fundo grande que, não fosse a insistência da guarda de que sempre cuidei, seria mais um daqueles fundos que se perderiam, destinados ao lixo, porque o tempo não se condói se não com quem olha para os papéis que já perderam a sua utilidade funcional, mas que continuam a conter a função de poder contar histórias, testemunhar eventos, e serem portadores de vestígios que possam ser vislumbrados como importantes fontes de se pode servir a investigação para a (re)escrita da História.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

- AGOSTINHO, Santo - **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 11a ed. Porto: Apostolado da Imprensa., 1984.
- BAPTISTA, Jacinto - **O 5 de Outubro**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.
- BELLOTTO, H. L. - **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 477 p.
- BOURDIEU, Pierre - **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOSI, Ecléa - **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, P. - **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.
- CABRAL, Manuel Villaverde - **Portugal na alvorada do século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- CANDAU, Joël - **Antropologia da memória**. Trad. Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget (Epistemologia e Sociedade, 271), 2013.
- CAMACHO, Brito - **Nas horas calmas**. Lisboa: Guimarães & Cia., 1920.
- CATROGA, Fernando - **O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- CHOAY, Françoise - **A Alegoria do Património Cultural**. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições, 2000.
- COELHO, António Macieira - **“1890-1990 – Congresso - A Vida da República Portuguesa, Vol. II**, 1995, p. 676.
- COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO A VIDA DA REPÚBLICA PORTUGUESA: 1890-1990 - 1890-1990, Congresso A Vida da República Portuguesa**. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.
- CONNERTON, Paul - **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 2ª ed., 1999.
- DERRIDA, Jacques (1930) - **Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana**. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Conexões 11, 2001.

- DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1996.
- ESCOBEDO, Joana - **Los Caminos de la Memoria: Archivos Personales**, in **Seminario de Archivos Personales**, Madrid - 26 a 28 de mayo de 2004, Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, pp. 55-79.
- FERREIRA, José Medeiros - **A República Corrigida e Aumentada**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga - **Manual de archivos familiares**. Madrid, ANABAD, 1993.
- GINZBURG, Carl, (1939) - **O queijo e os vermes o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso, S. Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu - **Arquivos de Família: Organização e Descrição**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. 4º vol.** Lisboa, Rio de Janeiro, 195-.
- HALBWACHS, Maurice - **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou, 2ª ed. São Paulo, Centauro, 2013.
- HEREDIA HERRERA, Antonia - **Lenguaje y vocabulário archivísticos: algo más que un diccionario**. Andalucía, Consejería de Cultura, Sevilla, 2011.
- HEYMANN, L. Q. - **O Lugar do Arquivo: A Construção do Legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, Contra Capa, FAPERJ, 2012.
- LIMA, Magalhães - **Episódios da minha vida: memórias. vol. 1 e 2**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, s/d.
- MAUAD, Ana Maria - **Fotografia e História, possibilidades de análise**. In: CIAVATTA M, ALVES Nilda. (org.) - **A leitura de imagens na pesquisa social. História, comunicação e educação**. São Paulo, Cortez, 2004.
- MARTINS, Hermínio - **Classe, status e poder**. Lisboa: I.C.S., 1998.
- MATTOSO, José (dir.), **História de Portugal. Vol. XII**, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7- Norma Portuguesa 4041 2005: Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos. Lisboa: IPQ, 2005.

QUEIROZ, Vasco de Barros - **A República de 5 de outubro de 1910 a maio de 1926, e a ação política de Thomé José de Barros Queiroz.** Posfácio de João Medina. Lisboa: Editorial Eva, Lda., 579 pp., Ilustrado, 1985.

RIBEIRO, Fernanda– **Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades.** Maria de Lurdes Rosa (org.) - **Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro.** Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais, 2012, pp. 46-58.

ROUSSEAU, J. e COUTURE, C. - **Os fundamentos da disciplina Arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt - **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Publicações Oficiais

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Património Cultural Português. Lei Número: 13/85 de 6 de Julho. Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06. Lei. pp. 1865 – 1874. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/182874/details/maximized?search=Pesquisar&sortOrder=ASC&tipo=%22Lei%22&types=SERIEI&numero=13%2F85>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Art. 26, ponto 1 Outros direitos pessoais, o direito à imagem e à intimidade da vida privada e familiar. Título III Direitos, Liberdades e Garantias Capítulo I Direitos, liberdades e garantias pessoais. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019]. Pág. 28.

DECRETO-LEI n.º 16 de Janeiro de 1993. Diário da República nº 19, Série I, pp. 264-270.

_____ n.º 47344. Legislação Consolidada. Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25, Secção II Direitos de personalidade. Código Civil. Artigo 71.º (Ofensa a pessoas já falecidas) Artigo 71. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/106487514/201703171158/73407124/diploma/indice>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A. Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título I, Âmbito de aplicação e princípios Artigo 6º Património arquivísticos protegido. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>> é alterado pela Lei 14/84 de 11 de Maio. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/255733>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____. **Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 16º Incorporações.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____. **Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 8º Órgão de gestão.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____. **Decreto-Lei n.º 16, de 23 de janeiro de 1993 O Título III, Gestão nacional dos arquivos Capítulo I Gestão Artigo 12º Relação dos arquivos privados com o órgão de gestão.** [Em linha] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/a/584709>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

PGDL PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE LISBOA. MINISTÉRIO PÚBLICO. Art. 3º Definições - [revogado - Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto]. Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro Lei da Protecção de Dados Pessoais (versão actualizada) Capítulo I Disposições gerais. [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=156&tabela=leis>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

Publicações Periódicas

PEIXOTO, P. A. - **Perspectivas para o futuro dos Arquivos de Família em Portugal**.
Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação. Lisboa. Cadernos BAD, 2002.

Webgrafia

ALVES, Daniel, MAJOR. Daniela, **IHC - Galeria dos Presidentes da União de Associações do Comércio e Serviços (1870-2016)**, Lisboa, UACS, Maio de 2016. [Em linha] Disponível em: <URL:

[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3124915/IHC Daniel Alves e Daniela Major Galeria dos Presidentes da Uni o de Associa es do Com rcio e Servi os.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3124915/IHC_Daniel_Alves_e_Daniela_Major_Galeria_dos_Presidentes_da_Uni_o_de_Associa_es_do_Com_rcio_e_Servi_os.pdf) >.

[Consult. em 10 de abril de 2019].

ABM - Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira - **Retrato de Eduardo da Rocha Sarsfield (meio corpo)**. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/viewer?id=773824&FileID=2454646> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PRIVADOS (APAHP). [Em linha] Disponível em: <URL:

<http://arquivohistoricosprivados.pt/index.php/quem-somos/> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde, BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, INCITE – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica. CÓDIGO DE ÉTICA. Adoptado a 25 de Junho de 1999 pelas três Associações. [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CASA MUSEU EGAS MONIZ. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.casamuseuegasmoniz.com/seccao.php?s=biografia> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

BREVE BIOGRAFIA DE MANUEL MONTEIRO. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://175anosbpb.pt/bpbuminho/wp-content/uploads/2016/09/Breve-Biografia-de-Manuel-Monteiro.pdf> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CERTEAU, Michel de - **A Escrita da História.** Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rev. Téc.: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.passeidireto.com/arquivo/63790444/a-escrita-da-historia-pdf-rev> >. [Consult. 10 de abril de 2019].

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.; 30 cm. – (Publicações Técnicas; no 50) Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003. [Em linha] Disponível em: <URL: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

COOK, Terry – **O espaço do Arquivo, Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno.** In **Estudos Históricos** – 21, 1998, p. 142. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://pt.scribd.com/document/90838709/TERRY-COOK-Arquivos-Pessoais-e-rquivos> >. [Consult. 10 de abril de 2019].

CT7 (/B.N.), NORMA PORTUGUESA (1992), NP 403, Documentação, Tesouros monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://ancacid.yolasite.com/resources/NP4036%20-%20p.1-16.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

CT7 IPQ, NORMA PORTUGUESA, (1989). NP 3715, Documentação, Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://ancacid.yolasite.com/resources/NP3715.pdf> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS. Programa de normalização da descrição em arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo– Orientações

para a Descrição Arquivística. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>>. [Consult. em de 10 de abril de 2019].

_____. **PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – Orientações para a descrição arquivística.** 2.ª v. Lisboa:

DGLAB-Direção Geral do Livros, dos Arquivos e Bibliotecas. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/?s=ISAD%28G%29>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

DGARQ, 2007. 325 p. [Em linha] Disponível em: <URL: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

DURANTI, Luciana – **Registos documentais contemporâneos como provas de acção.** In **Revista Estudos Históricas.** Vol. 7, n.º 13, 1994, p. 49-64. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

FEBVRE, Lucien - **Prefácio a Charles Morazé, *Trois essais sur Histoire et Culture*, A. Colin, Cahiers des Annales,** 1948, p. viii [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.centre-charles-moraze.msh-paris.fr/IMG/pdf/moz2-1.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

FOUCAULT, Michel - **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, Col. Campo Teórico, 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.passeidireto.com/arquivo/52184663/a-arqueologia-do-saber-michel-foucault>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____, Michel - **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 2010ª. [Em linha]. Disponível em: <URL: https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=+Microf%C3%ADsica+do+poder&author=FOUCAULT+M.&publication_year=2010>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado – **Os Documentos Pessoais no Espaço Público.** In **Estudos Históricas** – 21, 1998, pp. 175-187. [Em linha]. Disponível

em: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2070/1209> >.
[Consult. em 10 de abril de 2019].

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira - **Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra: ponto de partida para questões e reflexões**. In **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Volume XXX**, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/42790> >.
[Consult. em 10 de abril de 2019].

_____ – **Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: o fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra**. Coimbra: [s.n.]. Dissertação de mestrado, 2014. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/28142> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

GUIMARÃES, Paulo Mesquita – **Particularidades Técnicas Subjacentes, Arquivos de família e pessoais: bases teóricometodológicas para uma abordagem científica**. In **Seminário sobre arquivos de família e pessoais**. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1997. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://hdl.handle.net/10216/52233> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

HARTOG, François – **Tempo e História: Como escrever a História da França hoje?**. Trad. Ana Cláudia Fonseca Brefe. In **História Social**. Campinas, SP, N° 3, 1996, pp. 127-154. [Em linha]. Disponível em: <URL: <file:///E:/UAB/89-216-1-PB%20Hartog.pdf> >.
[Consult. em 10 de abril de 2019].

HEMEROTECA DIGITAL – **Efemérides**. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/IGuerraMundial/IGuerraMundial_jornaiserevistas_3bACapital.htm >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

HEMEROTECA DIGITAL. **O novo ministério**. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1906/N987/N987_master/N987.pdf >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

HEYMANN, Luciana Quillet – **Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller**. Estudos Históricos, 1997. [Em linha].

Disponível em: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2041/1180> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

ICA The International Council on Archives. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.ica.org/es/records-context-modelo-conceptual> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL AUTHORITY RECORD FOR CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.iso.org/iso/home.html> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.- 97 p.; 30 cm. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/isadg.pdf> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

ISO 2788: 1986, Documentação - Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/standard/7776.html> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____ **5963: 1985, Documentação - Métodos para examinar documentos, determinar seus assuntos e seleccionar termos de indexação**. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/standard/12158.html> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

LAGE, Maria Otília Pereira Lage - **Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios**. Colecção Cadernos NEPS 4, Edição: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 2002, pp. 12-16. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.PT/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

LE GOFF, Jacques (1924) - **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão ... [et al.], Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. [Em linha]. Disponível em: <URL:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4131021/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

LIMA, Luís Fernando Horta - **Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, área de especialização em Arquivística, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, outubro 2015. [Em Linha]. Disponível em: <URL: https://run.unl.pt/bitstream/10362/17163/1/DISSERT_LUISFHLIMA_2015.pdf >.[Consult. em 10 de abril de 2019].

LOWENTHAL, David - **Como conhecemos o passado**. Trad. Lúcia Haddad. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 17, set. 2012. [Em Linha]. Disponível em: <URL: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11110/8154> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

McKEMMISH, S. - **Evidence of Me... Archives and Manuscripts**, in **The Australian Library Journal**, v. 45, 1996. [Em Linha]. Disponível em: <URL: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00049670.1996.10755757?needAccess=true> >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

MENDO CARMONA, Concepción - **Consideraciones sobre el método en Archivística, A reflection on archival science methodology**. In **Documenta & Instrumenta**, 1, Universidad Complutense de Madrid, 2004, pp. 35-46. [Em Linha]. Disponível em: <URL: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrE1xnDZsIfmZQA_5RXNyoA;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZANBMDYxNV8xBHNlYwNzcg--/RV=2/RE=1607063363/RO=10/RU=https%3a%2f%2fdialnet.unirioja.es%2fdescarga%2farticulo%2f859255.pdf/RK=2/RS=YheJsRjnKnc.zzLc6QPZqvukVuY- >. [Consult. em 10 de abril de 2019].

MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. [Em linha] Disponível em: <URL: http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=26>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

NUNES, Henrique Barreto. Biblioteca Pública de Braga – **Universidade do Minho** [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://175anosbpb.pt/bpbuminho/wp-content/uploads/2016/09/Breve-Biografia-de-Manuel-Monteiro.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

NORA, Pierre - **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. São Paulo. Projeto História, n.10, dez., 1993. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

OLIVEIRA, E. B. - **O(s) conceito(s) de memória na bibliografia arquivística e nas práticas profissionais institucionalizadas no Brasil**, 2009. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.asocarchi.cl/DOCS/64.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de – **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2009. Tese de Mestrado. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2708/CPDOC2009IsabelCristinaBorgesdeOliveira.pdf?sequence=1>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de - **Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. Programa de Iniciação Científica (PIC), 2010/12, 14 p. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56256>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

OTLET, Paul – **Documentos e Documentação**. In **Congresso de Documentação Universal**, Paris. 1937. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/#1>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

PARLAMENTO. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/v/vilhena_ernesto_jardim_de.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

POLITIPEDIA. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/governo-de-tome-de-barros-queiros-1921/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/monteiro-manuel-joaquim-rodrigues-1879-1952/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/vilhena-ernesto-jardim-de-1876-1967/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

POLITIPEDIA. [Em linha] Disponível em: <URL: <http://www.politipedia.pt/governo-de-joao-chagas-jose-de-castro-1915/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019]

POLLAK, Michael - **Memória, esquecimento, silêncio.** In **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun., 1989, p. 3-15. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____ - **Memória e identidade social.** In **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jun., 1992, p. 200-212. [Em linha]. Disponível em: <URL: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

POPULAR STANDARDS ISO 3166 COUNTRY CODES, The International Standard for country codes and codes for their subdivisions. [Em linha] Disponível em: <URL: <https://www.iso.org/iso-3166-country-codes.html>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

PORTAL DIPLOMÁTICO - Comissão Nacional da UNESCO - Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/construir-sociedades-do-conhecimento/preservacao-da-informacao>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____ - **Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Programa Memória do Mundo.** [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.unesco.missaoportugal.mne.pt/pt/portugal-e-a-unesco/comunicacao-e-informacao/programa-memoria-do-mundo>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

PRESIDÊNCIA da REPÚBLICA. Teixeira Gomes. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=31>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

REPÚBLICA E LAICIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://www.laicidade.org/documentacao/historia/figuras-da-primeira-republica-afonso-costa/>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

RIBEIRO, Fernanda - **Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10721/2/2811APCC01PFERNANDARIBEIRO000068234.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

_____ – **O acesso à informação nos arquivos**. 1998. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://repositorioaberto.up.PT-bitstream/10216/7058/4/fribeirovol02000061437.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

RICOUER, Paul (1913) - **Memória, história, esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007. [Em linha]. Disponível em: <URL: http://www.uc.PT-fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

RODRIGUES, Abel – **Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos**. In **Actas I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivos Privados de Pessoas e Famílias. Unha ollada á Fundación Penzol**. Galiza: FOG, 2018, Separata pp. 31-50. [Em linha]. Disponível em: <URL: https://www.academia.edu/36202341/Os_arquivos_pessoais_e_familiares_em_Portugal_uma_reflex%C3%A3o_cr%C3%ADtica_dos_%C3%BAltimos_vinte_anos>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

RODRIGUES, José. **Flickr**. [Em linha]. Disponível em: <URL: <https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/27130347560>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

SILVA, Armando Malheiro da – **Arquivos Familiares e Pessoais: Bases Científicas para a aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo**. In **Revista Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. I Série, vol. 3., 2004, p. 55-84. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://ler.letras.up.PT-uploads/ficheiros/4083.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

SIMÕES, Maria da Graça, FREITAS, M. Cristina V. de – **A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência**. In **PontodeAcesso. Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFB**. Vol. 7, n.º 1,

2013, p. 81-115. [Em Linha]. Disponível em: <URL: http://dspace.uevora.PT-rdpc/bitstream/10174/11833/1/Simoes_Freitas_PA_2013.pdf>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

UNIVERSIDADE DO PORTO. Memória Universidade do Porto. Antigos Estudantes Ilustres Universidade do Porto: Manuel Teixeira Gomes. [Em linha]. Disponível em: <URL:

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20manuel%20teixeira%20gomes>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

VIDAL, Alexandra Maria da Silva - **O Arquivo Pessoal do Escritor Alberto Mário de Sousa Costa (1879-1961): Catálogo da correspondência - Volume I.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, Universidade Fernando Pessoa, PORTO, 2011. [Em Linha]. Disponível em: <URL: <https://bdigital.ufp.PT-bitstream/10284/3822/1/Tese%20Final%20-%2020824.pdf>>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

WIKIPEDIA - **Ernesto Diesel Schroter.** [Em linha]. Disponível em: <URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Diesel_Schr%C3%B6ter>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

WIKIPEDIA - **Lista de ministros das Finanças de Portugal.** [Em linha]. Disponível em: <URL:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ministros_das_Finan%C3%A7as_de_Portugal>. [Consult. em 10 de abril de 2019].

ANEXO

CATÁLOGO

DO FUNDO TOMÉ JOSÉ DE BARROS QUEIRÓS (1872-1926)

Catálogo do *Fundo Tomé José de Barros Queirós (1872-1926)*

Código de referência	PT-TJBQ
Título	Tomé José de Barros Queirós
Datas	1889-1/9/1925
Nível de descrição	<u>Fundo</u>
Dimensão e suporte	1 dossier, 34 documentos, 6 fotografias, 13 cartas, 2 postais, 3 recortes de imprensa, 3 periódicos, 5 documentos diversos e 2 bibliografias
Nome do Produtor	Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo	Contém documentação produzida e acumulada por Tomé José de Barros Queirós durante a sua vida
Idioma	Português. Francês e Espanhol
Data da descrição	Descrição elaborada a 10 de abril de 2019
Descritores auxiliares	Primeira, 1ª, I, República portuguesa – Portugal – X, 10º, décimo - XXX, 30º, trigésimo - Governos republicanos – ministro das Finanças, das Colónias, da Instrução Pública (Educação), do Trabalho e da Previdência Social (Segurança Social), da Agricultura, Presidente do Ministério (Primeiro-Ministro) – Parlamentar – Maçonaria – Bibliografia do Autor – Finais Século XIX, 19 – primeira década do século XX, 20 – político – Fiscalidade – Presidentes da República João Chagas, António José de Almeida (Não se acrescentam mais informação/descriptores sobre as personalidades retratadas e sobre os documentos porque a mesma se encontra no ponto 4.7. deste trabalho, inserida, paralelamente, com a transcrição dos conteúdos manuscritos dos documentos).

Código de referência PT-TJBQ/VPF
Título Vida Pessoal e Familiar
Datas 1889-1/9/1925
Nível de descrição Secção
Dimensão e suporte 3 fotografias, positivos, sépia e p/b, 5 doc. diversos, 5 cartas, 2 postais, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém fotografias, correspondência e documentos pessoais da vida pessoal e familiar de Tomé José de Barros Queirós.

Código de referência PT-TJBQ/VPF/F
Título Fotografias
Datas 1889-18/10/1912
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 3 fotografias, positivo, papel, sépia e p/b
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém fotografia originais da vida pessoal de Tomé José de Barros Queirós, de diferentes períodos.

Documento 1

Código de referência PT-TJBQ/VPF/F/01
Título Fotografia de Tomé José de Barros Queirós
Datas 1889
Nível de descrição Documentos Simples
Dimensão e suporte 1 fotografia, positivo, papel cartonado, sépia, 9,5x6,5
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Fotografia original, com nota anexa: "*Thomé José de Barros Queiroz, aos 17 anos*".
Notas Bom estado de conservação.



Documento 2

Código de referência PT-TJBQ/VPF/F/02

Título Fotografia de Tomé José de Barros Queirós

Datas 19/11/1905 [19 de novembro de 1905]

Nível de descrição Documento simples

Dimensão e suporte 1 fotografia, positivo, papel cartonado, sépia, 16,5x11

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Fotografia original. No canto esquerdo a inscrição manuscrita a tinta preta de caneta: “*Ao seu grande querido e bom amigo Raphael de Peixinho com o forte abraço da minha estima e consideração, off [oferta] do seu velho amigo T Barros Queiroz*”.

Notas Bom estado de conservação. Algumas letras manuscritas quase ilegíveis. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. Raphael de Peixinho foi, na altura, um famoso bandarilheiro e toureiro de então. Transcrição da responsabilidade da autora. Desconhece-se a razão pela qual a fotografia está no fundo – não terá sido enviada?



Documento 3

- Código de referência** PT-TJBQ/VPF/F/03
Título Fotografia de Tomé José Barros Queirós
Datas 18/10/1912 [18 de outubro de 1912]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 fotografia, positivo, papel cartonado, p/b, 23x15
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Fotografia original. No centro, abaixo da imagem, Tomé José de Barros Queirós escreve a tinta preta de caneta: “*Ao seu amigo José Themudo. Com um grande abraço. TBarros Queiroz, 18/10/1912*”.
- Notas** Bom estado de conservação. Manchas sobre a inscrição manuscrita. Algumas letras manuscritas quase ilegíveis. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. A moldura tem a inscrição, no lado esquerdo: “*Phot. Nacional*”. Ao centro “*Lembrança do Gerez [Gerês]*”. No lado direito, “*F. G. Marques*”. Transcrição da responsabilidade da autora. Desconhece-se a razão pela qual a fotografia está no fundo – não terá sido enviada?



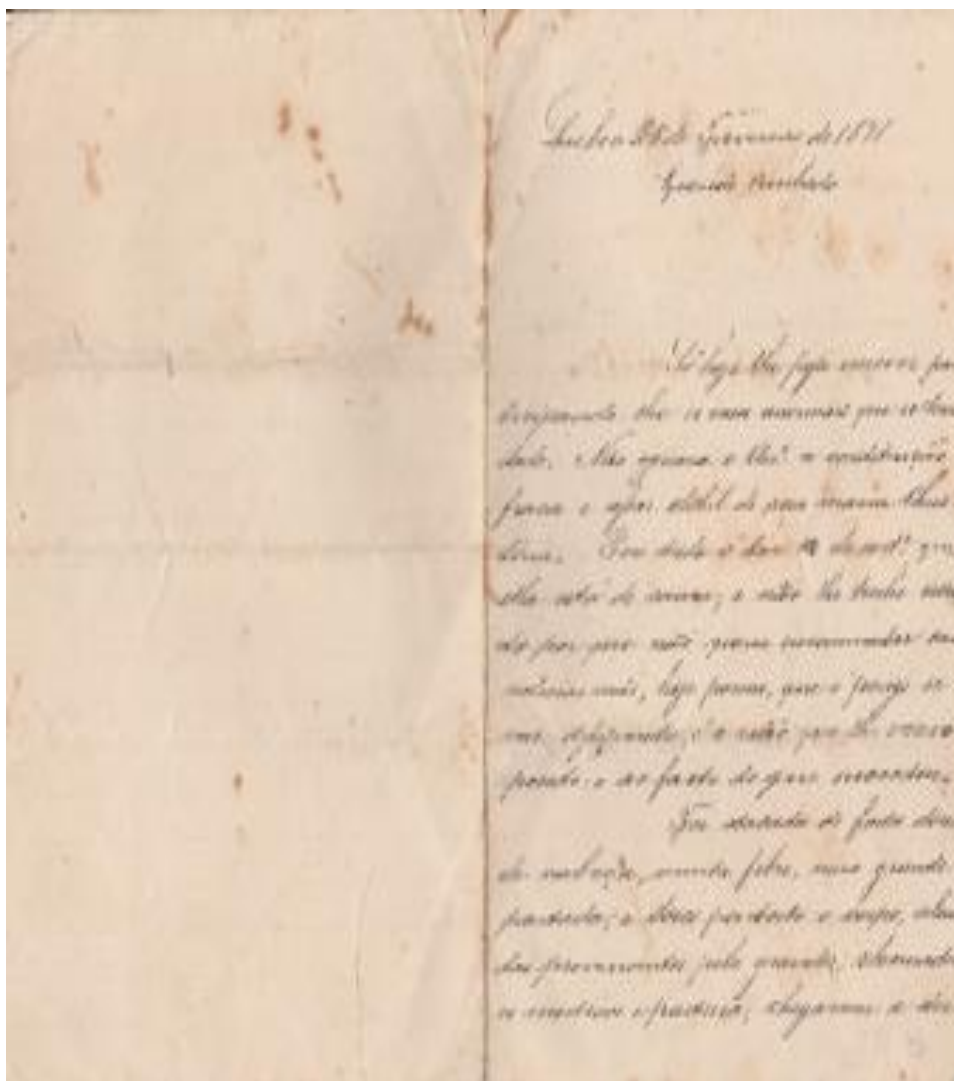
Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER
Título Correspondência Emitida e Recebida
Datas 25/02/1891-1921
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 4 cartas, 2 postais, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém correspondência pessoal de Tomé José de Barros Queirós.

Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER/CE
Título Correspondência Emitida
Datas 25/02/1891-7/9/1912
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 2 postais, 1 carta, manuscritos, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém correspondência pessoal emitida por Tomé José de Barros Queirós.

Documento 4

Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER/CE/01
Título Carta a João Fernandes
Datas 25 de fevereiro 1891 [25/02/1891]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 carta, papel, A5, 2 fl.
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Carta ao cunhado mostrando preocupação com estado de saúde da sua mulher, Chistina [Cristina], e irmã daquele (original).
Notas Razoável. Rasgo na segunda folha. Sinais de oxidação nas 2 fl. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

(Frente)



Documento 5

- Código de referência** PT-TJBQ/VPF/CER/CE/02
Título Postal a Christina [Cristina]Fernandes Barros Queiroz
Datas 11/9/1901 [11 de setembro de 1901]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 postal, papel cartonado, sépia, 13,5x8,5
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Postal com inscrição: “*Un paso de pecho*”. Abaixo: “*Corrida de Toros. 323, Mauser y Menet. Madrid*”. Barros Queirós escreve sobre a cidade, dos festejos e da sua saúde. Despede-se com afeto da mulher, enviando um abraço aos filhos Daniel (também chamado de Garibaldi), Amílcar e Vasco de Barros Queiroz (original).
Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



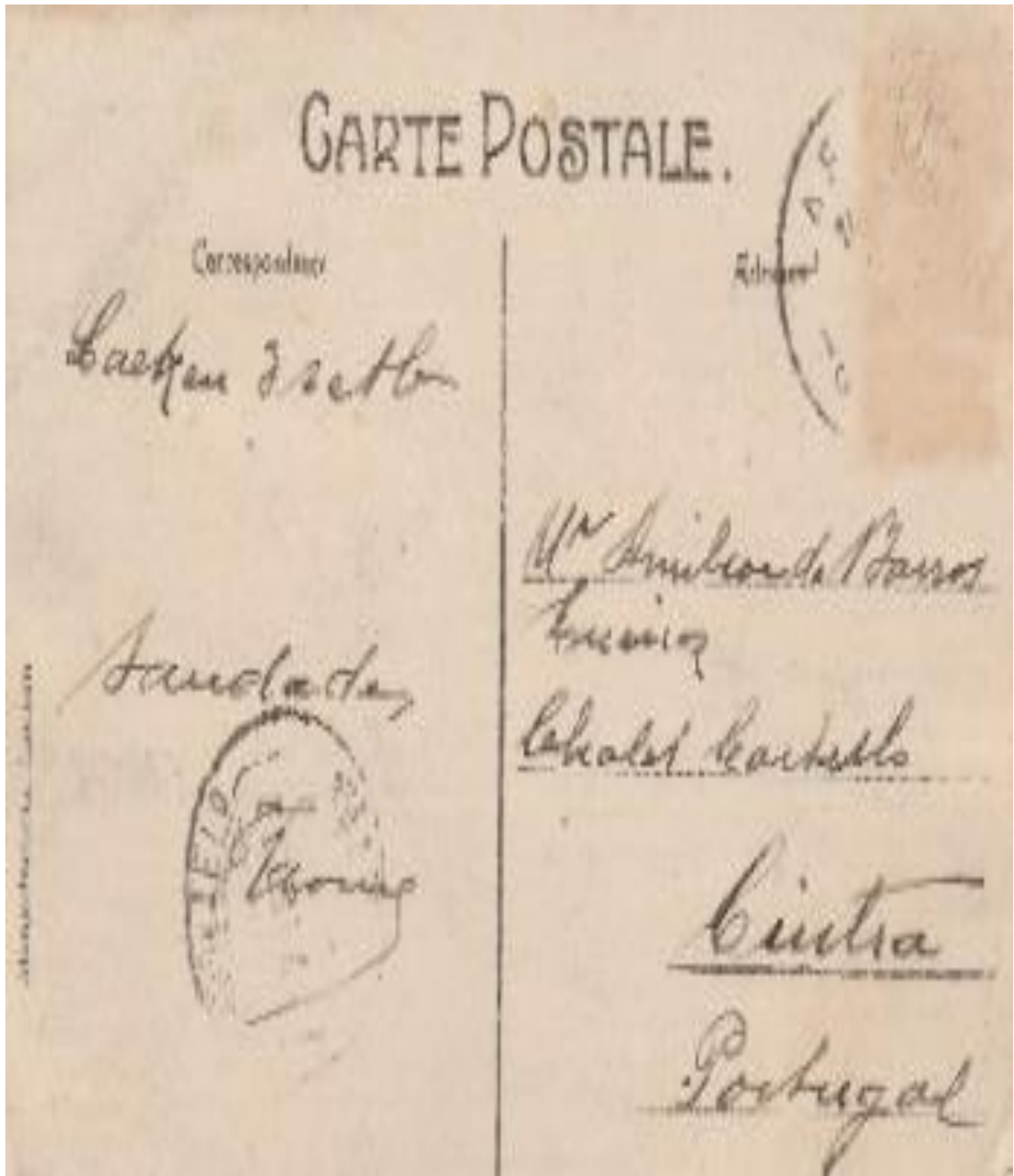
Documento 6

- Código de referência** PT-TJBQ/VPF/CER/CE/03
Título Postal a Amílcar de Barros Queiroz
Datas 3/9/1912-7/9/1912 [3 de setembro de 1912-7 de setembro de 1912]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 postal, papel cartonado, p/b, 13,5x8,5
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Postal com inscrição: “*Laeked. Le Château Royal*”. Tomé José de Barros Queirós escreve no verso: “*Laeked, 3 setb. Saudades. Thomê*” (original). É dirigido ao filho Amílcar.
Notas Bom estado de conservação. Foi-lhe retirado o selo de correio. Carimbo com data de 7/9/1912. Imagem: um palácio [tradução de castelo, do francês]. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

(Frente)



(Verso)



Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER/CR
Título Correspondência Recebida
Datas 23/12/1917-1921
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 cartas, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Correspondência pessoal endereçada a Tomé José de Barros Queirós.

Documento 7

Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER/CR/01

Título Carta de Egas Moniz

Datas 23/12/1917 [23 de dezembro de 1917]

Nível de descrição Documento Simples

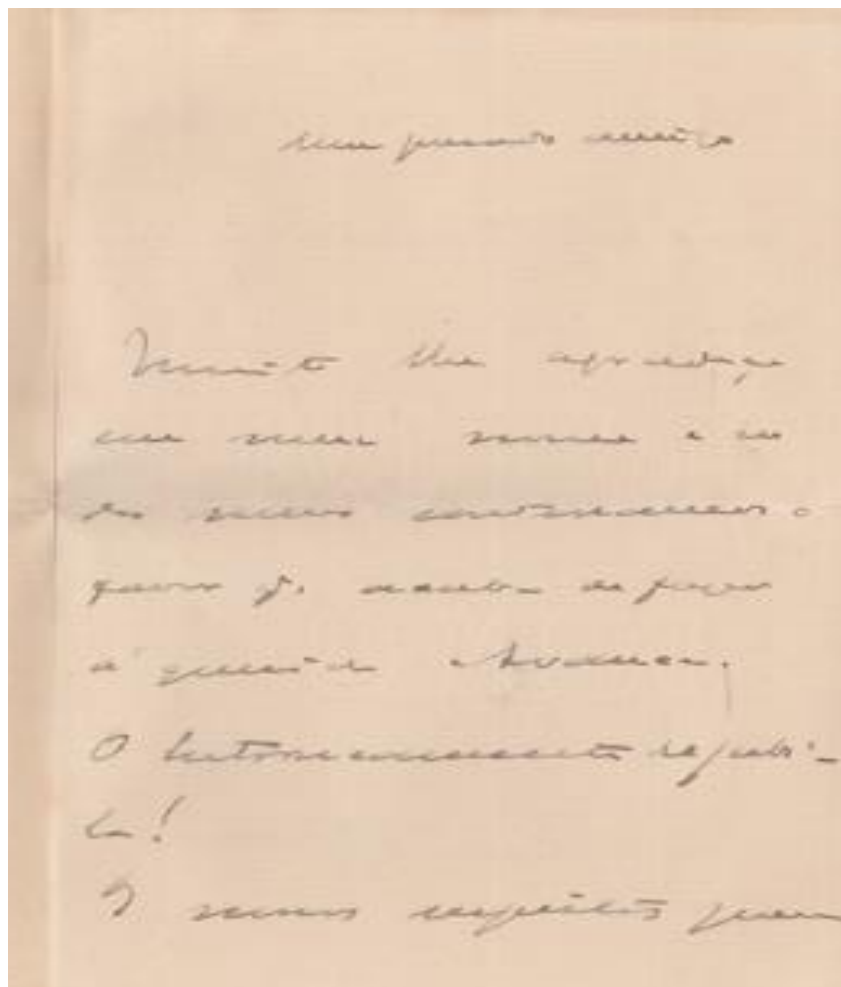
Dimensão e suporte 1 carta, papel, A5, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Carta manuscrita (original), de Egas Moniz, s agradecer favor a Tomé José de Barros Queirós.

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. [António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, além de médico, foi também político; nesta data exercia o cargo de Embaixador de Portugal em Madrid, no governo de Sidónio Pais]

(Frente)



(Verso)

See - ed. - before - a - see
see
see - ed. - see
1 - see - ed.
23. 211. 17
Elyse Brown

Documento 8

Código de referência PT-TJBQ/VPF/CER/CR/02

Título Carta de Ernesto de Vilhena

Datas 22/9/1920 [22 de setembro de 1920]

Nível de descrição Documento Simples

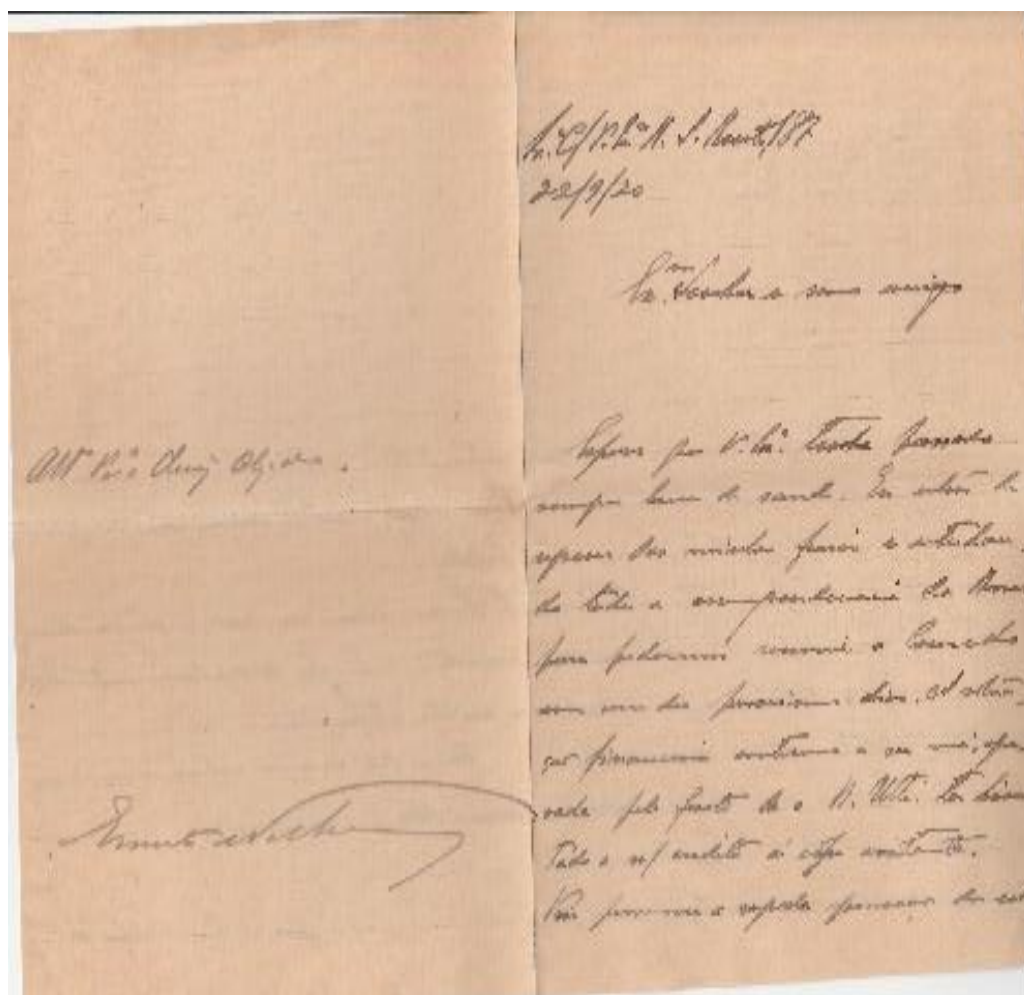
Dimensão e suporte 1 carta, papel, A5, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Carta manuscrita de Ernesto de Vilhena, pedindo favor a Tomé José de Barros Queirós (original).

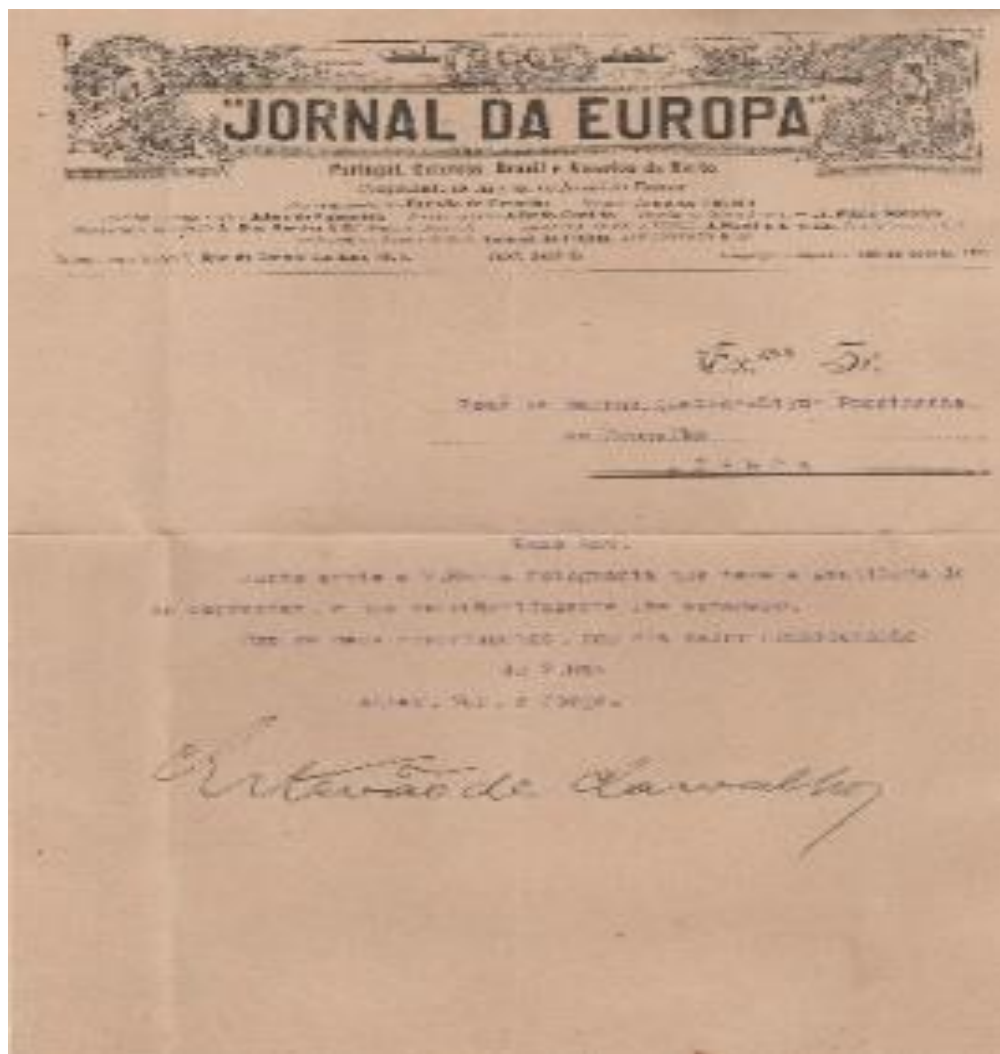
Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. [Ernesto Jardim de Vilhena foi um político da Primeira República que exerceu diversos cargos, entre eles o de ministro das Colónias e o de ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1910–1926].

(Frente)



Documento 9

- Código de referência** PT-TJBQ/VPF/CER/CR/03
Título Carta de Estevão de Carvalho
Datas 1921
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 carta, papel, A4, 1fl.
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Carta impressa, datilografada. Estevão de Carvalho, diretor do “*Jornal da Europa*”, endereça a carta a Tomé José de Barros Queirós - Presidente do Conselho - dando conta de que lhe devolve a fotografia que aquele lhe emprestara. Carta s/d mas atribuída a 1921 por ter sido o ano em que Tomé José de Barros Queirós exerceu este cargo (original).
Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP
Título Documentos Pessoais
Datas 29/04/1915-1/9/1925
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 6 documentos, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém documentos produzidos e acumulados de Tomé José de Barros Queirós no âmbito da sua vida pessoal.

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/DM
Título Documentos da Maçonaria
Datas 29/04/1915-1/9/1925
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 documentos, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém documentos de Tomé José de Barros Queirós na sua ligação à Maçonaria, no âmbito da sua vida pessoal.

Documento 10

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/DM/01
Título Livre Trânsito maçom de Tomé José de Barros Queirós
Datas 29/04/1915 [29 de abril de 1915]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte Papel, 2 fl., 33,5x22
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Livre Trânsito (fr. e verso) conferido a Tomé José de Barros Queirós, Grau de Companheiro maçom, para assistir a sessões de outras Lojas e Ordens maçónicas (original).
Notas Bom estado de conservação. Sinais de oxidação. Vestígios de fita-cola descolada pela ação do tempo. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

(Frente)



(Verso)

Registrado sob o N.º 20

Vol.º de Lisboa anno 3 de Maio de 1918

O Chanc.º.

Amalard S.º

Documento 11

Código de referência PT- TJBQ/VPF/DP/DM/02

Título Diploma de Grau de Mestre maçõn de Tomé José de Barros Queirós

Datas 25/5/1916 [25 de maio de 1916]

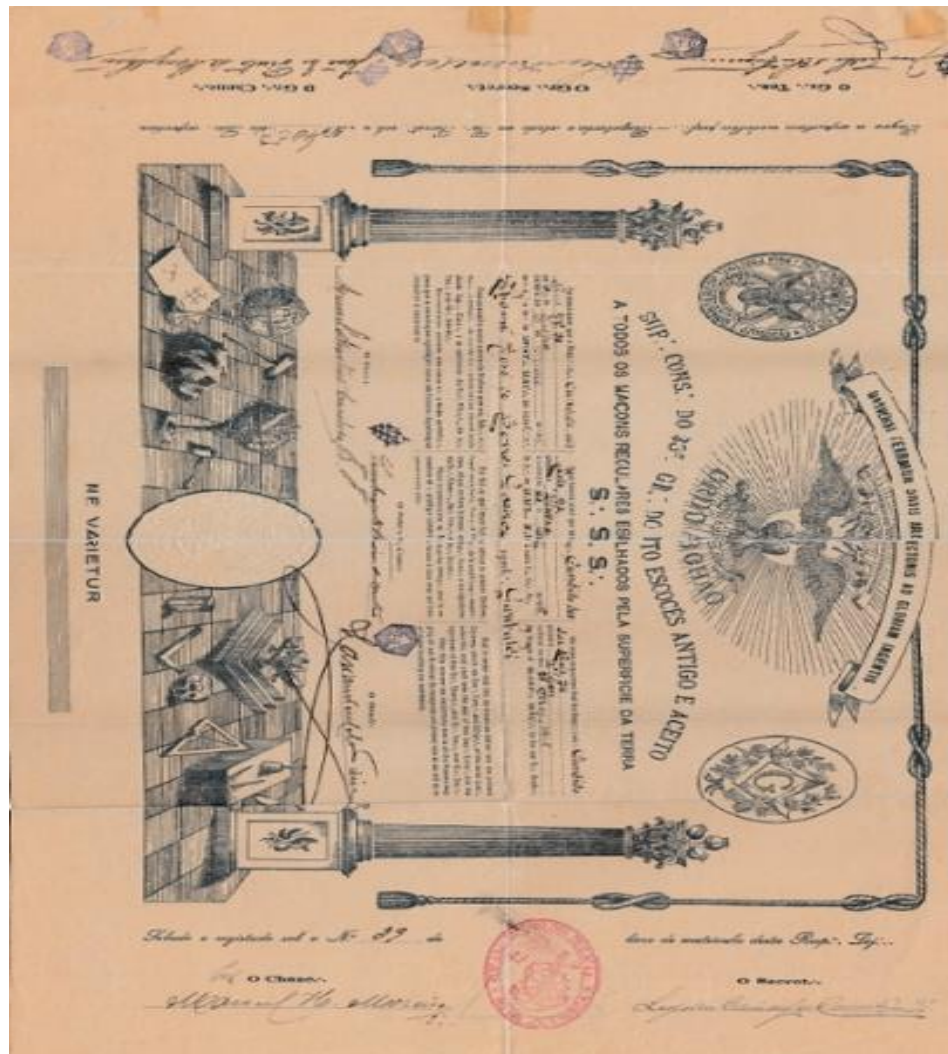
Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte Papel, 42x28

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Loja Cândido dos Reis, do Grande Oriente Lusitano Unido (original), conferindo Diploma de Grau de Mestre maçõn a Tomé José de Barros Queirós.

Notas Bom estado de conservação. Vestígios de fita-cola descola pela ação do tempo. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Documento 12

Código de referência PT- TJBQ/VPF/DP/DM/03
Título Carta de Manuel Monteiro
Datas 1/9/1925 [1 de setembro de 1925]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 carta, papel, A4, 1fl.
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Carta manuscrita (original) de membro maçom, aguardando indicações de Tomé José de Barros Queirós para o Oriente.
Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. [Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, maçom e republicano, foi Governador Civil de Braga, ministro da Justiça, Presidente da Câmara dos Deputados e ministro do Fomento. Foi juiz do Supremo Tribunal Administrativo e Presidente do Tribunal Misto de Alexandria em 1925.]

Braga
1-IX-1925

Amigo querido Amigo,

Fui enfim a Lisboa, para lhe dar um abraço, mas contra a minha expectativa não tive a fortuna de o encontrar.

Vae pois esse abraço pela minha parte com a afirmação de que é inalterável a minha amizade, vivo e meu reconhecimento e constante o meu propósito de cumprir os votos que me enaieira das para o Oriente.

Abraça-o pois ^{com} affectuosamente,
Amigo seu e amigo do
Manuel Monteiro

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/OD
Título Outros Documentos
Datas 1918-21/07/1921
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 documentos diversos, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém documentos diversos de Tomé José de Barros Queirós no âmbito da sua vida pessoal.

Documento 13

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/OD/01

Título Passe de transporte de Tomé José de Barros Queirós

Datas 1918

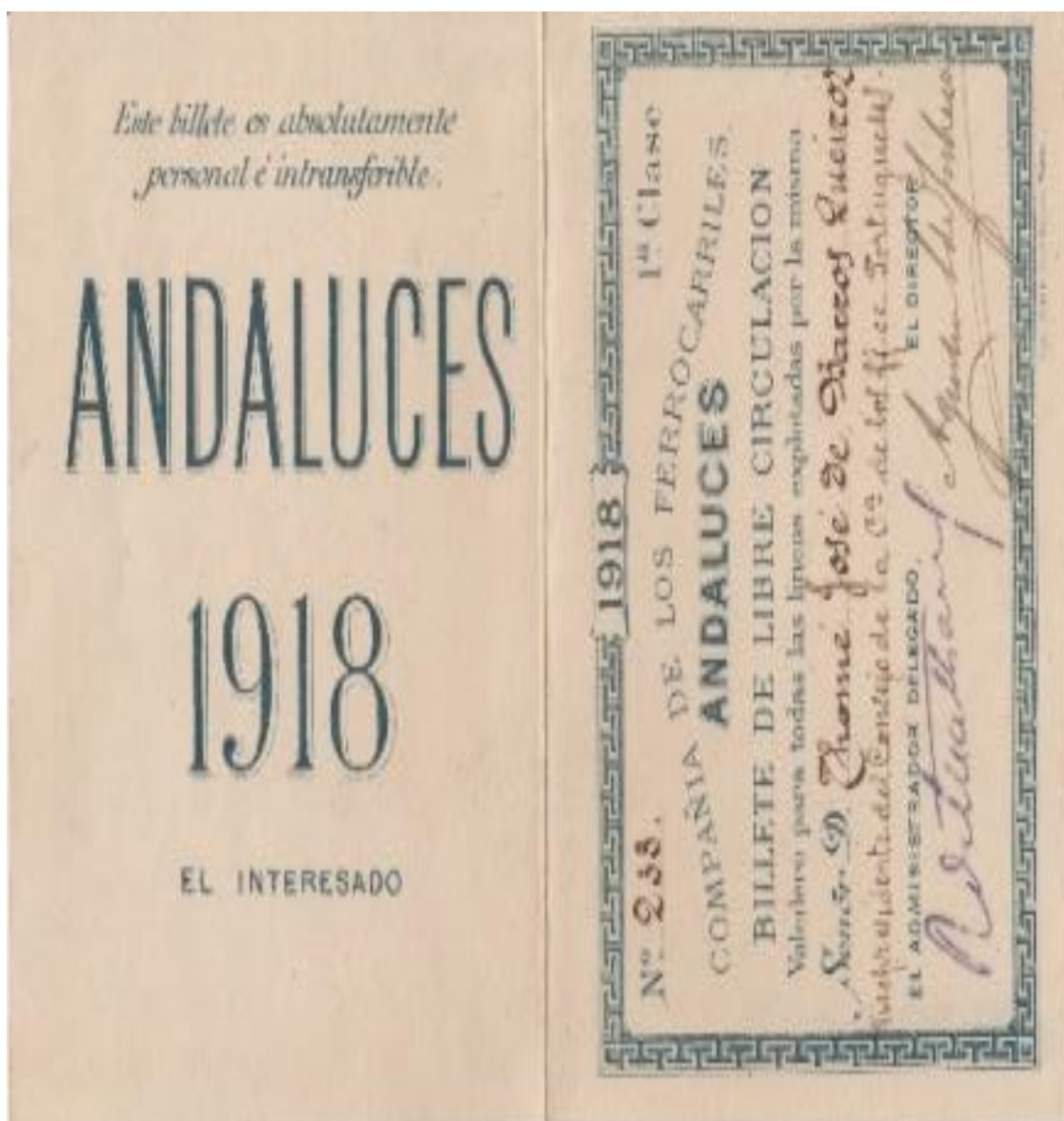
Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 passe de comboio, papel cartonado, 14x9,5

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Passe de comboio de Tomé José de Barros Queirós, anual, pessoal e intransmissível, para toda a linha ferroviária de Espanha. No verso, o mapa ferroviário de Espanha (original).

Notas Bom estado de conservação.



Documento 14

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/OD/02
Título Passaporte de Tomé José de Barros Queirós
Datas 31 de março de 1919 [31/03/1919]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 passaporte, papel, 4 fl., 17,5x10,5
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Livrete oficial de passaporte de Tomé José de Barros Queirós, 12 pp., com fotografia (original).
Nota Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

(Frente e Verso)



(Interior 1)



(Interior 2)



(Interior 3)



Documento 15

Código de referência PT-TJBQ/VPF/DP/OD/03

Título Contrato de Arrendamento

Datas 21 de julho de 1921 [21/07/1921]

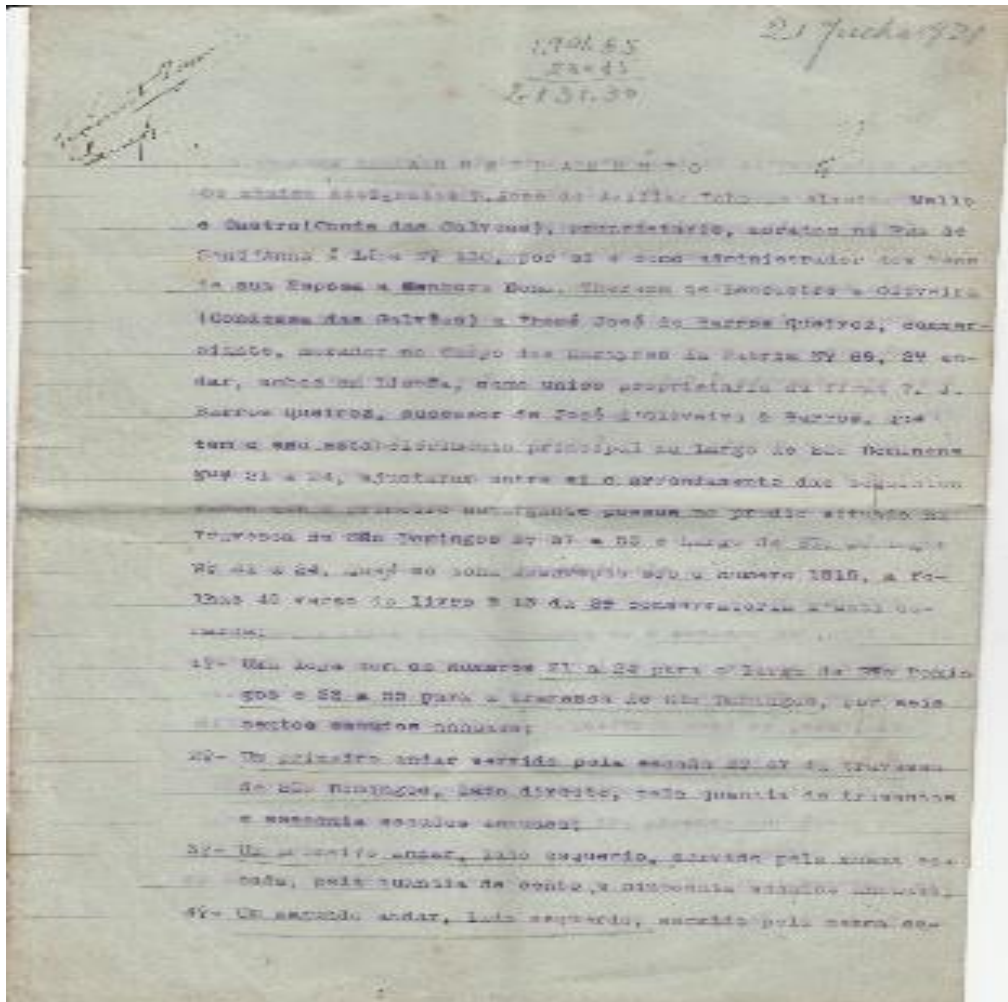
Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 papel, azul 25 linhas, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Contrato de arrendamento, datilografado, oficial e selado, entre D. José de Avillez Lobo de Almeida Mello e Castro, Conde de Galveias, proprietário do espaço do estabelecimento comercial do Lg. S. Domingos, N° 21 a 24, e o locatário Thomé José de Barros Queiroz, do estabelecimento comercial José d'Oliveira & Barros (original).

Nota Mau estado de conservação. Algumas letras ilegíveis pela ação do tempo. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Código de referência PT-TJBQ/VP
Título Vida Profissional
Datas 1908-6/2/1925
Nível de descrição Secção
Dimensão e suporte 3 fotografias, positivos, p/b, 7 cartas, 3 recortes de Imprensa, 3 periódicos e 2 bibliografias, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém fotografias, correspondência, recortes de Imprensa, periódicos e 2 livros de autoria do produtor, no âmbito da sua vida profissional de Tomé José de Barros Queirós e sobre a II Grande Guerra.

Código de referência PT-TJBQ/VP/F
Título Fotografias
Datas 1908-1921
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 3 fotografias, positivo, papel, p/b
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Fotografias de Tomé Barros Queirós, no âmbito da sua vida profissional.

Documento 16

Código de referência PT-TJBQ/VP/F/01

Título Fotografia de Vereadores republicanos da Câmara Municipal de Lisboa da Monarquia Constitucional

Datas 1908

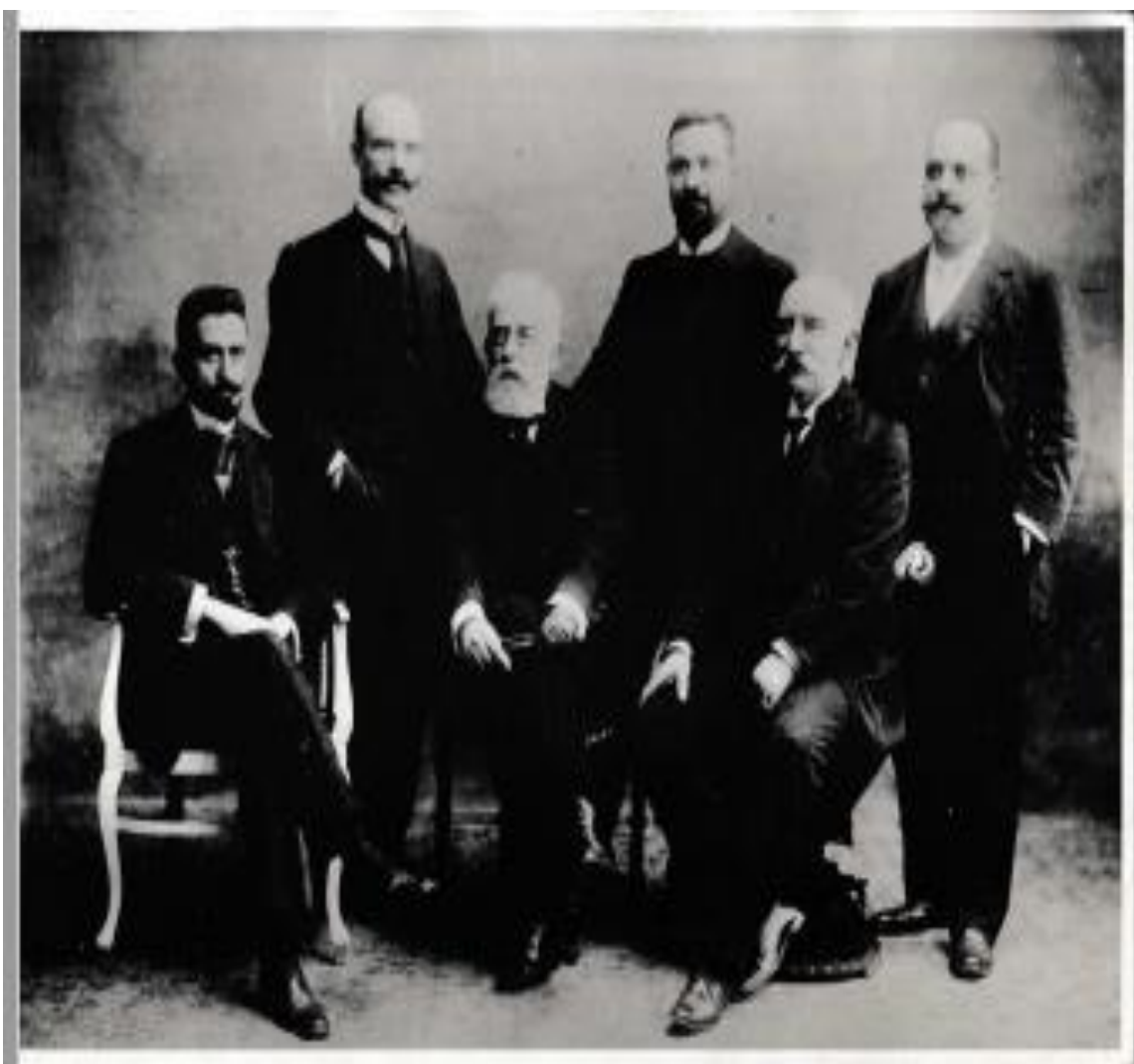
Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 fotografia, papel, p/b, 23,5x17,5

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Vereação republicana do último período da monarquia Constitucional: da esq. para a direita, sentados: Miranda do Vale, Braancamp Freire e Carlos Alves. De pé, da esq. para a direita: Nunes Loureiro, Tomé José de Barros Queirós e Ventura Terra (reprodução).

Notas Bom estado de conservação. [Data em nota anexa à fotografia]



Documento 17

Código de referência PT-TJBQ/VP/F/02

Título Fotografia de Tomé José de Barros Queirós com António José de Almeida

Datas 1921

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 fotografia, papel, p/b, 17,5x12,5

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Visita do Presidente da República, António José de Almeida, com o Presidente do Ministério (equivalente ao atual cargo de Primeiro-Ministro), Tomé José de Barros Queirós, do lado esquerdo da foto), ao norte do País (reprodução).

Notas Bom estado de conservação. Data no verso da fotografia.



Documento 18

Código de referência PT-TJBQ/VP/F/03

Título Fotografia de António José de Almeida

Datas s/d

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte Papel cartonado, p/b, 29,5x23,5

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo 1 fotografia de António José de Almeida, original, encontrada no fundo de Tomé José de Barros Queirós.

Notas Mau estado de conservação. Apresenta rasgos, dobras e vincos. [Porque o fundo não foi estudado no seu total, não sabemos se há alguma nota explicativa para a existência desta foto no fundo. Parece tratar-se de um original].



Código de referência PT-TJBQ/VP/BA
Título Bibliografia do Autor
Datas 1912-1917
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 2 bibliografias impressos, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém 2 livros – 1 livro de autoria de Tomé José Barros Queirós, no âmbito da área das Finanças, em que se especializou e 1 Parecer (projecto de Lei), de autoria do próprio.

Documento 19

Código de referência PT-TJBQ/VP/BA/01

Título Publicação **Projeto de Lei Parecer sobre o Projeto de Orçamento da receita para 1912-1913**

Datas 1912

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 livro, 144 p. papel

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Livro impresso, editado no âmbito da área das Finanças em que se especializou, apresentado à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Editado em 1912, pela Imprensa Nacional, Lisboa.

Notas Mau estado de conservação. Pela fragilidade, requerer manuseamento muito cuidado.



Documento 20

Código de referência PT-TJBQ/VP/BA/02
Título Livro **Impostos: Apontamentos para o estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo**
Datas 1917
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 livro, 398 p. papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Livro impresso, editado no âmbito da área das Finanças em que se especializou. Autoria de Tomé José de Barros Queirós, editado em 1917, pela Guimarães & Ca., Lisboa.
Notas Bom estado de conservação.



Código de referência PT-TJBQ/VP/CER
Título Correspondência Emitida e Recebida
Datas 26/04/1911-6/2/1925
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 8 cartas, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém correspondência de Tomé Jose de Barros Queirós, no âmbito da sua vida profissional.

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CE
Título Correspondência Emitida
Datas 26/04/1911-18/2/1916
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 cartas, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém correspondência de Tomé José de Barros Queirós, emitidas no âmbito da sua atividade profissional.

Documento 21

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CE/01

Título Carta a Daniel de Barros Queirós

Datas 26 de abril de 1911 [26/04/1911]

Nível de descrição Documento Simples

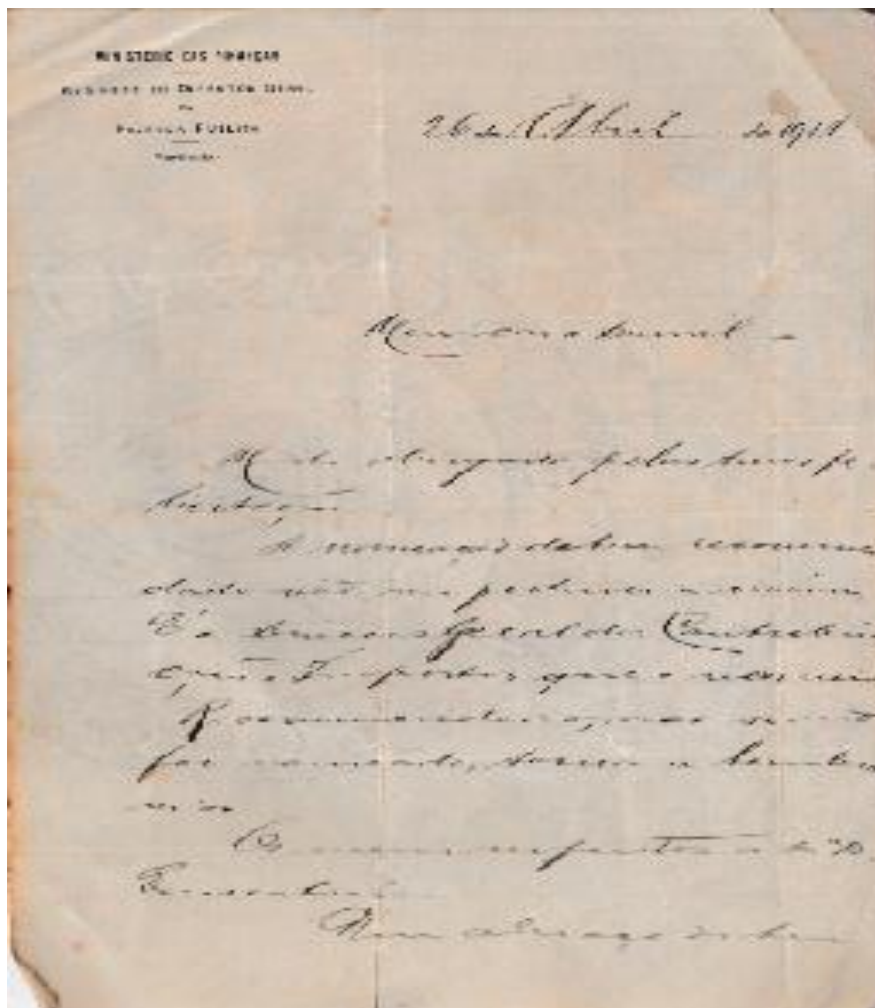
Dimensão e suporte 1 carta A5, papel, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

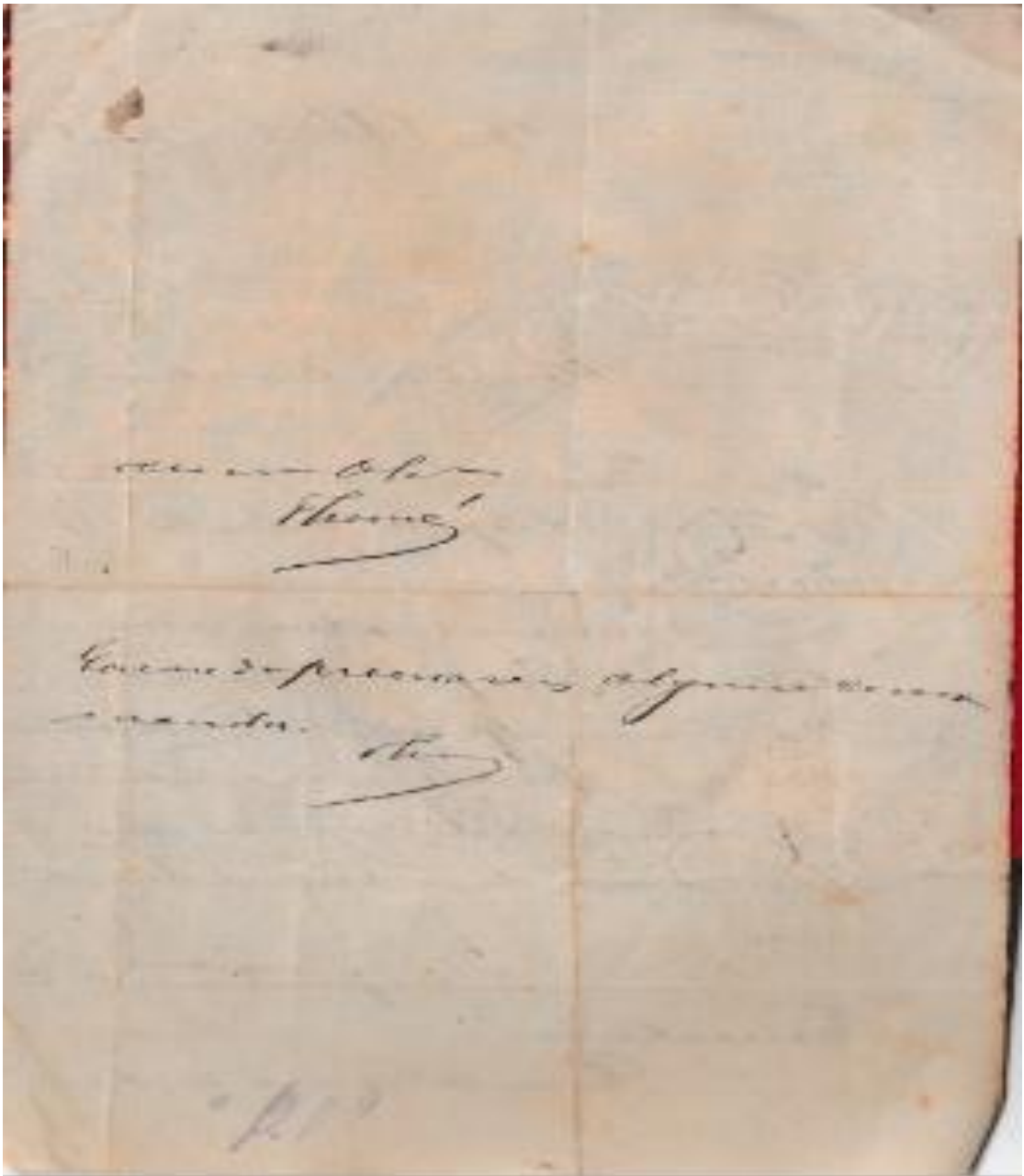
Âmbito e conteúdo Carta de Tomé José de Barros Queirós (fr. e verso), enviada ao filho Daniel de Barros Queirós, a dar conta de que não é o responsável por nomeações do Serviço Geral de Contribuições e Impostos (original).

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

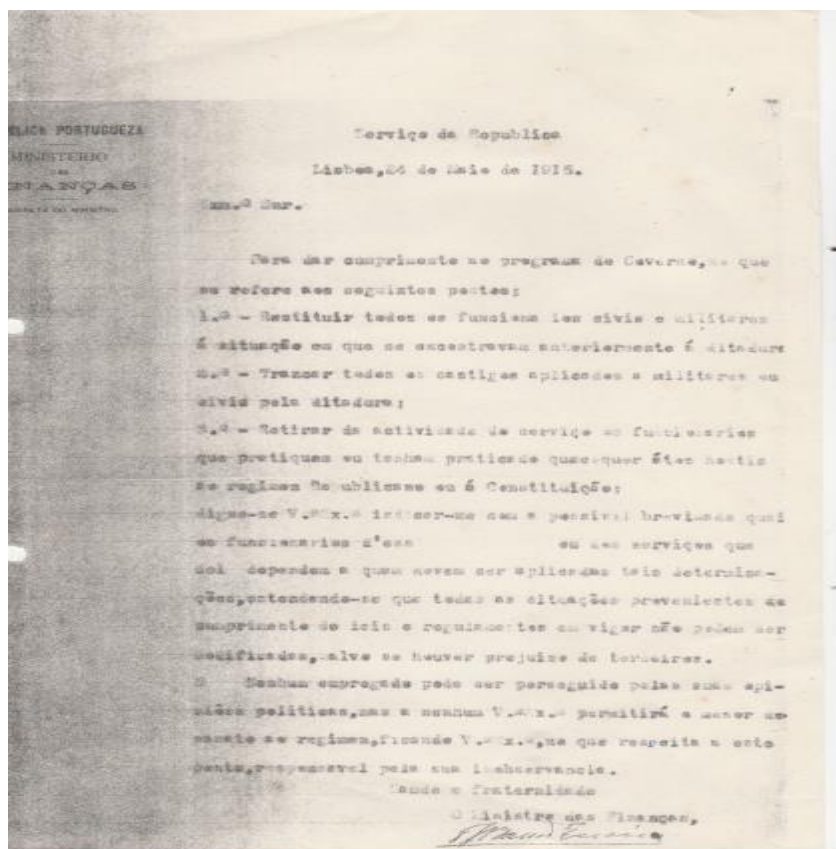
(Frente)



(Verso)



Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CE/02
Título Carta ao Serviço da República
Datas 24 de maio de 1915 [26/04/1911]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 carta A4, papel, 2 fl.
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Carta datilografada de Tomé José de Barros Queirós, ministro das Finanças [após a Junta Constitucional de 1915, ou Junta Revolucionária, que derrubou a ditadura do general Pimenta de Castro, a primeira ditadura, de janeiro a maio de 1915; outra há-de seguir-se-lhe, de Sindónio Pais – ou Deembrismo -, de dezembro de 1917 a 1918; a terceira, em 26 de maio de 1926 antecederá o Estado Novo], ao Serviço da República, comunicando que serão restituídos os cargos a todos os funcionários que foram afastados no período da ditadura. Comunica que o Governo [X Governo] retira da atividade quem tenha praticado ou pratique atos hostis à República ou à Constituição.
Notas Bom estado de conservação. Cópia. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Documento 23

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CE/03

Título Carta a Afonso Costa

Datas 18/2/1916 [18 de fevereiro de 1916]

Nível de descrição Documento Simples

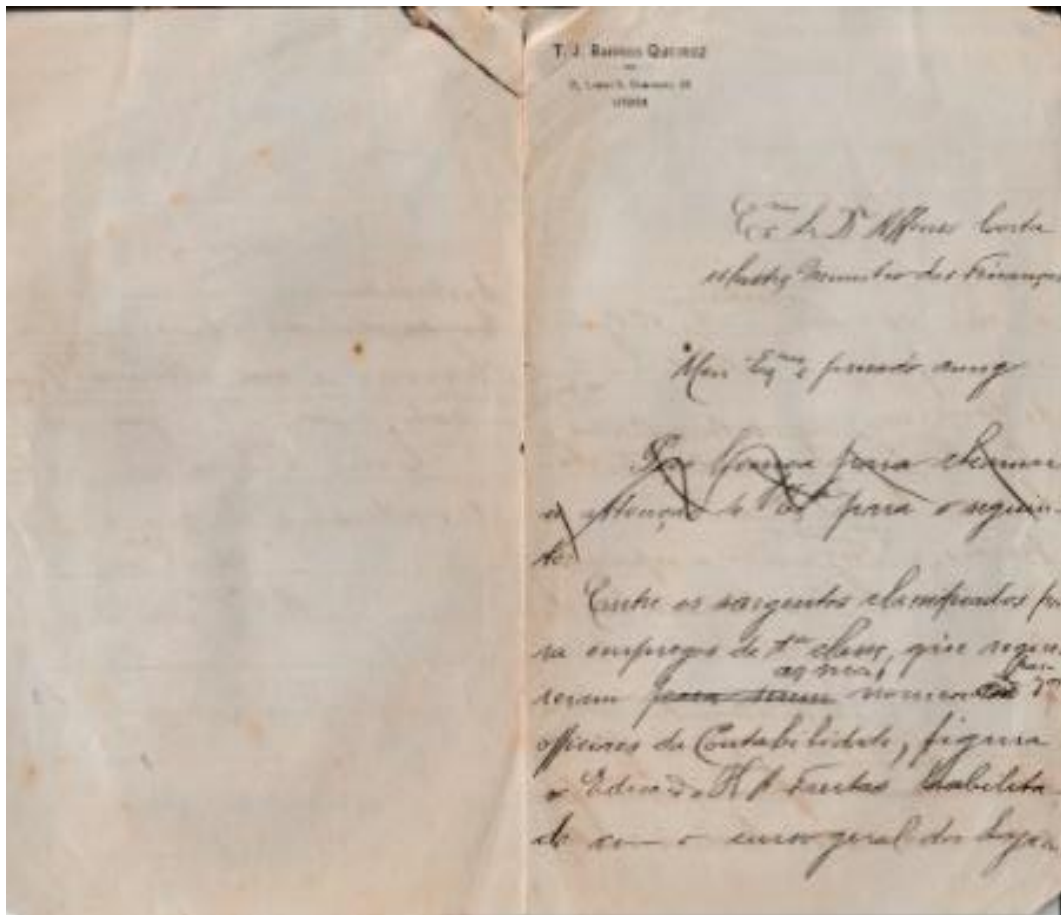
Dimensão e suporte 1 carta A5, papel, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Rascunho manuscrito de carta de Tomé José de Barros Queirós a Afonso [Augusto] Costa [Presidente do Ministério (cargo equivalente ao de atual Primeiro-Ministro), que acumulava a pasta com a de ministro das Finanças, neste Governo], dando conta de que o sargento Eduardo M. A. Freitas tinha as habilitações a concurso, de acordo com a legislação de então (original). Papel timbrado de Tomé José de Barros Queirós.

Notas Razoável estado de conservação. Apresenta rasgos e oxidação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

(Frente)



Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR
Título Correspondência Recebida
Datas 27/2/1919-6/2/1925
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 5 cartas [com telegramas], papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém correspondência recebida, remetida a Tomé José de Barros Queirós no âmbito da sua atividade profissional.

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR/01

Título Carta de Brito Camacho

Datas 27/2/1919 [27 de fevereiro de 1919]

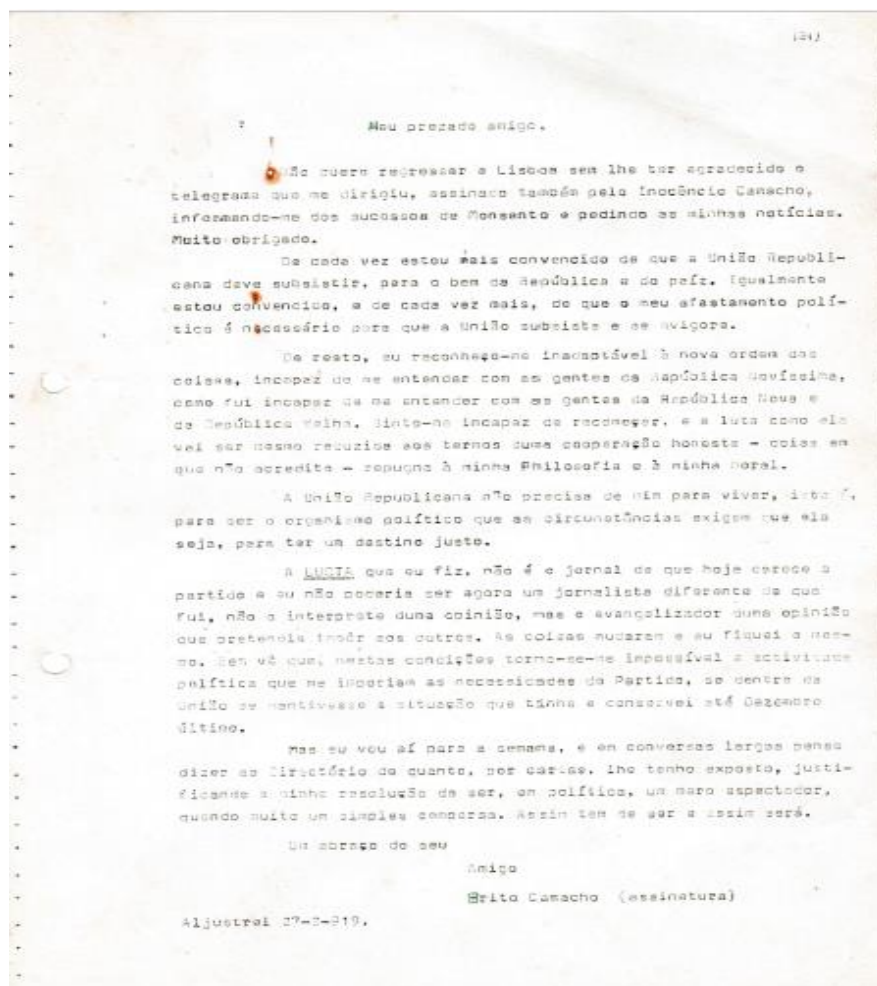
Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 carta, papel, 1 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Carta, dactilografada, de Aljustrel, a comunicar o afastamento político a Tomé José de Barros Queirós. Brito Camacho diz não se reconhecer na República novíssima e diz que vai afastar-se da União Republicana. Diz ainda que o jornal **A Lucta**, que fundou já não é o jornal que o partido precisa. [República – 1910-1917; República nova – 1918; República velha – 1919 a 1926].

Notas Bom estado de conservação. Cópia. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Documento 25

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR/02

Título Carta de Eduardo Sarsfield

Datas 1921

Nível de descrição Documento Simples

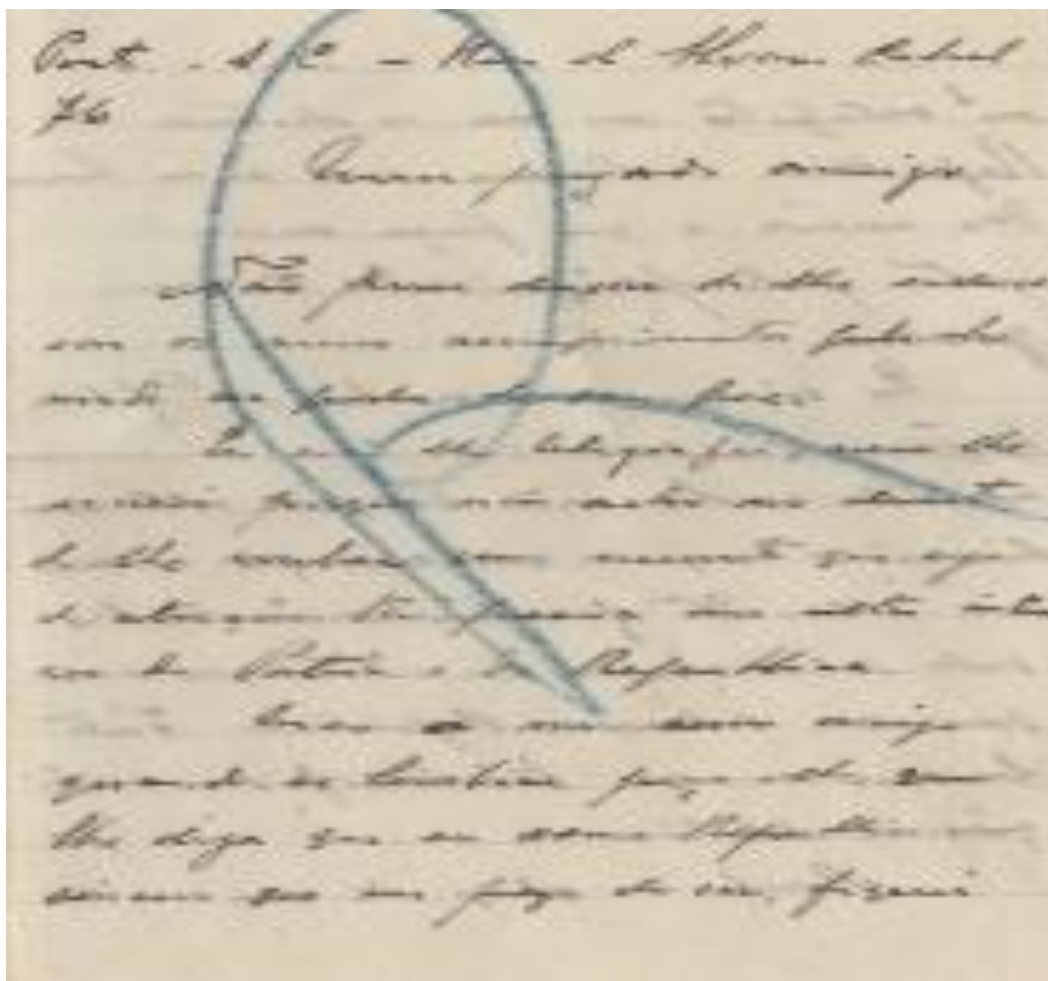
Dimensão e suporte 1 carta, papel, 2 fl.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Carta de felicitações, manuscrita, a Tomé José de Barros Queirós pela nomeação para Presidente do Ministério (original). A carta tem inscrito a letra “R” a azul – presume-se que a lápis – preenchendo quase toda primeira página – rosto – da carta. Atribuiu-se a data a 1921 porque foi quando o produtor tomou posse como Presidente do Ministério.

Notas Bom estado de conservação. [Eduardo da Rocha Sarsfield foi Governador Civil do Funchal e depois do Porto].

(Frente)



(Verso)

me obligo a ser o destino da
República portuguesa nos seus honra-
dos muros e sua fama ardente
nesta feliz prosperidade do seu
governo.

Eu vi q' os seus nobres se fizesse
luzes e a sua vida se tornou
na sua vida e eu vi q' os seus
honras e honras que sempre se en-
dure e em se fizesse mais ainda
pelo sucesso de seu nome que em
por sua vida e República. Então
honras e em que há a prosperidade e
que se debatem em se os seus
Recebo em obediência de seu

sempre ... J. J.

Richard Capitel

Documento 26

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR/03

Título Carta-telegrama de Edmundo Porto

Datas 1921

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 carta, papel

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Carta, manuscrita, a Tomé José de Barros Queirós, Presidente do Ministério, do secretário de Estado do ministro do Interior, pedindo verba para o Governo Civil do Funchal (original).

Notas Bom estado de conservação. (Data inscrita no envelope) – [Edmundo Porto foi jornalista].

Edmundo Porto
Junta com o seu
Delegado do Funchal
seja para poderem fazer
fazer pagamento do
função. Como houve
de acordo no tempo?
No entanto sobre
conta para o
necessária
Amizavelmente
Edmundo Porto

Documento 27

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR/04
Título Carta de Ernesto Driesel Schroter
Datas 6/2/1925 [6 de fevereiro de 1925]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 carta, papel, 2 fl.
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Carta de felicitações, manuscrita, a Tomé José de Barros Queirós pela nomeação para Presidente do Ministério (original).
Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. [Ernesto Driesel Schroter foi empresário, jornalista, banqueiro, e foi ministro da Fazenda (equivalente atualmente a ministro das Finanças) de João Franco; figura de prestígio no período monárquico].

(Frente)

Lisboa, 6 de Fevereiro 1925
Exmo. Sr. Honr. de Barros
Queirós.

Foi para mim motivo de satisfação saber V. Exa. Presidência da Administração Norte e Leste, satisfação que me atrem não só por ver que justiça foi feita às qualidades invariáveis de V. Ex. e dos seus compromissos financeiros, como também pelos interesses, que por ser obrigacionista, eu tenho na Companhia e pelo reflexo que a economia do Paiz

(Verso)

a sua boa administração
pode trair. Muito folgazão
que f. h. fize e escolheu para
esse alto cargo.

Adverte que em f. h. se dá
o principio da incompatibili-
dade, isto que não pertence
à administração de nenhuma
outra Companhia ou Banco que
tenham contratos com o Estado
e de f. h. sabe que em ha
Muito mais que por lei não
acumulação de f. h. proibida.

É isso também motivo para se
apreciar a nomeação de f. h.?
Certo que a administração de f. h. e
que adquire, com muita razão,
razão de f. h.
Ante a f. h. f. h.
Francisco Xavier de Almeida

Código de referência PT-TJBQ/VP/CER/CR/05

Título Telegrama do cônsul português em Londres, [Manuel] Teixeira Gomes, da Legação do Consulado de Portugal em Londres, do Gabinete do Ministro - Ministério Negócios Estrangeiros

Datas 23 de agosto de 1921 [23/08/1921]

Nível de descrição Documento Simples

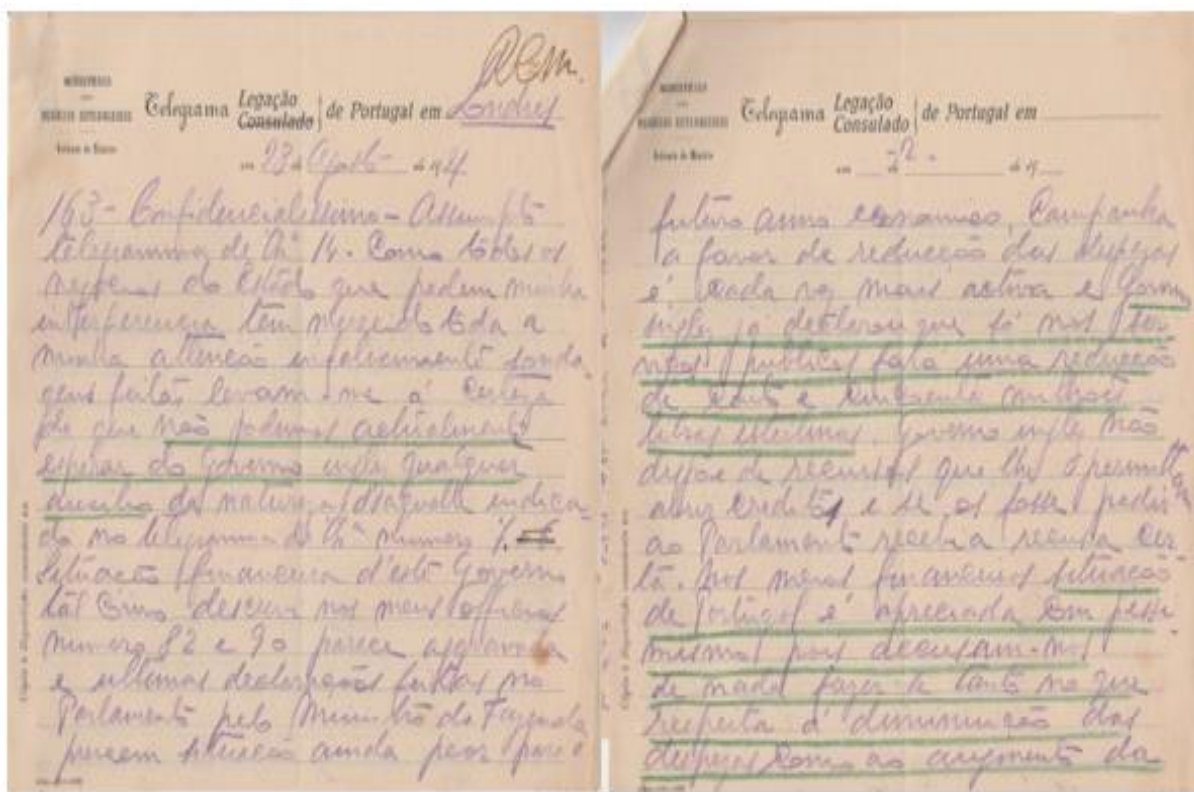
Dimensão e suporte 4 pág., 4 fl., A5, papel

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

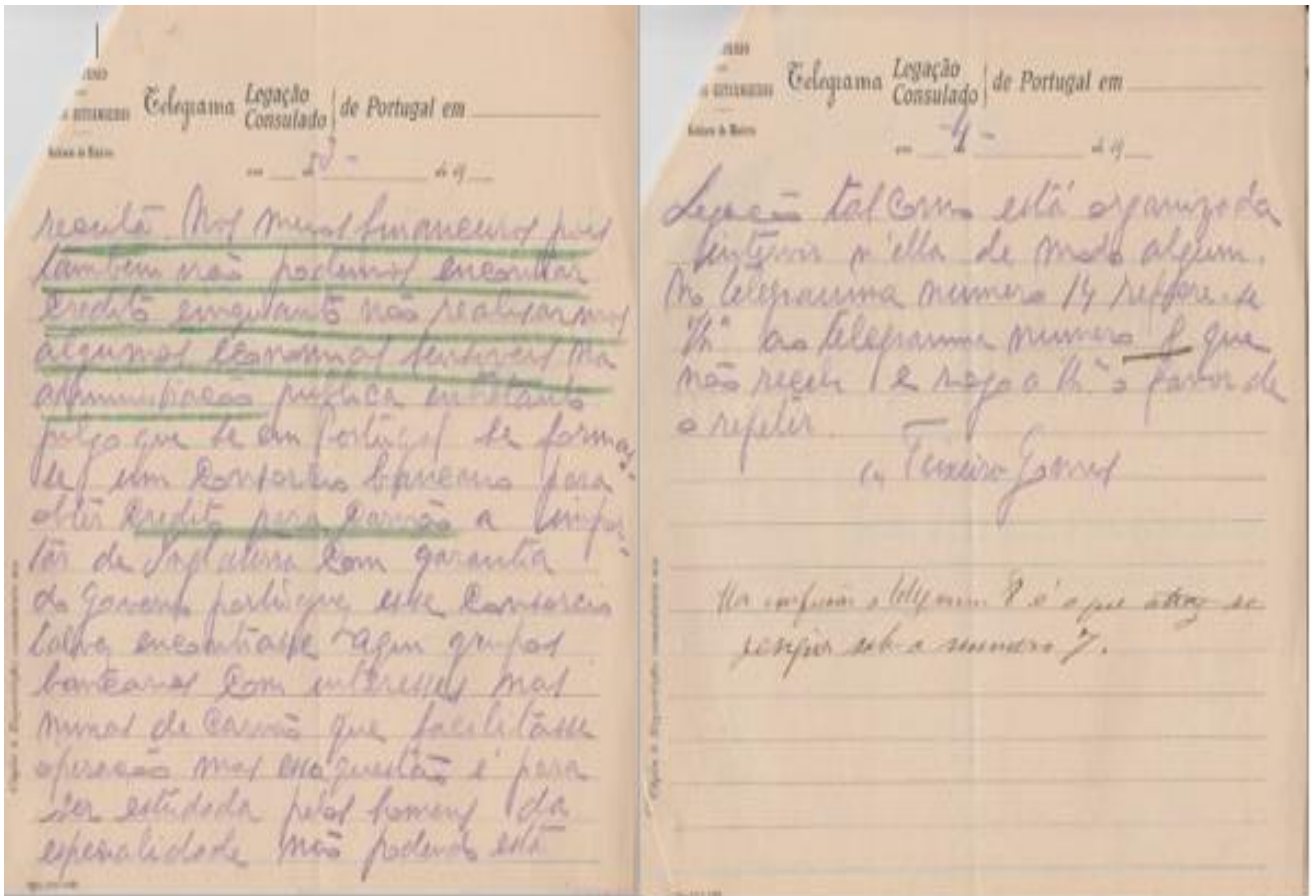
Âmbito e conteúdo Telegrama manuscrito, classificado como confidencialíssimo, do cônsul português em Londres, [Manuel] Teixeira Gomes, dando conta a TJBQ, Presidente do Ministério, de que o inglês não iria auxiliar o governo português por não dispor de recursos. E que os meios financeiros ingleses viam como má a situação de Portugal porque não se equilibrava despesa face à receita. Sugere uma eventual resolução com a formação de um consórcio bancário português com os ingleses para a obtenção de crédito para carvão.

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa. [Ver no ponto 4.7 do Captítulo 4 a transcrição do telegrama].

(Frente)



(Verso)



Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE
Título Imprensa Internacional e Nacional da Época
Datas 5/10/1910-7/7/1921
Nível de descrição Subsecção
Dimensão e suporte 3 recortes de imprensa e 3 jornais de época, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém notícias: Revolução Republicana em Portugal; fim da Monarquia; atividade política, cultural, social; Tomé José de Barros Queirós; governos da Primeira República em Portugal; fim da Segunda Grande Guerra no país e no estrangeiro; sociedade.
Descritores Auxiliares Jornais, periódicos, artigos, recortes, 5 de outubro de 1910, 5/10/1910, Espanha, França, espanhola, francesa, II, 2ª, final, início Século XX, Séc.

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/AINE
Título Artigos da Imprensa Nacional da Época
Datas 4/6/1921-7/7/1921
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 artigos de Imprensa, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém artigos sobre atividade política e social de Tomé José de Barros Queirós.

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/AINE/ASP
Título Artigos Sobre o Produtor
Datas 4/6/1921-7/7/1921
Nível de descrição Subsérie
Dimensão e suporte 3 artigos de Imprensa, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém artigos sobre atividade política de Tomé José de Barros Queirós.

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/AINE/ASP/01

Título Notícia da revista **Ilustração Portuguesa**, do jornal **O Século**, suplemento humorístico **O Século Cómico** [Artigo de jornal, recorte de imprensa]

Datas 4/6/1921 [4 de junho de 1921]

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 p., papel, impresso, p/b.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Recorte de artigo publicado na p. 3, nº 1224. Versos de Belmiro, parodiando de que acenderá uma vela a S. [São] Tomé, em homenagem ao homónimo Tomé [José de Barros Queirós], respeitável nas contas públicas, com a caricatura deste (original).

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/AINE/ASP/02

Título Notícia da revista **Ilustração Portuguesa** [recorte de imprensa, artigo de jornal]

Datas 11/6/1921 [11 de junho de 1921]

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 p., papel, p/b.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Recorte do artigo da notícia, publicado na p. 386, do N° 799 da revista, sobre a sessão de homenagem a António Maria Baptista, vendo-se na imagem acima, à esquerda, Tomé José de Barros Queirós, Presidente do Ministério (o equivalente ao atual cargo de Primeiro-Ministro), acompanhado do Presidente da República, António José de Almeida (reprodução).

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Documento 31

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/AINE/ASP/03

Título Notícia da revista **ABC** [recorte de imprensa, artigo de jornal]

Datas 7/7/1921 [7 de julho de 1921]

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 p., papel, p/b.

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo Recorte de notícia. Na fotografia de cima, em Braga, o General Silva, ministro da Guerra, Tomé José de Barros Queirós, Presidente do Ministério (equivalente ao atual cargo de Primeiro-Ministro), António José de Almeida, Presidente da República, General Abel Hipólito, ministro do Interior, Arcebispo de Braga e António Granjo, ministro do Comércio. Na fotografia abaixo, os ilustres assistem ao desfile das tropas (original).

Notas Bom estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE
Título Periódicos da Imprensa Internacional e Nacional da Época [Imprensa, jornais, estrangeiros, 1 França, 1 Espanha, 1 Portugal]
Datas 5/10/1910-14/12/1918
Nível de descrição Série
Dimensão e suporte 3 jornais, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém três jornais, um nacional e dois [2] internacionais (um espanhol e um francês da época, noticiando sobre a revolução republicana e o fim da II Grande Guerra. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE/PIIE
Título Periódicos Imprensa Internacional da Época [jornais França e Espanha]
Datas 5/10/1910
Nível de descrição Subsérie
Dimensão e suporte 2 jornais, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém dois jornais internacionais, um francês e um espanhol, da época, noticiando sobre a revolução republicana e o fim da monarquia. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE/PIIE/01

Título Jornal **La Liberté en Sud-Ouest** [Periódico, Imprensa, França]

Datas 5/10/1910 [5 de outubro de 1910]

Nível de descrição Documento Simples

Dimensão e suporte 1 jornal, 4 pp. papel

Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós

Âmbito e conteúdo 1ª [primeira] p., do jornal francês, nº 579, ano 10, sobre a revolução republicana em Portugal (original).

Idioma Francês

Notas Razoável estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



- Código de referência** PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE/PIIE/02
Título Jornal **El Mundo** [Periódico, Imprensa, Espanha]
Datas 5/10/1910 [5 de outubro de 1910]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 jornal, 4 pp., papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Primeira [1ª] página do jornal espanhol, nº 1075, ano 4, dando conta da revolução republicana em Portugal (original).
Idioma Espanhol
Notas Razoável estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.



Código de referência PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE/PINE
Título Periódicos Imprensa Nacional da Época [Jornais, Imprensa]
Datas 14/12/1918
Nível de descrição Subsérie
Dimensão e suporte 1 jornal, papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Contém 1 exemplar de um jornal nacional, da época, noticiando sobre o fim da II [Segunda, 2ª] Grande Guerra. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

- Código de referência** PT-TJBQ/VP/IINE/PIINE/PINE/01
Título Jornal **A Lucta** [Periódico, Imprensa]
Datas 14/12/1918 [14 de dezembro de 1918]
Nível de descrição Documento Simples
Dimensão e suporte 1 jornal, 2 pp., papel
Nome do Produtor Tomé José de Barros Queirós
Âmbito e conteúdo Primeira [1ª] página do jornal português, nº avulso, 13º ano, nº 4523, dando conta do fim da II Guerra Mundial, a nível nacional e internacional (original). Notícia cultura, sociedade e política. Tem nota manuscrita, inscrita no cimo da 1ª página.
Notas Razoável estado de conservação. As notas entre parêntesis retos são descritores auxiliares alternativos de pesquisa.

